

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

Marco José de Souza Almeida

**AS NOVAS TENDÊNCIAS MIDIÁTICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA:
O caso do aplicativo institucional Câmara Participativa**

**Juiz de Fora
2019**

Marco José de Souza Almeida

**AS NOVAS TENDÊNCIAS MUDIÁTICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA:
O caso do aplicativo institucional Câmara Participativa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana.
Coorientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra.

**Juiz de Fora
2019**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Marco José de Souza.

As novas tendências midiáticas para a gestão pública : o caso do aplicativo institucional Câmara Participativa / Marco José de Souza Almeida. -- 2019.

139 f. : il.

Orientador: Wedencley Alves Santana

Coorientador: Márcio de Oliveira Guerra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2019.

1. Câmara Participativa. 2. Poder Legislativo. 3. Cidadania. I. Santana, Wedencley Alves, orient. II. Guerra, Márcio de Oliveira, coorient. III. Título.

Marco José de Souza Almeida

AS NOVAS TENDÊNCIAS MUDIÁTICAS PARA A GESTÃO PÚBLICA:
O caso do aplicativo institucional Câmara Participativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação.
Área de concentração:

Aprovada em XX de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra – Coorientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Boanerges Balbino Lopes Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Francisco Ângelo Brinatti
Universidade Federal de São João Del Rei

Dedico este trabalho à minha querida mãe Maria José de Souza Almeida, que foi a minha primeira educadora e incentivadora em tudo o que realizei na vida. A saudade dos seus conselhos, do seu sorriso e da sua alegria de viver me impulsiona a lutar, ser feliz e acreditar sempre nos meus sonhos. Te amo eternamente, Dona Zezé!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, infinitamente, por mudar as coisas, a minha vida e a vida de todos, por nunca fazê-las serem da mesma forma, pois assim não teríamos o que pesquisar, o que descobrir e o que fazer para melhorá-las, pois através da fé que tenho Nele consegui concluir a minha dissertação.

Agradeço também à minha amada esposa, Valéria, que de uma forma tão especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades. Posso afirmar que se cheguei até este momento foi por você acreditar e me apoiar constantemente. Esta vitória é muito mais sua do que minha.

Agradeço imensamente aos meus pais, Norival e Maria José (*in memoriam*) e minha sogra “mãe” Vera Lúcia, que, com simplicidade e entusiasmo, incentivaram, ensinaram e apontaram o caminho da educação como a forma mais nobre de um ser humano alcançar seus objetivos. Ao meu filho Pedro, ao meu enteado Vitor e a toda minha família que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhoraram tudo o que tenho realizado na vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e à Faculdade de Comunicação da UFJF e as pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com professores e amigos foi uma das melhores etapas da minha formação acadêmica. Agradeço também à CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Obrigado pela paciência, pelo incentivo, pela força e, principalmente, pelo carinho aos meus nobres e queridos professores, Wedencley Alves Santana e Márcio de Oliveira Guerra, que proporcionaram um constante diálogo, atenção e humanidade. Mestres que, com toda certeza, farão parte do meu dia a dia dentro ou fora da academia.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Uma das características mais marcantes da comunicação pública é a busca pela independência de governos e do mercado, visando servir à sociedade por meio da produção de conteúdos que reflitam a diversidade da população, estimulem a reflexão e o debate público, e apresentem uma variedade de formatos e gêneros, indo além do que é oferecido pelos meios de comunicação comerciais.

(INTERVOZES, Observatório do Direito à Comunicação)

RESUMO

A gestão pública hodierna pode contar com o apoio das diferentes inovações tecnológicas, fazendo com que a população possa efetivar seu papel participativo na tomada de decisões e que seja facilitada a atividade de todas as esferas de governo e seus respectivos poderes. No presente trabalho foram analisadas, por meio de revisão bibliográfica, as questões inerentes à Comunicação Pública, Política e as tendências midiáticas. Também foi feita a análise do objeto de estudo enquanto trabalho de campo. Neste contexto, foi demonstrada a utilização do aplicativo Câmara Participativa, da Câmara Municipal de São João Nepomuceno e, apesar da recente implantação do mesmo, observou-se, por meio da heterogeneidade das solicitações realizadas, que parte da sociedade compreendeu a dinâmica da iniciativa, que tende a ser ampliada e a tornar-se parte do cotidiano do cidadão são-joanense. O aplicativo completou seu primeiro ano de atividades em outubro de 2018, marcando o término dos experimentos, podendo, ainda, passar por adequações que o tornem ainda mais eficiente em seus objetivos de promoção da cidadania e da participação democrática nas decisões que dizem respeito a todos. Entretanto, já se pode vislumbrar a importância do mesmo enquanto meio de fiscalização e participação direta da sociedade nas ações do Poder Legislativo.

Palavras-chave: Câmara Participativa; Poder Legislativo; Cidadania.

ABSTRACT

Today's public management can count on the support of different technological innovations, enabling the population to play its participatory role in decision-making and facilitating the activity of all spheres of government and their respective powers. In the present work, the issues related to Public Communication, Policy, media trends and the analysis of the object of study as field work were analyzed through a bibliographical review. In this context, it was demonstrated the use of the Participative Chamber application of the São João Nepomuceno City Hall and, despite its recent implementation, it was observed, through the heterogeneity of the requests made, that part of the society understood the dynamics of the initiative, which has the tendency to expand and become part of the everyday life of the citizen of São-João. The application completed its first year of activities in October 2018, in which it marked the end of the experiments, and may also go through adjustments that make it even more efficient in its objectives of promoting citizenship and democratic participation in decisions that concern to all. However, one can already glimpse the importance of it as a means of control and direct participation of society in the actions of the Legislative Branch.

Keywords: Participative Chamber; Legislative power; Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunicação pública interativa.....	40
Figura 2 – Site da Câmara Municipal de Catanduva-SP	50
Figura 3 – Site da Câmara Municipal de Lagarto-SE.....	50
Figura 4 – Página inicial do site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno	51
Figura 5 – Site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno (TV WEB).....	52
Figura 6 – Site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno (RÁDIO WEB)	53
Figura 7 – Grau de escolaridade dos vereadores entrevistados	57
Figura 8 – Canal de comunicação preferido pelos vereadores	58
Figura 9 – Solicitações divididas por assunto	66
Figura 10 – Solicitações divididas por destinatário.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – comparativo entre a Resolução Municipal 09/2012 e a Lei n. 12.527/2011	48
Tabela 2 – Solicitações divididas por categoria	66
Tabela 3 – Solicitações divididas por destinatário	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DISCURSO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA	13
2.1 COMUNICAÇÃO POLÍTICA	13
2.2 COMUNICAÇÃO POLÍTICA E O PAPEL DA MÍDIA	17
2.3 ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO POLÍTICO	23
3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES, LEIS QUE FUNDAMENTAM O ACESSO À INFORMAÇÃO E O CASO DA IMPLANTAÇÃO DOS CANAIS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL	28
3.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: DIFERENÇAS NOS CAMPOS DE ATUAÇÃO	28
3.2 COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: LEIS QUE REGULAM O ACESSO À INFORMAÇÃO	41
3.3 A COMUNICAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: O CASO DE IMPLANTAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO	47
4 A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO	60
4.1 A CIDADE DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO E A CAMARA MUNICIPAL	60
4.2 O APLICATIVO CÂMARA PARTICIPATIVA	62
4.3 O LINK “SOLICITAÇÕES”	65
4.4 OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	90

1 INTRODUÇÃO

A imprensa tradicional mundial ganhou forças com o advento das redes sociais e o surgimento de aplicativos móveis que auxiliam e facilitam o dia a dia das pessoas conectadas a uma rede. Deste modo, as instituições públicas municipais, estaduais e federais vêm se adequando a essa realidade obedecendo às leis implementadas que regulam o acesso a informações públicas dentro desses setores administrativos.

Uma das regras implantada há relativamente pouco tempo é a Lei de Acesso a Informações Públicas (LAI) conhecida como a Lei da Transparência. A referida lei, sob o número 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, e tem a finalidade de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Em seu parágrafo único, subordinam-se ao regime desta lei os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo (incluindo as Cortes de Contas) e Judiciário e do Ministério Público, além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No âmbito público, o cidadão, como parte interessada e representada pelas instituições, passa a exigir a condição de ter contemplada a aproximação com os serviços oferecidos, bem como de externar suas impressões quanto à efetividade dos mesmos, compreendendo esta influência como direito que se materializa na possibilidade de trazer às autoridades seus anseios e necessidades, muitas vezes desconhecidas dos organismos a quem incumbe sua satisfação.

Neste sentido, há exatamente sete anos, o cidadão pode acompanhar e reivindicar informações que antes não poderia ter acesso ou não sabia como solicitar, como documentos públicos de interesse da sociedade.

Desde 2013, o Poder Legislativo do Município de São João Nepomuceno vem implementando e adequando a sua comunicação pública com a sociedade através da mídia tradicional, redes sociais, portal institucional e o aplicativo Câmara Participativa - que é o objeto desta pesquisa – conforme os requisitos exigidos pela Lei de Transparência e o Projeto de Resolução nº 09/2012, que regulamenta a aplicação da Lei Federal no âmbito da Câmara Municipal.

No bojo destas discussões, o trabalho busca, por meio de estudo de caso e revisão bibliográfica, demonstrar a utilização entre tecnologia e gestão pública, personificada no aplicativo Câmara Participativa, utilizado pela Câmara Municipal de São João Nepomuceno, no Estado de Minas Gerais, com a finalidade de trazer as demandas da população e fazer com que a mesma auxilie no trabalho de fiscalização inerente ao Poder Legislativo.

Do mesmo modo, abordaremos assuntos relacionados aos legisladores representantes da sociedade são-joanense, eleitos pelo voto direto, e suas atuações no que se refere aos atos praticados na arena eleitoral e na arena legislativa. Conforme alguns autores presentes nesta pesquisa sugerem, o modo como esses representantes atuam visa, dentre outras coisas, acumular capital político visando à permanência ou à progressão na carreira política.

Neste sentido, analisaremos tanto as mensagens enviadas através do aplicativo quanto a votação geral e por seção que cada candidato obteve nas eleições de 2016, seu perfil político e social registrados no site oficial do Tribunal Regional Eleitoral e as atuações quanto aos registros de utilização da Tribuna Livre da Câmara na realização de proposições destinadas a elaboração de serviços em geral, entre outros assuntos destinados ao desenvolvimento do Município. Desta maneira, também analisaremos como os representantes interagem com os canais de comunicação do legislativo municipal e por quais meios eles preferem ter acesso ao que é divulgado pela instituição pública.

Serão usados, como referencial teóricas, os estudos desenvolvidos pelos autores Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Wilson Gomes, Mariângela Furlan Haswani, Jorge Duarte, entre outros que subsidiarão as análises que buscam a atenção aos objetivos da pesquisa. Também pretendemos responder à problemática da utilização de um aplicativo por parte do Poder Legislativo Municipal e sua possível contribuição para que a população traga suas demandas e ao mesmo tempo auxilie na fiscalização dos trabalhos do Poder Executivo.

2 DISCURSO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Neste capítulo, trataremos, a partir de um balanço bibliográfico, dos meandros da comunicação política. Para tanto, estruturamos o capítulo em três partes: a primeira tratará das estratégias de comunicação política de um modo geral; a segunda discorrerá a respeito do papel desempenhado pela mídia na comunicação política; e, por fim, a terceira parte tratará da teoria da Análise do Discurso aplicada ao discurso político.

2.1 COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Neste item do capítulo, vamos focar, através da análise da bibliografia estudada, os aspectos específicos da comunicação política e os mecanismos comumente utilizados pelos políticos para a construção de capital simbólico, de modo a avançar na carreira, atingindo cargos mais elevados. Este item do capítulo será muito importante para o capítulo 4, quando analisaremos o caso específico dos legisladores municipais de São João Nepomuceno e aplicaremos a teoria ao estudo de caso.

A noção de capital político que estabelecemos aqui é a mesma definida e defendida por Pierre Bourdieu (1998), como sendo uma forma de “capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento [...]” que necessita de trabalho constante “não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito” (BOURDIEU, 1998, p. 197-198).

Neste sentido, alguns autores defendem um modelo que divide o espaço político em duas arenas: a eleitoral e a legislativa. É sobre essas duas arenas que se constrói o acúmulo do capital político que, segundo Bourdieu, se dá em dois formatos: capital pessoal de notoriedade e popularidade e capital delegado de autoridade política.

O primeiro se refere àquele tipo de capital pessoal acumulado em outras áreas da vida pública e que é reconvertido em capital político; esse é o tipo de capital pessoal acumulado por artistas, atletas, intelectuais, jornalistas, médicos, entre outros conhecidos que buscam carreira política. De acordo com Martins (2017), esses políticos que ainda não atuaram como representantes da população têm dificuldade em converter seu capital simbólico pessoal de outros campos em capital político e, por isso, são vistos com pouco prestígio pelos políticos que já estão no poder e tendem a ser ofuscados na arena legislativa, mesmo que, na arena eleitoral, tenham conseguido votações expressivas.

O segundo tipo, o capital delegado de autoridade política, é o que advém do prestígio obtido entre seus pares, já na arena legislativa. Para tanto, segundo Martins (2017), após a vitória eleitoral, seria preciso construir e fortalecer um vínculo, não mais com o eleitorado, mas dessa vez, com outros agentes políticos, a fim de buscar oportunidades para uma ação política mais efetiva, por meio, por exemplo, da ocupação dos cargos ditos de confiança dentro da burocracia estatal. Esse tipo de capital se dá, conforme o autor, com a relação construída entre os próprios parlamentares, que passa, necessariamente pela construção de um capital social, que segundo o autor:

[...] embora possa ser “herdado”, não é um dado natural ou “socialmente construído de uma vez por todas e para sempre”, mas produto de um trabalho permanente. Trata-se, pois, de um investimento – de tempo, de esforço, de capital econômico – cujos ganhos, materiais ou simbólicos, serão diretamente proporcionais à extensão e à consistência da rede e ao volume de capital (econômico, cultural ou social) acumulado pelos que dela participam. Quanto maior a rede, quanto mais fortes seus vínculos, e quanto mais ricos, bem formados e bem relacionados seus membros, tanto maior será o capital social acumulado.

Assim, muito do comportamento parlamentar pode ser visto como investimento nessa “rede durável de relações” que, ao permitir e reforçar o reconhecimento da vinculação parlamentar ao grupo, seria convertido em capital social e, por extensão, em capital político (MARTINS, 2017, p. 97 - 98).

Diante dessa necessidade de se investir em capital social e da dificuldade em se acumular capital político, alguns autores, como Gomes, enxergam que, no Brasil, existe toda uma base em cima da qual se estruturam as carreiras políticas. Segundo ele, todos os políticos que já estão no poder durante alguns mandatos, no Brasil, galgam suas trajetórias de maneiras mais ou menos similares entre si, iniciando-se, normalmente, pelos cargos parlamentares de menor dificuldade até alcançarem os de maior dificuldade. De acordo com o autor, a linha seguida nas carreiras políticas seria a seguinte: vereador; prefeito de cidade pequena; prefeito de cidade média ou deputado estadual; secretário de governo estadual; deputado federal; prefeito de cidade grande ou capital; senador; ministro de estado; governador; até chegar ao cargo máximo da república, o de presidente (GOMES, 2016).

O autor ainda aponta que, ao alcançarem o posto de deputado federal, os políticos se deparam com quatro possibilidades no âmbito de suas carreiras, a saber: aposentadoria, que implicaria em sair do jogo político; ambição regressiva, que implicaria em buscar cargos do legislativo estadual; ambição estática, que implicaria em tentar reeleição no cargo de deputado federal; ambição progressiva, que implicaria em buscar cargos mais altos, como o de senador

ou, ainda, cargos no executivo. No entanto, o autor ressalta que o caminho escolhido nem sempre é condicionado ao tipo de cargo, mas aos riscos ou benefícios eleitorais do mesmo, devendo ser ponderadas as oportunidades e também os riscos envolvidos, tanto na arena legislativa quanto na eleitoral (GOMES, 2016, p. 24).

Gomes (2016, p. 25-26) levanta a hipótese de que no Brasil, as arenas legislativa e eleitoral não são independentes. Segundo apontado por ele, a arena eleitoral condiciona o comportamento dos políticos na arena legislativa, levando-os a se concentrarem em seus redutos eleitorais, tendo em vista eleições futuras e buscando estabelecer vínculos mais estreitos com o seu eleitorado. Assim, o autor entende que não é só a arena legislativa que é importante, uma vez que, sozinha, não consegue atingir o sucesso eleitoral e que é a conexão entre as duas arenas que mantém a estabilidade do jogo político no caso brasileiro.

Concordando com Pereira e Rennó (2007), Gomes (2016) também apresenta as variáveis de sucesso parlamentar em cada uma das arenas. Na arena legislativa, entre as variáveis apresentadas estão: a posição que o parlamentar ocupa dentro da agremiação partidária da qual faz parte, o que contribui para maior ou menor exposição na mídia, principalmente no caso daqueles que lideram as bancadas; a posição que o parlamentar ocupa na própria casa legislativa, seja como integrante da mesa diretora ou como membro de comissões e o número de projetos apresentados e aprovados pelos parlamentares. Essas variáveis na arena legislativa contribuem, sobretudo, para o acúmulo do já citado capital delegado por autoridade política, por fazer aumentar o prestígio do parlamentar frente aos seus pares. Sobre a arena eleitoral, no entanto, incidem outras variáveis. A primeira seria a quantidade de votos, pois quanto maior o número de votos na eleição passada, maior o quantitativo de eleitores e, logo, maior a chance de reeleição (GOMES, 2016, p. 26). A segunda variável seria a concentração (ou dispersão) de votos em um único reduto eleitoral, pois isso aumenta as chances de insucesso em eleições futuras, “uma vez que, frente a um candidato forte, o parlamentar pode perder grande quantidade de votos” (GOMES, 2016, p. 26), enquanto que o eleitorado disperso aumentaria as chances de sucesso, “pois não sendo bem votados em alguns municípios, estes parlamentares (candidatos) podem suprir o gap de votos em outras partes do mesmo reduto eleitoral” (GOMES, 2016, p. 26). A terceira variável seria a média de candidatos, pois quanto maior a competição, quanto maior o número de candidatos em um reduto eleitoral, maior também a dificuldade de um candidato para se eleger (GOMES, 2016, p. 27). E a quarta variável seria o gasto de campanha, pois possui um expressivo impacto nas carreiras políticas, sendo essencial e central na aquisição de sucesso eleitoral no Brasil (GOMES, 2016, p. 27).

Considerando-se essas variáveis, passamos a pensar sobre as estratégias adotadas pelos políticos para obtenção de capital político em ambas as arenas, sobretudo no que diz respeito à comunicação política. Segundo os autores estudados para este capítulo, existem muitos mecanismos de comunicação política usados pelos parlamentares que tendem a se refletir em sucessos em ambas as arenas.

No caso da arena legislativa, a primeira estratégia utilizada é uso da fala na tribuna. Normalmente, políticos dotados de pouco prestígio entre os demais parlamentares são os que mais buscam espaço de fala na tribuna, pois isso os tornaria mais conhecidos entre os colegas da casa e possibilitaria a eles algum ganho de prestígio. O teor das falas, no entanto, pode ser condicionado pela necessidade de sucesso na arena eleitoral, de modo que os parlamentares que ganham destaque no uso da palavra e estão mais em pauta pela população tendem também a obter maior capital político, e conseqüentemente, maior sucesso eleitoral (GOMES, 2016).

A apresentação e aprovação de projetos de lei na casa legislativa também pode ser usada como estratégia de comunicação. A depender do projeto apresentado, pode ter maior exposição midiática, o que coloca o parlamentar em posição mais conhecida pela população, levando-o a ampliar seu eleitorado, sobretudo se o projeto for voltado para atender às pautas mais urgentes no momento.

Ainda no caso da arena legislativa, como forma de comunicação, é importante que o parlamentar saiba se aproveitar da exposição midiática que certas posições ocupadas dentro da casa legislativa podem provocar. Participar de comissões ou, ainda, ocupar a posição de relator em comissões, coloca o parlamentar sempre em evidência na grande mídia. O mesmo acontece, em escala ainda maior, com os membros das mesas diretoras. São posições que dependem do parlamentar ter acumulado prestígio dentro da arena legislativa, mas que podem fazê-lo ampliar o seu capital político dentro da eleitoral, a depender da postura e da forma de ação do parlamentar ao exercer essas funções.

No caso da arena eleitoral, a comunicação política precisa ir muito além da própria campanha eleitoral, pois, como já foi dito, o acúmulo de capital político depende de um trabalho constante. Com o decorrer da história e as transformações nos meios de comunicação, as campanhas eleitorais sofreram mudanças e novas estratégias de campanha foram acrescentadas àquelas já existentes desde os primórdios da vida política no Brasil. Aos comícios, encontros corpo-a-corpo com eleitorado e a distribuição dos famosos “santinhos”, soma-se a propaganda em rede nacional de rádio e televisão e, mais recentemente, também o uso de novas mídias, como a internet e os aplicativos de celular. Em um país tão grande e plural como o Brasil, onde boa parte da população ainda não tem acesso a outros meios de informação, a campanha nas

ruas ainda é uma boa estratégia, sobretudo por criar uma atmosfera mais humana em torno do candidato.

A campanha eleitoral em rede nacional de rádio e televisão, mesmo obrigatória, tem que ser encarada como uma boa estratégia, pois contribui para que o nome do candidato se torne mais conhecido fora dos seus habituais redutos eleitorais. E, nesse caso, tem que se levar em conta as particularidades desse tipo de propaganda, pois o candidato pode ter menos ou mais tempo, a depender do partido ou do número de candidatos no cargo pleiteado, sendo necessário saber aproveitar o tempo.

Por fim, a estratégia mais recente de comunicação política, que acontece fora das ruas e das mídias tradicionais, é a comunicação que se desenrola na internet: nos sites oficiais dos partidos e candidatos, nos blogs de comentaristas políticos, nos canais do YouTube, nas redes sociais. Essa nova estratégia de comunicação parece ter se configurado, nos últimos anos, como bastante eficiente, pois, através da internet, sobretudo das redes sociais, a propaganda eleitoral não precisa se limitar somente ao período oficial de campanha estabelecido pelo TSE. Nas redes sociais, as assessorias de comunicação dos políticos podem propagar informações sobre ele também depois das eleições e durante todo o mandato, fortalecendo seu capital político para as eleições futuras e se fazendo conhecer entre eleitores fora de seus redutos e também entre os jovens futuros eleitores.

2.2 COMUNICAÇÃO POLÍTICA E O PAPEL DA MÍDIA

A atuação da mídia se fundamenta também na segmentação de seu papel, principalmente ocupando-se da análise dos grupos sociais que pretende atingir com suas iniciativas. Assim, o conceito de grupos sociais passa a ter sua pertinência no debate proposto, sendo que os mesmos podem ser compreendidos como "ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso transforma os valores e instituições da sociedade" (CASTELLS, 2002, p. 20).

Goss; Prudêncio (2004) indicam algumas ocorrências surgidas na década de 1970 que contribuem para a compreensão deste conceito. Conforme as autoras, da década de 1970 até meados da década de 1980, o povo era o sujeito dos movimentos, ocorrendo posteriormente uma transformação no papel político das pessoas, sendo que o povo se torna um sujeito organizado.

Depois desse período, o Estado deixou de ser o principal adversário dos movimentos sociais, sendo que as ações contestatórias deram lugar às novas demandas da

sociedade civil. Com as novas demandas, surgiram também novos recursos, notadamente relacionados à tecnologia. Segundo Cardoso (2018), as transformações tecnológicas trouxeram mudanças culturais nas formas como se efetivam as relações humanas, sendo que isso se reflete no cotidiano também da comunicação institucional.

O surgimento das redes sociais digitais trouxe consigo um maior dinamismo no modo como se estabelece a comunicação no setor público. No entanto, de acordo com Grunig (2009, p. 8) apud Nascimento (2013, p. 952):

[...] as relações públicas não podem tirar proveito da revolução digital, se não for praticada sob o paradigma de gestão estratégica, uma vez que o paradigma comportamental enfatiza a comunicação bidirecional para fornecer aos públicos a oportunidade de ter voz nas decisões de determinados processos da gestão pública e facilitar o diálogo entre as empresas e órgãos públicos e seus *stakeholders*, tanto antes quanto depois das decisões serem tomadas.

A adoção de plataformas digitais no contexto da comunicação social contribui para que a mesma não se torne um processo unilateral e transmissivo, fazendo com que a interação passe a caracterizar esta relação, onde a sociedade pode contribuir com o papel fiscalizador, o que se apresentava como uma realidade distante antes do surgimento das citadas plataformas e do desenvolvimento tecnológico.

Na esteira dessa constatação, devem ser observados os conceitos de governança corporativa *lato sensu* e especificamente com relação à gestão pública. A governança corporativa ou o processo de *accountability* pode ser compreendida como um meio de concretização dos princípios éticos, da boa-fé e da responsabilidade social, num contexto moderno de empresarialidade e por meio de critérios objetivos e práticos. Verifica-se que tanto na esfera privada, onde ocorrera a gênese do conceito, quanto na esfera pública, a governança corporativa se revela como um meio de se materializar o desenvolvimento da atividade empresarial em consonância com valores e princípios que possam resultar em desenvolvimento social e cidadania. A utilização do processo de *accountability* pode ser considerado como um importante avanço no contexto da gestão pública. Tanto o controle externo quanto o controle social devem proporcionar aos cidadãos e órgãos fiscalizadores a condição de verificação da transparência e consonância dos processos aos diferentes princípios que regem a Administração Pública.

Nesse contexto, as empresas públicas, geralmente destinatárias de elevado aporte de investimentos, passam a ter uma relevância ainda maior, já que muitas vezes se responsabilizam pela execução dos projetos e serviços voltados aos serviços públicos e devem primar pela atenção às normas e princípios a eles relacionados. Conforme Filho (2014), a

governança corporativa se estabeleceu graças à sua fundamentação em princípios éticos adotados na condução dos negócios, bem como em razões macro e microeconômicas. A mesma surgiu da separação entre propriedade e gestão, colocando os interesses dos gerentes de alto nível em conformidade com os interesses dos acionistas. Adotada principalmente em empresas de capital aberto, a governança corporativa pode ser definida como o sistema que controla, monitora e dirige as organizações, com a finalidade de combater as fraudes e abusos de poder.

Atualmente, os princípios de governança corporativa se estendem de forma direta ao setor público, sendo compreendidas no cenário da aplicação das melhores práticas de governança, inclusive contidas em um código específico. As recomendações trazidas pelo código são resultantes de análise e estudo por parte do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, referenciado em textos legais, regulatórios, acadêmicos e em práticas nacionais e internacionais que tratam do tema Governança Corporativa, inclusive contando com experiências e opiniões de profissionais e de entidades diversas (IBGC, 2015).

Para Côrtes (2009), o Brasil pós-ditadura se tornou um laboratório de experiências de participação social, onde a área da saúde foi a que primeiro demonstrou esta condição. Esta, que anteriormente era espaço reservado somente àqueles que eram técnicos ou profissionais do segmento, passou a ter participação de novos sujeitos, influenciando outras áreas como a educação, saúde e habitação.

No campo das políticas públicas, o Brasil da atualidade se apresenta como um espaço democrático quanto aos debates, mas com uma capacidade de deliberação ainda limitada a alguns sujeitos, tratados como representantes da população, mas que nem sempre denotam esse papel junto às instâncias onde atuam.

Conforme Frey (2000), a ação efetiva das políticas públicas sofre limitações ditadas por ações diversas, como o clientelismo, a corrupção e o paternalismo. Estas, por sua vez, têm necessidade da mídia, enquanto aparelho privilegiado na articulação hegemônica e contra hegemônica, que de acordo com Gramsci *apud* Lima (2000), se torna espaço de disputa por parte das diversas correntes políticas para justificar suas ações e mesmo demonstrar que as mesmas não são eivadas de ilicitudes como demonstram estar.

Urge considerar que os direitos sociais, fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, podem ser compreendidos como sendo o direito ao trabalho, à seguridade social, ao lazer e repouso, à segurança, à assistência social, à educação, à saúde, entre outros. Deve-se, no entanto, realizar a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais. Os direitos individuais definem a todos os brasileiros o respeito ao seu nome; à sua

intimidade; às suas relações; à sua liberdade e privacidade; ao seu domicílio; à sua correspondência e acima de tudo, o direito à vida.

Surge, nesse contexto, o conceito de mínimo existencial que para Barroso (2003, p. 323) “há razoável consenso de que ele inclui pelo menos os direitos à renda mínima, saúde básica, educação fundamental e acesso à justiça”. A partir dessa definição, é possível a certeza de que os direitos sociais não são integralmente efetivados no país, já que além dos direitos citados por Barroso (2003), ainda podem-se elencar outros, como a segurança e o lazer, bem como a informação, que define a abordagem do presente trabalho.

Conforme a Constituição Federal, em seu artigo 254, a “participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos” (BRASIL, 1988). Nesse aspecto, cumpre afirmar que no país o modo de representação política se situa na atuação nem sempre próxima dos anseios do eleitor, o que se reflete na defesa de interesses. Os chamados grupos de pressão, que fazem *lobby* em favor de seus interesses pessoais, geralmente não representam os anseios da sociedade. Apesar da prática do *lobby* ser lícita, pode-se compreender que muitas vezes a mesma favorece apenas interesses capitalistas. Isto se verifica de forma mais sutil aos olhos do grande público, já que tais iniciativas surgem geralmente apoiadas pela mídia, que muitas vezes se beneficia das mesmas (RODRIGUES, 1996).

O *lobby* no Brasil pode ser visto numa fronteira tênue ao tráfico de influências, onde se insere até mesmo a questão do financiamento de campanhas, onde a contraprestação para estas práticas ocorre pós-eleição, com a defesa de interesses particulares. Podem ser citados diversos exemplos desta prática de cunho restritivo quanto ao favorecimento de setores específicos, mas principalmente é possível identificar que a crise de credibilidade pela qual passa a classe política brasileira se transforma numa crise de representatividade, já que esta não corresponde aos legítimos interesses da população.

Ao se analisarem os elementos que contribuem para a adoção de políticas públicas no Brasil, verifica-se a existência de diversos fatores que indicam a fragilidade das mesmas quanto à sua finalidade e proveito para a população. Conforme Penteado; Fortunato (2015), a influência da mídia é percebida em diversos campos da atividade humana, inclusive na política.

Conforme Miguel (2002, apud PENTEADO; FORTUNATO, 2015), os meios de comunicação interferem nas práticas políticas, proporcionando uma dinâmica onde os veículos de comunicação se afirmam como novos espaços de disputa e novas ferramentas de persuasão, além de incorporar outros atores nos pleitos políticos.

A definição da agenda de discussões na esfera pública, feita pela mídia com a anuência das autoridades, demonstra não apenas que a dominação existe, mas que é determinante para a implantação dos modelos a serem adotados. No âmbito destas ações, que denotam principalmente a característica de atuarem como meios de marketing para lançamento de tendências e ideias surge a política informacional:

Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito (CASTELLS, 1999, p. 367).

Logo, ao submeter-se às oscilações dos interesses midiáticos, a política, notadamente as políticas públicas, participam da citada dinâmica de forma diferente daqueles interessados em sua implantação. Nesse ínterim, surge a fragilidade sugerida como título para o presente tópico. Faz-se importante a consideração que, apesar desta relação estreita entre o interesse da mídia e o dos políticos, a política não se subordina à mídia em seus diferentes veículos.

De acordo com Miguel (2002, apud PENTEADO; FORTUNATO, 2015), o desenvolvimento tecnológico das comunicações indica a importância da mídia para o político e vice-versa, mas não indica uma influência ou poder de decisão desta se os desejos não forem convergentes. Para o autor, a interpretação dos acontecimentos pela mídia busca a manipulação das massas em favor deste ponto de vista, por meio de enquadramentos, possibilitando um destaque para a fonte institucional em desfavor de discursos alternativos. Esta postura indica, para o autor, um favorecimento ao *status quo*, traduzido, no Brasil, até mesmo pela manutenção de políticos, principalmente do Poder Legislativo, em múltiplas legislaturas, mesmo que tendo uma atuação pífia em defesa dos interesses da sociedade.

Para Stromberg (2001, apud PENTEADO; FORTUNATO, 2015), os meios de comunicação de massa podem influenciar as políticas públicas de duas formas: dentro da competição eleitoral, em que as políticas são apresentadas como produtos dentro de mercado eleitoral ou como referência para avaliação dos resultados e popularidade de determinadas políticas. Em ambos os casos, a abordagem é pertinente, mas não completa, observando que a mídia serve também como meio para divulgação de ações políticas e de diferentes discursos, podendo-se considerar que a mesma é seletiva quanto a decidir o quê, porque e como divulgar. Assim, a mídia favorece àqueles que têm o discurso afinado com seus interesses.

Conforme Azevedo (2015), temas que têm grande espaço de mídia como união civil entre pessoas do mesmo sexo, redução da maioria penal, descriminalização da maconha e legalização do aborto deixam a seara dos debates para serem inseridos até mesmo na ficção, como forma de se incorporarem ao cotidiano das pessoas. Em contrapartida, assuntos como a reforma política, reforma da Previdência, trabalhista e outros, que deveriam ser explorados com foco na compreensão acerca de seu impacto para a sociedade, são apenas noticiados, despidos de esclarecimentos sobre os mesmos e favorecendo a manutenção da ignorância por parte da população. Ainda que não se deva desmerecer a importância de temas relacionados ao dia a dia, que são muito importantes, a forma como a informação é levada a público é claramente com o intuito de induzir à formação de opinião convergente. O mesmo ocorre com os temas de caráter político, mas tendo minimizada sua importância até pela sua restrição aos espaços jornalísticos, considerando que a ficção e o mero entretenimento demonstram maior penetração nas classes menos favorecidas e mais numerosas.

A mediação que, *a priori*, deveria ser exercida pela mídia, se reveste de um viés ideológico e cria tendências, ou polarizações, em torno de uma agenda conveniente para cada momento da vida política do país. Deve-se considerar, para compreensão acerca dos motivos desta manipulação, que até 1988 a concessão de serviços de radiodifusão era exclusividade do Presidente da República, que a utilizava como meio de negociação para ter sua imagem divulgada de forma positiva por esses meios. Os meios de comunicação ainda são, na maioria, controlados por grupos familiares, políticos ou formados por ex-políticos (AZEVEDO, 2006).

A mídia brasileira, que influencia as políticas públicas e opiniões sobre os mais diversos assuntos, tem uma conduta questionável quanto à sua composição e origem. Apesar de indicar, teoricamente, uma das facetas da democracia, a mesma se caracteriza pela existência de monopólios da informação. Conforme o FNDC (2015), onze grupos familiares controlam a mídia brasileira. Verifica-se também que 10% dos deputados e 25% dos senadores são proprietários de concessões de televisão ou rádio.

A ampliação da participação da sociedade civil na mídia foi uma proposta apresentada no FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. As redes sociais e a internet de modo geral têm se apresentado como alternativa para divulgação da informação, que pode ter o caráter de isenção que seria esperado da grande mídia. No entanto, a penetração do rádio e da televisão em todas as classes sociais faz com que estes meios de comunicação de massa possuam bem menos influência. Diversos assuntos fazem parte do cotidiano dos cidadãos brasileiros por representarem, muitas vezes, grandes obstáculos à qualidade de vida e mesmo à dignidade humana. No entanto, devido ao desinteresse desses

grandes grupos de comunicação pelas causas sociais, estes temas são relegados a um plano inferior.

Considerando a esfera municipal como mais próxima do cidadão, ou seja, como sendo a estrutura de poder que integra o cotidiano do mesmo, observa-se que as iniciativas voltadas à comunicação na mesma podem ter um efeito imediato, de mensuração menos complexa e de resultados mais aproximados aos anseios da sociedade.

2.3 ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSO POLÍTICO

Neste tópico, abordaremos alguns aspectos teóricos que permeiam as discussões relacionadas à Análise do Discurso (AD) de uma forma geral e, especificamente, à AD aplicada ao discurso político. Esperamos que essa abordagem nos permita compreender melhor as estratégias de promoção dos membros do poder legislativo da cidade de São João Nepomuceno no que diz respeito ao acúmulo de capital político nas duas arenas anteriormente apresentadas: a legislativa e a eleitoral.

A Análise do Discurso (doravante denominada AD) se constitui como um campo de pesquisas relativamente novo. De base francesa, tem como principal autor o filósofo francês Michel Pêcheux, que desenvolveu seus estudos no auge do estruturalismo, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, de 1969. Através da orientação de Pêcheux, a AD trabalha com seus objetos discursivos sob a ótica da historicidade, da interdiscursividade e da sistematicidade (CILLA & COSTA, 2015, p. 235).

No Brasil, foram os estudos pioneiros da autora e pesquisadora Eni Orlandi que inauguraram a AD no país, onde, atualmente, os estudiosos da AD “tomam como objeto discursos verbais e não-verbais, com temas dos mais diversos, dando ao legado de Pêcheux novos desdobramentos e finalidades, mantendo o prestígio da matriz francesa” (CILLA & COSTA, 2015, p. 235).

AD, como o próprio nome já sugere, tem como objeto de estudo não a língua, mas o discurso. Conforme aponta Marques (2007, p. 6):

Na AD, a linguagem não é um sistema abstrato, mas um produto sócio-histórico. Dito de outro modo, ela é um entrecruzamento da estrutura com o acontecimento, da forma com o conteúdo. Os sentidos das palavras não são fixos, estáveis, transparentes, mas construídos socialmente num dado momento histórico. Pode-se dizer que a linguagem é um processo e não um produto acabado.

Segundo Orlandi (2009), a AD nos anos 1960 se constituiu através dos questionamentos surgidos pela confluência de três disciplinas que, segundo a autora, são também a ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A Linguística tem como objeto próprio a língua, que possui uma ordem própria, afirmação que, de acordo com Orlandi (2009, p. 19), é fundamental para a AD, uma vez que esta procura mostrar que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é uma relação direta, unívoca, pois cada elemento apresenta sua própria especificidade. A AD do discurso também traz consigo o legado do marxismo, com o seu materialismo histórico, segundo o qual se afirma “que há um real na história de tal forma que o homem faz história, mas também não lhe é transparente (ORLANDI, 2009, p. 19). Dessa forma, os estudos do discurso, ao somarem a história com a língua, estudam a forma material da língua, chamada forma linguístico-histórica. Nesse ponto, Orlandi (2009, p. 19) afirma que, em estudos discursivos, forma e conteúdo não se separam, devendo-se, portanto, compreender como um acontecimento e não só como estrutura. E, reunindo acontecimento e estrutura, tem-se a forma material vista como um acontecimento da língua em um sujeito afetado pela História. É nesse sentido, pois, que entra em ação a contribuição da Psicanálise, deslocando a noção de homem para a noção de sujeito, que, por sua vez, só se constitui enquanto tal na história.

Além do mais, segundo a autora, ainda que seja a AD herdeira de três disciplinas (Linguística, Marxismo e Psicanálise), não o é de maneira servil nem permite que se resuma a apenas uma das três, ao contrário, “interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (ORLANDI, 2009, p. 20).

Se os conceitos de linguagem e de sujeito presentes nas bases das Ciências Humanas e Sociais do século XIX já não fazem sentido sem as contribuições da Psicanálise e da Linguística, por outro lado, também a noção de língua não pode mais ser a mesma depois da contribuição trazida pelo Materialismo.

A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos do conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso (ORLANDI, 2009, p. 20).

Cilla & Costa, ao analisarem a obra de Orlandi, afirmam que o que caracteriza o discurso é a maneira como ele funciona. Segundo os autores, “a forma como um discurso é proferido, recebido e interpretado está ligada a certo tipo de funcionamento discursivo” (CILLA & COSTA, 2015, p. 236). Os critérios utilizados para a sistematização dos tipos de funcionamento discursivo são *reversibilidade* e *polissemia*.

O critério de *reversibilidade* baseia-se na interação entre os interlocutores, o que significa dizer que, quanto maior for essa interação e a troca de posições entre o receptor e o locutor, maior também a reversibilidade. A *polissemia*, por sua vez, tem como base os múltiplos significados em torno do discurso que são atribuídos aos seus interlocutores.

Assim, tomando como ponto de partida esses critérios, Orlandi (2009, *apud* CILLA & COSTA, 2015, p. 236) divide os tipos de discurso em três categorias: lúdico, polêmico e autoritário. No lúdico, a reversibilidade é total e há uma polissemia aberta. No polêmico, existem condições para a reversibilidade e há uma polissemia controlada. Por fim, o discurso autoritário se configura como um tipo em que quase não há reversibilidade e a polissemia é contida.

É importante ressaltar que nenhum discurso se enquadra totalmente em um único tipo, tampouco esta é uma definição estanque ou tem a intenção de julgar os sujeitos do discurso. O que Orlandi buscou com essa tipologia foi compreender mais a fundo como os discursos funcionam em relação às suas condições de produção e os seus interlocutores (CILLA & COSTA, 2015, p. 236).

Marques (2007), em sua tese de doutoramento, trabalha a AD levando em consideração as *condições de produção*, ou seja, considera as circunstâncias de enunciação de um discurso e também o seu contexto sócio-histórico e ideológico. Ao tratar de *condições de produção*, o autor também trabalha com as noções *interdiscurso* e *intradiscurso*. Interdiscurso seria aquilo que Orlandi (1999/2001, p. 31, *apud* MARQUES, 2007, p. 10) define como:

[...] aquilo que fala antes, em outro, lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

O que significa dizer que tudo que antes já foi dito e esquecido, determina tudo que se diz no aqui e no agora. Nesse sentido, Marques (2007, p. 10) afirma que o *interdiscurso* é o

eixo vertical pelo qual se ligam todos os já-ditos e esquecidos. Por sua vez, o *intradiscurso*, representaria “o eixo horizontal da formulação, aquilo que é dito num determinado momento” (MARQUES, 2007, p. 10). Segundo o autor, é o interdiscurso que promove a disponibilidade dos dizeres responsáveis por afetar a forma como um sujeito significa uma dada situação discursiva. “No interdiscurso, fala uma voz sem nome, portanto é o exterior da língua que vai determinar o dizer do sujeito” (MARQUES, 2007, p. 10).

Em outras palavras, a AD, que compõe o embasamento teórico desta dissertação, relaciona o discurso e a linguagem sempre com o contexto sociopolítico e histórico em que está inserido, de modo que não se pode pensar os sujeitos do discurso sem considerar sua historicidade, o seu ser e estar no mundo e as ideologias que os influenciam. Também não se pode pensar os sujeitos do discurso como neutros ou imparciais, ponto importante e que deve ser destacado ao pensarmos o discurso político, fundamental para este trabalho.

O discurso político é, conforme aponta Eduardo (2014), marcado pela persuasão que, segundo o autor, é um dos aspectos mais característicos desse tipo de discurso. “Podemos encontrar nos atores que participam dele, a utilização de recursos retóricos e procedimentos linguísticos como meios de persuasão, na tentativa de se eleger num cargo público por meio da votação popular” (EDUARDO, 2014, p. 463) e, mesmo depois de eleitos, seguem usando mecanismos de convencimento e autopromoção como forma de manterem seu capital político construído dentro das já citadas arenas do palco político.

Eduardo (2014, p. 464), ao aplicar a AD ao discurso político, trabalha com os conceitos de *logos*, *etos* e *pathos*, desenvolvidos, principalmente, nos estudos de Aristóteles sobre retórica:

O *logos* (argumento) seria o próprio discurso, as propostas e os argumentos apresentados pelo candidato em cada tema discutido. Já o *etos* (imagem), seria a autoimagem que o ator político institui perante os seus interlocutores; e o *pathos* (paixão), voltado para o sentimento, em que o candidato tenta conquistar os eleitores através da demonstração de proximidade e preocupação com os desejos dos mesmos.

No caso específico desta dissertação, não trabalhamos com candidatos, mas com atores políticos já eleitos, então, por que tratar de questões relacionadas a candidatos? Ora, porque após as eleições, cabe ao eleito buscar se manter na cena política, sobretudo se almeja a reeleição. Como vimos no primeiro tópico deste capítulo, os atores políticos detentores de cargos do legislativo, como é o caso dos vereadores do município de São João Nepomuceno, atuam em duas arenas, a eleitoral e a legislativa, sendo o desempenho na arena legislativa fundamental para a manutenção do sucesso na arena eleitoral em eleições futuras.

Como veremos no próximo capítulo, fica claro que os vereadores do município de São João Nepomuceno, assim como a maioria dos detentores de cargos eletivos, buscam, cada um à sua maneira, encontrar meios para manutenção de suas imagens políticas, seja pela interação com o eleitorado, através do aplicativo Câmara Participativa (objeto de estudo desta dissertação), seja por meio de proposições e solicitações encaminhadas ao executivo municipal ou pelos projetos de lei que propõem ou decidem apoiar, tendo em vista a parcela da população que pretendem atingir. Todos esses mecanismos visam o acúmulo de material para convencimento do eleitorado e a aproximação com o mesmo.

No próximo capítulo, apresentaremos em detalhes os dados e análises a respeito das estratégias dos vereadores de São João Nepomuceno, bem como as características de cada um e o papel do aplicativo Câmara Participativa.

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NAS INSTITUIÇÕES, LEIS QUE FUNDAMENTAM O ACESSO À INFORMAÇÃO E O CASO DA IMPLANTAÇÃO DOS CANAIS DE INFORMAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

O presente capítulo tem por objetivo a comunicação pública e institucional. Estruturado em três partes, tratará, na primeira parte da comunicação pública, a partir de conceitos teóricos, além de apresentar as diferenças nos campos de atuação que se desenham na comunicação pública. Na segunda parte, serão apresentadas questões específicas da comunicação governamental e as leis que garantem o acesso às informações públicas. Na terceira e última parte, apresentaremos um estudo mais detalhado sobre a comunicação no legislativo municipal para o caso específico de São João Nepomuceno e a implantação dos canais de comunicação no referido município.

3.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: DIFERENÇAS NOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

Este primeiro item tem como objetivo abordar conceitos de comunicação, comunicação pública e comunicação política, quais as distinções e pontos em comum. A comunicação pública no Brasil, sua evolução e, por vezes, retrocesso em virtude das pressões políticas e interesses de grupos será analisada sob a perspectiva de diversos autores.

No Brasil, somente com o fim do regime militar pode-se iniciar discussões sobre a comunicação pública isenta de influências políticas e ideológicas. Outra evolução foi o uso das TICs em favor da comunicação pública e como instrumento para garantir o direito fundamental à informação pública. Para entender a comunicação pública, se faz necessária a reflexão sobre a comunicação em si na contemporaneidade, com o advento das trocas rápidas de informações promovidas pela internet e a heterogeneidade dos receptores em tempos de globalização.

A internet modificou o perfil dos receptores da informação, antes homogêneos, revelando a necessidade crescente de uma comunicação com valorização dos receptores. Esse fenômeno também dissociou a comunicação da ideia de “comunhão”, atribuindo à informação um vínculo e uma confiança sem precedentes. Comunicar passou a exigir a promoção da convivência entre as informações e a sociedade e a convergência nas divergências sociais, culturais, econômicas, políticas e ideológicas. Lidar com o individualismo coletivo, a pluralidade seletiva de informações e as interpretações subjetivas, tornou-se o principal obstáculo da comunicação na atualidade. A velocidade das informações, outrora considerada uma conquista, inseriu a comunicação numa armadilha associada ao volume, distanciando-se

da qualidade e aproximando-se da manipulação, cabendo ao profissional da comunicação o papel de filtrar e harmonizar esse fluxo descontínuo, através de seu conhecimento (WOLTON, 2010).

Rüdiger (2011) entende a comunicação como uma exclusividade destinada à interação humana, “um processo social primário” na busca pela compreensão recíproca, através de transmissão de conhecimento pretérito e as comunicações como o processo técnico de mediação de massa.

Definir comunicação pública na acepção atual ainda encontra óbices, em virtude da parcimônia bibliográfica nacional sobre o assunto. A maioria dos autores de referência sobre comunicação pública é italiana e ainda não possui suas obras traduzidas para o português - e mesmo na língua de origem as suas publicações são de difícil acesso no Brasil.

Apesar dos desafios em precisar a cronologia dos estudos dedicados à comunicação pública sistematizada na percepção atual, Haswani (2013) atribui como marco a Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália, e como propulsora de estudos acadêmicos na década de 80. O interesse acadêmico pelo tema não se limitou ao território italiano, se estendendo pela Europa.

No Brasil, a comunicação pública como fenômeno esteve associada, durante longo período, ao interesse político, dificultando a dissociação conceitual entre comunicação pública/política, em que as informações serviam de respostas ideológicas para legitimar o próprio sistema. Havia preocupação na formação de opinião pública de apoio e a seleção das informações era primordial, através de códigos apropriados aos interesses do regime político vigente.

Durante a ditadura militar no Brasil, a comunicação pública esteve atrelada à comunicação governamental, orientada pelo autoritarismo vigente que definia e controlava a imprensa nacional - o que ficou evidente com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a organização do Sistema de Comunicação Social. Além das propagandas políticas, visava à censura e repressão dos meios de comunicação que apresentassem uma postura de crítica aos interesses do regime. Somente com a transição para a democracia e o fim da censura, observou-se uma mudança nesta noção de comunicação pública (DUARTE, 2007).

Os debates puderam ser abertos, com o fim da ditadura militar, com o objetivo de efetivar a transição e o planejamento de uma nova política pública de comunicação inserida na nova ordem democrática estabelecida no país. A promulgação da Constituição de 1988, além de marco desta nova ordem, definiu os serviços de radiodifusão privado, público e estatal, em seu art. 23. A radiodifusão pública passou a ser o veículo de comunicação pública (MATOS, 2006). Contudo, este artigo já surgiu ultrapassado, conforme explica Matos:

[...] o art. 23, embora defina o sentido de Comunicação Pública do ponto de vista legal e normativo, não leva em conta as transformações das tecnologias da informação que já estavam em vigor nos meios de comunicação. Desconsidera, também, a influência do mercado na reconfiguração dos grupos de mídia e na definição dos conteúdos dirigidos para a audiência.

Essas alterações do conceito de Comunicação Pública foram visíveis na Europa, com o desenvolvimento do rádio nos anos 20 e 30 e, mais tarde, no pós-guerra, com a televisão. (MATOS, 2006, p. 63).

Porém, pode-se recorrer à ideia de que comunicação pública é o processo de comunicação que envolve os agentes públicos e toda atividade por eles realizada que seja de interesse público. Este pode ser entendido tanto pela definição de novas regras da administração pública, quanto como uma forma de conhecimento das ações do Estado que se traduza em uma efetiva, transparente e clara prestação de contas.

Haswani (2013) destaca que a comunicação se fundamenta em modelos básicos já tradicionalmente estudados e consolidados em todos os níveis de comunicação da era moderna. Não seria diferente no caso da comunicação pública, quando o Estado se apresenta como emissor (o processo de comunicação se faz com os seguintes elementos: emissor, canal ou meio, mensagem, código e receptor). Entretanto, a mesma autora esclarece que a comunicação pública evolui para uma relação direta com a mídia, seja de forma geral ou particular (quando a relação é diretamente com a imprensa).

Essa situação é predominante no Brasil, dado que é notória a influência das informações advindas dos órgãos oficiais de governo que se transformam em notícias divulgadas pela mídia e pela imprensa. Os organismos estatais possuem, na quase totalidade deles, assessorias de impensas com a atribuição específica de divulgar os atos públicos, a agenda dos titulares desses órgãos, as campanhas, os programas, inflando as redações de jornais, revistas, emissoras de rádio e TV.

Sobre a veiculação da comunicação pública através de imprensa de massa, Duarte (2007) adverte que apesar de a imprensa ser o principal veículo da comunicação pública, não se pode acreditar na sua imparcialidade e liberdade na seleção e apresentação de conteúdo. Nem na sua abrangência, pois além das restrições mercadológicas e de formato, os interesses privados podem comprometer ou se ausentar de debate isento.

Na América do Sul, pode-se destacar um fenômeno interessante no qual os acontecimentos da esfera pública não são recebidos por meios de comunicação próprios, mas pela mídia de massa, diferentemente do que ocorre na Europa (HASWANI, 2013), caracterizando “uma nova diagramação de espaços e intercâmbios urbanos” (CANCLINI apud HASWANI, 2010, p.66).

Na visão de Brandão (2006) sobre a forma de comunicação nas assessorias, a divulgação na mídia de conteúdos oriundos de instituições públicas parte do pressuposto de que o público deve conhecer aquilo que é de interesse do órgão público. O objetivo é conseguir um bom relacionamento com a mídia, para que eventos e atos de interesse das instituições sejam publicados, ou seja, tenham espaço na grande mídia. Assim, os meios de comunicação de massa transformam aquilo que é de interesse do órgão em interesse público. Para a mesma autora, isso não pode ser denominado comunicação pública, pois tal atividade integra funções tradicionais de uma assessoria. Desse modo, o povo se manteve distante da comunicação oriunda do Estado, dado que a mídia, em seu domínio desse espaço, é o instrumento que determina como a informação chega aos cidadãos.

Torna-se necessário que a comunicação pública, oriunda do Estado, se processe de forma proativa para que os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal sejam confirmados. Na condição de garantir os direitos individuais e sociais a comunicação estatal deve ser obrigatória (HASWANI, 2013).

Outra questão importante, como destaca Batista (2010) é que o processo de divulgação pública ainda não ocorre de forma inteligível para toda a população, pois, dentro do propósito com que é feita, essa comunicação traz em si uma “linguagem complexa das leis e das normas”. Esse aspecto foi interpretado por Habermas (1984) como dependente “da realização de um processo permanente de tradução das informações oriundas do Estado para termos inteligíveis ao ‘homem comum’” (BATISTA, 2010, p. 228). Extrai-se que o excesso de rigorismo linguístico, tanto na complexidade, quanto na formalidade, e o uso de termos jurídicos inviabilizam o entendimento por parte da sociedade das divulgações provenientes da esfera pública, rompendo o elo final com o receptor da comunicação e contrariando o objetivo da comunicação pública de aproximação com os cidadãos.

Na tentativa de solucionar esse impasse, Batista (2010) explica que organismos internacionais propuseram práticas que podem facilitar o entendimento da comunicação dos atos públicos, o que envolve pensar a transparência por meio da abertura da informação por parte do governo, comunicação aos cidadãos e a consequente prestação de contas sobre as decisões que o governo tenha tomado.

Essa mais correta forma de deliberação pública remete aos conceitos de Jürgen Habermas em seu livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, no qual traça um histórico da esfera pública burguesa, quando evidenciava-se duas categorias de esferas deliberativas: a privada e a pública, sob a qual o patriarca exercia sua liberdade, pois nela era permitido aos homens serem livres e deliberativos.

Ao verificar o conceito de Habermas (1984), percebe-se o quão importante é a transparência na comunicação pública. Para ele, a esfera pública tem uma instância limitadora do poder e essa esfera se baseia na cultura política de pessoas que vivem em liberdade. Em sua conceituação, a esfera pública intermedeia o Estado e a esfera privada, com o detalhe de que a esfera pública tem caráter político em sua função e caráter privado em sua composição, tornando a esfera pública uma área constituída de pessoas privadas reunidas em público. Em suma, “esfera pública (ou espaço público) é a arena em que se discutem temas de interesse da sociedade em geral ou de comunidades em particular; é indispensável que haja envolvimento coletivo, seja no país ou num bairro” (HASWANI, 2010, p.88).

De seu lado, Gomes (2009, p. 57) traz à luz a ideia de esfera pública como “o domínio social da argumentação coletiva”, dado que a democracia é um sistema de governo exercido pelo povo em sua totalidade e não apenas por parte dele.

Para a efetivação da comunicação pública e, principalmente, para que o liame lógico da democracia seja respeitado, mantendo os cidadãos cientes dos acontecimentos nos órgãos públicos de forma clara e precisa, promovendo a participação ativa, o Estado não pode ficar inerte ou omissivo na veiculação de informações de interesse da sociedade.

A comunicação pública, então, é o processo por meio do qual interagem atores públicos e privados e possibilita que ocorra relação clara e transparente entre Estado e os cidadãos, favorecendo uma relação entre civil e social de forma madura e robusta. Sob esta ótica, Haswani (2010, p.125) adverte que “[...] a finalidade principal da comunicação pública é a realização do interesse geral”.

A Lei de Acesso à Informação, no Brasil é na prática a garantia de transparência nos atos dos agentes públicos, o que exige atentar-se para o processo de comunicação pública, pois, é evidente que a prestação de informações pelos órgãos públicos, tendo como destinatários os cidadãos, se caracteriza como um processo de comunicação com todos seus requisitos e estipulada pela lei. Ou seja, o órgão público fica obrigado a atuar de forma transparente e fornecer as informações solicitadas, preservadas as que sejam classificadas como sigilosas, casos de dados pessoais, informações sob a guarda do Estado que digam respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, imprescindível à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, ações de inteligência e de estratégia) entendidas como não públicas. A lei especifica as autoridades às quais se atribui a prerrogativa de classificar o grau de sigilo das informações.

Assim, conclui-se que a comunicação pública por muito tempo vem seguindo um padrão no fornecimento de informações para o público “em geral”. Contudo, verifica-se que

atinge segmentos elitistas da sociedade, distanciando-se do propósito de informar todas as camadas sociais, inviabilizando a participação em atos decisórios e conhecimento prévio das ações públicas por parte da população.

A comunicação política trata do discurso e ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham a ver com poder político, relacionado ou não a eleições. A comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionado a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (DUARTE, 2007). A comunicação política, ao emitir mensagens, visa tão somente respostas ao próprio sistema. Dependendo do sistema político e da finalidade a ser atingida as informações são selecionadas e interpretadas antes de sua veiculação. Verifica-se uma relação de interdependência entre o conjunto de mensagens emitidas e as respostas recebidas, pois estas influenciam atos futuros e revisão dos anteriores (BOBBIO, 1995). Não raro, dependendo dos interesses em jogo, as revisões alcançam tão somente o processo comunicativo, preservando os atos de *feedback* negativo.

A comunicação política se estrutura tensionando a formação de opinião pública positiva, ou seja, a legitimação de seus atos para manutenção do próprio sistema. Nesse quadro, não há preocupação com a informação clara e precisa de todos os atos e decisões políticas. Por óbvio, o regime político vigente influencia, ou melhor, define as diretrizes adotadas pela comunicação política, o fluxo de informação, o grau de seletividade e até mesmo sua manipulação com objetivo de evitar rejeição ou crítica ao sistema.

Bobbio (1995) salienta que por atender aos seus próprios interesses de manutenção e adaptação, a comunicação política pode ser vislumbrada no cotidiano do ser humano, não se restringindo ao sistema governamental a finalidade de transmitir mensagens que influenciam a formação de opinião. Na órbita governamental, esta comunicação se dá através de canais especializados em comunicação de massa. Em regimes totalitários ou autoritários o fluxo de comunicação se direciona das elites e destas para as massas, através de um esforço constante na obtenção de apoio popular.

Para compreensão do sistema e análise da opinião pública utiliza-se o *feedback* negativo ou positivo ao estímulo emitido. Segundo Bobbio (1995), o *feedback* negativo são respostas recebidas de decisões pretéritas que podem promover uma discussão, análise ou até

mesmo modificação destes atos. O *feedback* negativo é uma importante ferramenta de controle externo e um sinalizador para continuidade de determinadas decisões.

O *feedback* positivo, ao contrário do acima exposto, garante legitimidade dos atos, fortalecimento do sistema e manutenção decisória. A análise coerente da amplitude do feedback positivo garante uma conexão com a realidade do externo e o seu comportamento diante da mensagem recebida.

Na ótica da teoria das comunicações, saber interpretar o *feedback* é essencial para delinear e criar decisões futuras eficientes e, principalmente, acolhidas positivamente pelo receptor. Além de fundamental para compreensão das mudanças ocorridas nos sistemas políticos, o *feedback* pode provocar mudanças nos sistemas de valores e dos próprios canais de comunicação, interferindo internamente e provocando redefinição do próprio sistema e das informações emitidas (BOOBIO, 1995).

A concepção de comunicação pública pode ser entendida sob três óticas: a instrumental, a ecumênica e a competitiva. A instrumental vale-se de estratégias ideológicas para manipulação da opinião pública e veiculação institucional para seduzir a população. Pode-se citar as propagandas educativas e informativas dissimuladas por regimes populistas e até mesmo fascistas, de cunho ideológico e dissociadas da imparcialidade, objetivando, além da manipulação, o controle e manutenção do poder. Abordagem ecumênica dá-se com a circulação e interação de informações entre atores políticos, mídia e o público. Faz-se uma distinção entre canais institucionais, diretamente ligados à administração pública; canais organizacionais pertencentes aos partidos, movimentos e forças organizadas; canais midiáticos; mídias de massa; canais interpessoais; de grupos sociais e de relações de indivíduos. Na concepção competitiva, explora-se, através da disputa, a influência e o controle utilizando-se das mídias. Estas, por sua vez desempenham um papel primordial neste campo de embate. Neste processo, a mídia pode alterar as concepções e modificar o cenário vigente (MATOS, 2006).

Extrai-se que, independente da concepção ou da abordagem atribuída à comunicação política, seu foco principal é influenciar positivamente a opinião pública visando seus próprios interesses - apesar de ser também um propulsor de debates e modificações. Na comunicação pública, a condução da opinião pública não é seu objetivo principal.

O profissional do jornalismo, no exercício de sua atividade, propõe-se apresentar à sociedade a informação de forma isenta e eficiente. Contudo, a sua atuação sofreu transformações no decorrer do tempo e assumiu características no contexto histórico inserido,

atendendo aos anseios e pressões de cada época. O jornalismo foi se segmentando em subáreas, atendendo ao mercado de trabalho e as exigências da mídia.

Apesar da relutância de muitos autores em separar conceitualmente o jornalismo da comunicação, no Brasil os dois termos são empregados como sinônimos e os seus atores transitam nas duas áreas. “Mas todos se auto definem como jornalistas uma vez que a profissão é determinada pelo diploma obtido nas faculdades de Comunicação, Habilitação, Jornalismo, registrado no Ministério do Trabalho e exigido pelas empresas para o exercício profissional” (ADGHIRNI, 2004, p.269). Na atualidade, o curso se apresenta como graduação em Jornalismo, não havendo, portanto, o curso de Comunicação como graduação.

O campo do jornalismo vem perdendo espaço para as assessorias de comunicação, privadas ou públicas, fato este ainda objeto de investigação (ADGHIRNI, 2004). As divergências entre a atuação do assessor e do jornalista de redação podem ser sanadas com o trabalho daquele de facilitador do fluxo de informações levadas à sociedade pelos meios de comunicação (MAFEI, 2012).

Ao fazer um aporte histórico, pode-se verificar que a assessoria de imprensa surgiu no final do século XIX, impulsionada pelo capitalismo e o desenvolvimento industrial. Porém, os jornais impressos da época, com um público crescente e abrangência maior em virtude da invenção da rotativa e do linotipo, não atendiam aos interesses dos trabalhadores, que resolveram fazer suas próprias publicações. Os empregadores, em resposta, passaram a criar jornais internos com objetivo de inibir atitudes revolucionárias. Assim surgiram os *house organs* ou “publicações da casa”, informativos e folhetos de comunicação interna nas empresas e instituições (MAFEI, 2012). A assessoria de imprensa surge para atender interesses sociais de classes “invisíveis” no jornalismo tradicional e, por outro lado, promover o entendimento no ambiente interno das indústrias acusadas de exploração da classe operária. Na esfera pública, os Estados Unidos foram o primeiro país a inserir o *house organs*.

O presidente norte-americano Andrew Jackson foi o precursor dos *house organs* na área governamental ao lançar, em 1829, o *The Globo*. Na iniciativa privada, um dos primeiros jornais de empresa voltados para o público interno foi o *The Triphammer*, da Massey Harris Cox, também nos Estados Unidos, em 1885. O alcance e o retorno proporcionados pela exposição pública levaram pioneiros como Phineas T. Barnum, do Circo Barnum, a produzir folhetos, panfletos e brochuras como forma de divulgação, além de comprar espaços nos jornais para divulgar seus espetáculos. (MAFEI, 2012, p.25)

Atribui-se ao jornalista americano Ivy Lee o surgimento da assessoria de imprensa, por sua atuação junto às empresas do odiado John Rockefeller, que rapidamente reverteu sua imagem diante da opinião pública.

Nos Estados Unidos, as organizações sindicais desgastavam a imagem das grandes indústrias e empresas acusadas de exploração dos operários e lucros rápidos pressionando os empregadores através de estratégias, associação para conscientização dos trabalhadores e comoção da sociedade. Neste cenário, as empresas ávidas pela expansão propiciada pelo capitalismo e almejando se distanciar da opinião pública negativa passaram a buscar como alternativa as assessorias de imprensa (MOURA, 2008). A atividade de assessor de comunicação rapidamente se consolidou ao redor do mundo nas grandes corporações e na esfera pública não foi diferente.

No Brasil, segundo Mafei (2012), Nilo Peçanha, no início do século XX, foi o primeiro presidente a inserir assessoria de imprensa e lançar um informativo. Na iniciativa privada, poucos anos mais tarde, em 1914, a empresa Light criou seu próprio departamento de assessoria de imprensa e relações públicas e em 1921 começou a publicar o primeiro *house organ* brasileiro, o Boletim Light. Com a vinda dos europeus após Primeira Guerra Mundial, chega ao país também a cultura de panfletagem nas portas das indústrias e jornais da classe operária. E, conseqüentemente, outras indústrias também passaram a criar e distribuir revistas, folhetos e boletins informativos.

Na atualidade, a área que mais emprega jornalistas são as assessorias de imprensa. A Federação Nacional dos Jornalistas (2004, p.7) define a sua função da seguinte forma:

Serviço prestado a instituições públicas e privadas, que se concentra no envio frequente de informações jornalísticas, dessas organizações, para os veículos de comunicação em geral. Esses veículos são os jornais diários; revistas semanais, revistas mensais, revistas especializadas, emissoras de rádio, agências de notícias, sites, portais de notícias e emissoras de tevê.

Com o aumento de demanda e as necessidades do mundo globalizado e tecnológico, houve uma ampliação de estratégias para criação de assessoria de comunicação e o jornalista passou a atuar com gestor organizacional para interlocução com diversos públicos, prezando pela responsabilidade social. Dentre as atribuições pode-se destacar: a) planificação da comunicação com os variados públicos; b) facilitar a compreensão do papel da organização; c) criação de canais de comunicação para divulgação dos valores e atividades da organização; d) selecionar material de interesse público para divulgação; e) criar ferramentas para avaliar os resultados alcançados com as divulgações (FENAJ, 2004).

Para atender as metas e obtenção dos resultados esperados, o assessor dispõe de ferramentas, que através de planificação dinamizam a comunicação, tais como:

- *Press-kits*: material informativo de apoio geralmente distribuído em eventos como entrevistas e coletivas;
- *Press-release*: texto em formato reduzido e estrutura padrão jornalística, direcionado a distribuição gratuita a veículos de comunicação com a intenção de despertar o interesse de veiculação. Na internet, muda somente o canal, podendo adicionar recursos multimídias (DUARTE, 2003);
- *Follow up*: destinado à confirmação de recebimento do *release* e outros informativos que em virtude do uso dos meios eletrônicos, perdeu sua relevância, visto que pode ser solicitado no próprio sistema de envio resposta ou acusação de recebimento;
- *Clipping*: também conhecida como taxação, trata-se da organização e arquivamento de toda publicação ou informação produzida pela assessoria com objetivo tanto de mensurar a produtividade, quanto como se processa sua circulação;
- *Mailing list*: listagem de pessoas ou veículos de comunicação, categorizados com dados suficientes para selecionar na hora do envio de *release* de interesse;
- *House organs*: informativos institucionais.

O trabalho também pode ser organizado com calendário institucional, garantindo um planejamento adequado, que pode ser controlado através de *check-list*.

Atender ao interesse público é o objetivo da comunicação pública e categorizar as informações pode auxiliar a atingir esta meta, conforme segue: a) institucionais: atribuições da organização e seus agentes e todo o aparato institucional para autogestão e os serviços oferecidos aos cidadãos; b) de gestão: acontecimentos envolvendo a instituição e seus agentes. Atos, discussões, aquisições etc; c) utilidade pública: serviços, avisos, orientações de interesse dos cidadãos; d) de prestação de contas: apresentar as receitas e despesas dos recursos públicos; e) de interesse privado: se remetem a determinados cidadãos, empresas ou instituições; f) mercadológicos: produtos e serviços concorrem no mercado; g) dados públicos: informações de interesse geral (DUARTE, 2007).

A comunicação deve entender e se adaptar às necessidades do cidadão, com informações aparentemente simples, mas que valorizam e aumentam o interesse da sociedade, tais como: calendário de vacinação, mudanças de legislação, datas para pagamento de impostos e taxas, dentre outras. Contudo, não pode ser reduzida somente à informação. Deve haver troca no processo para transformação constante, através da participação, do diálogo e das respostas

(DUARTE, 2007). Um canal fechado de comunicação, que não ouve o receptor, suas críticas, dúvidas, sugestões e elogios, não atende ao objetivo da comunicação pública e não promove a interação com a sociedade.

Muitos componentes viabilizam e facilitam a comunicação pública. A análise do público pode garantir a eficiência esperada através de adaptações pertinentes a cada instituição. Alguns componentes a serem considerados:

1. ambiente interno (autoridades eleitas ou indicadas e seus estafes, servidores públicos, terceirizados, cargos comissionados etc.): agentes multiplicadores, pesquisas, manuais, intranet, boletins eletrônicos, publicações institucionais, eventos, campanhas, quadros, murais, ouvidores, reuniões, serviços de atendimento, treinamento e capacitação, design ambiental, comunidades de informações;
2. usuários de produtos e serviços: pesquisas, internet, boletins eletrônicos, patrocínio, design ambiental, banner, quadros, murais, publicidade, imprensa, malas diretas, pôsteres, folhetos, cartazes, guias, 0800, atendimento telefônico/pessoal e visitas guiadas. Nesse item inclui-se todo o aparato de marketing sob gestão de empresas e órgãos estatais que participam da disputa no mercado de produtos e serviços;
3. formadores de opinião: auditorias de opinião, imprensa, relatórios, cartas, reuniões, eventos, internet, boletins eletrônicos, publicações institucionais, documentos, eventos internet, boletins eletrônicos, publicações institucionais, documentos, relatórios e lobby;
4. atores sociais e políticos (grupos de interesse e de pressão, ONGs, sindicatos, parlamentares, partidos etc.): pesquisas, imprensa, fóruns, lobby, teleconferências, listas de discussão, reuniões, mesas de negociação, grupo de trabalho, eventos, câmaras técnicas, internet, conselhos setoriais, publicações institucionais;
5. imprensa: a imprensa, além de formar a instância midiática da comunicação pública, é um ator privado. Assim, adota características de arena da comunicação pública, é um ator social, de público dos interessados no debate e de instrumentos destes públicos. Para qualificação do relacionamento e da exposição podem ser utilizadas entrevistas, releases, artigos, coletivas, sensoriamento de mídia, banco de dados, media trainings, sala de imprensas, guia de fontes, glossários, manuais e eventos dirigidos etc; e
6. sociedade em geral: pesquisas de opinião, publicidade, eventos, discursos, eventos simbólicos, plebiscitos, conselhos populares, audiências públicas, orçamentos participativos, discursos, publicações, agentes multiplicadores, imprensa, consultas públicas, fóruns, campanhas, oficinas de mobilização social; rádios comunitárias, internet, teatro, governo eletrônico, conselhos gestores, centrais e serviços de atendimento ao cidadão, mutirões, ouvidorias, vídeos, filmes, sistema de alto-falantes, agentes sociais (DUARTE, 2007, p.5-6).

Por se tratar, a comunicação pública, de uma forma do governo prestar contas à sociedade, apresentar conhecimento dos seus atos, informar, educar e identificar a opinião da sociedade, deve se realizar afastando-se dos interesses políticos envolvidos em pequenos grupos.

Alves afirma que os modelos tradicionais dos meios de comunicação - jornais, TV, rádio e revistas - foram adotados pela *web*, apontando que:

O modelo dos jornais diários foi naturalmente adotado como metáfora para a organização e apresentação dos conteúdos naquele novo ambiente gráfico da Internet, um meio ainda precário e com predominância de texto. A página inicial (home page) assemelhava-se à tradicional primeira página dos jornais, e as camadas interiores de conteúdo reproduziam as mesmas seções da edição em papel. Até mesmo as emissoras de rádio e televisão e as revistas seguiram mais ou menos esse mesmo modelo, quando criaram seus sítios na web (ALVES, 2006 p. 93).

Para Orlandi e Lagazzi-Rodrigues, a natureza do material significante é importante na maneira como construímos nosso dispositivo analítico. Faz parte da relação entre o dispositivo teórico e o analítico refletir sobre a natureza do material analisado. Materiais diferentes exigem modos de construção do dispositivo diferentes e esta é uma das tarefas do analista (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2006).

A análise do discurso, sem adjetivo, tem instrumentos teóricos e metodológicos para trabalhar com objetos de análise, materiais de análise, corpora, textos de qualquer natureza material significante. Basta refletir sobre a relação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico da interpretação (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2006, p. 16).

As afirmações feitas por Orlandi e Lagazzi-Rodrigues (2006) determinam de maneira clara os procedimentos que serão utilizados nesta pesquisa quanto à teoria proposta e a abordagem que será realizada na coleta de dados e o tratamento da notícia sobre as demandas atendidas ou não pela instituição.

A informação não deve se limitar a emissão de notícias ou fatos e diminuir as distâncias entre as camadas sociais. A internet e suas ferramentas diminuem as fronteiras e proporcionam imediatamente o contato com as informações disponibilizadas online. Este é o melhor meio de beneficiar a sociedade (UHLIR, 2006). Segundo o autor, a gestão apropriada de sistemas e tecnologias de informação requer que os gestores de recursos de informação desenvolvam estruturas administrativas e tecnológicas; planejem estrategicamente a gestão dos recursos de informação; promovam a supervisão da gestão dos sistemas de informação; e avaliem e meçam o desempenho (UHLIR, 2006, p.56).

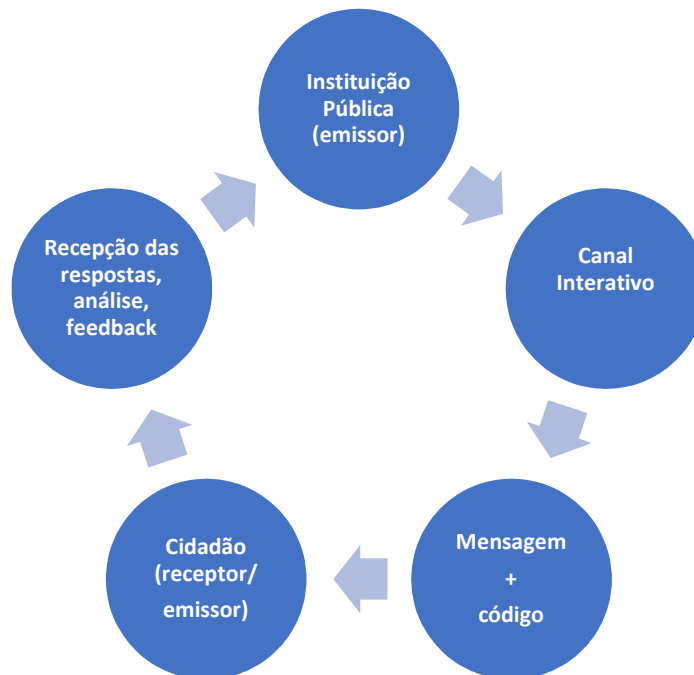
Cabe aos profissionais da comunicação atender aos interesses públicos e cumprir os preceitos constitucionais, bem como o objetivo da Comunicação Pública. Segundo Zémor (2009, p.192) “os ‘comunicadores públicos’ devem ensinar aos políticos que comunicar não é

apenas promover.” E exemplifica como o ex-presidente norte-americano, Barack Obama, utilizou as redes sociais para influenciar a sociedade em detrimento da efetiva informação. Este tipo de posicionamento subestima a capacidade do cidadão transformando-o em mero consumidor.

Os profissionais devem se empenhar em desenvolver a interação do cidadão com a instituição pública, com as mensagens de conteúdo de qualidade, aptos a educar e orientar, sem fórmulas superficiais. A gratuidade da informação e a disponibilidade na internet de mídias de comunicação se revestem da garantia ao direito fundamental do acesso à informação (ZÉMOR, 2009).

Com base nas teorias sobre a comunicação pública e interação para atendimento ao interesse público foi elaborada a figura abaixo, para visualizar o ciclo da comunicação interativa.

Figura 1 – Comunicação pública interativa



Fonte: adaptação de Haswani (2010); Duarte (2007).

Em um canal com valorização da interatividade o cidadão passa de mero receptor para receptor/emissor, gerando um ciclo constante na comunicação pública, valorizando o interesse público e entendendo as demandas para a divulgação de informações. Esse contato ajuda o profissional a entender quais informações são relevantes em determinados períodos, para determinado bairro, camada social, cidade, idade e, dessa forma, atender a seus anseios.

3.2 COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: LEIS QUE REGULAM O ACESSO À INFORMAÇÃO

Escândalos internacionais de lavagem de dinheiro, corrupção, superfaturamento de obras e desvios de dinheiro público envolvendo grandes empresas e políticos levaram muitos países a formar uma agenda de discussão sobre mecanismos de combate a estes ilícitos tanto no âmbito interno quanto extraterritorial. Nesse panorama, a transparência e o acesso à informação pública assumiram um papel de primordial relevância para o controle da administração pública e o combate à corrupção. A manutenção de atos secretos por parte de um dos agentes públicos é inconciliável com a noção de democracia representativa, em que todo ato é praticado em nome do órgão público em que atua e em prol da sociedade.

No Brasil a constituição federal de 1988 já previa, em seu art. 5º XXXIII, o direito aos cidadãos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral. Contudo, somente em 2011 com o advento da Lei 12.527 – Lei de Acesso às Informações (LAI) – o artigo foi regulamentado.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

A entrada em vigor da LAI instaura um movimento de ruptura com o desconhecimento e a obscuridade que envolveu durante muito tempo a política nacional acobertada pela dificuldade de solicitar e receber informações, bem como o sigilo de atos de interesse da sociedade civil. A ineficiência e o excesso de burocracia aliados à ausência de transparência, historicamente são úteis para a manutenção do abuso de poder e a corrupção. A burocratização crescente, como consequência do poder democrático, gerou uma elite política com um poder paralelo e opositora à participação social nos assuntos públicos. Apesar de aparente contradição ao sistema democrático, a burocratização aumentou e estabeleceu-se com ela como um obstáculo à participação da sociedade (BOBBIO, 2015).

A ineficiência estatal em atender as demandas fez surgir reivindicações por parte da sociedade civil em maior participação, contra o “poder invisível” de atos secretos, que

contraria a democracia e a transparência. A publicidade permite, além do conhecimento prévio dos atos, o controle de sua licitude e legitimidade (BOBBIO, 2015).

A obtenção de informação perante os órgãos públicos de forma espontânea e sem necessidade de justificativa prévia e/ou manejo de ações judiciais (ao invés de ser acessível somente a alguns estamentos da sociedade), quando recebe o status de direito fundamental e estabelecem-se critérios claros e isentos de burocracia, torna-se imprescindível à plena cidadania, além de estimular o controle social.

Bobbio (2015) considera que a transparência e a ampla divulgação aproximam os governantes de seus governados e que a tecnologia, até então utilizada para monitorar estes pelo Estado, seja um aliado no controle dos atos daqueles. Na mesma perspectiva segue Mendel:

Um princípio subjacente básico que rege o direito à informação é o princípio da divulgação máxima, que flui diretamente das garantias internacionais primárias do direito a informação. Este princípio envolve a presunção de que toda informação sob o controle de órgãos públicos deve estar sujeita à divulgação e esta presunção somente poderá ser afastada quando houver risco prevalente de lesão a um interesse público ou privado legítimo. Outros padrões essenciais são os de que sistemas e processos devem ser estabelecidos para efetivar o direito à informação na prática e de que os órgãos públicos devem envidar todos os esforços razoáveis para facilitar o acesso. Ademais, devem ser implementados sistemas independentes de apelação para impedir a administração de exercer um poder discricionário indevido na interpretação da abrangência de exceções ao direito de acesso, bem como em outros aspectos do direito (MENDEL, 2009, p.31).

A Lei de Acesso à Informação é, na prática, a garantia de transparência nos atos dos agentes públicos, o que exige atentar-se para o processo de comunicação pública. É evidente que a prestação de informações pelos órgãos públicos, tendo como destinatários os cidadãos, se caracteriza como um processo de comunicação com todos seus requisitos e obrigatoriedade estipulada pela lei. Ou seja, o órgão público fica obrigado a atuar de forma transparente e fornecer as informações solicitadas, preservadas as que sejam classificadas como sigilosas, casos de dados pessoais, informações sob a guarda do Estado que digam respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, imprescindível à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, ações de inteligência e de estratégia) entendidas como não públicas. A lei especifica as autoridades às quais se atribui a prerrogativa de classificar o grau de sigilo das informações.

Assim, conclui-se que a comunicação pública por muito tempo vem seguindo um padrão no fornecimento de informações para o público em geral. Contudo, verifica-se que atinge segmentos elitistas da sociedade, distanciando-se do propósito de informar todas as

camadas sociais, inviabilizando a participação em atos decisórios e conhecimento prévio das ações públicas por parte da população. A importância da LAI pode ser verificada pelo fato que o Governo Federal já disponibiliza, por meio do Portal Transparência, informações governamentais.

Ao falar em transparência da administração pública se imagina, quase que imediatamente, na publicidade das ações de governo. Embora a Constituição estabeleça os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, buscando orientar e garantir a preocupação das organizações públicas com a produção de resultados úteis, eficazes, racionais e econômicos, na prática isso não funciona perfeitamente assim.

Os princípios acima citados são característicos de um Estado Democrático de Direito, até porque a divulgação transparente de atos do governo legitima suas ações. Por outro lado, o direito à informação é a melhor forma de controle social do Estado e daí percebe-se a relação com a comunicação pública efetiva. É inegável que a comunicação seja componente essencial para que haja a prática e a correta compreensão dos atos do governo, o que torna imprescindível que o poder público constitua um processo de comunicação bem estruturado, para que aqueles a quem o povo outorgou o poder o exerçam com dignidade, correção, ética e com conhecimento de que a coisa pública pertence a todos e não aos interesses pessoais de quem está no poder.

Enfim, que os atos do governo sejam comunicados e informados de forma inteligível em sintonia com o interesse público e que permita a participação popular nas decisões políticas. A clássica concepção de cidadania diz que ela é o direito a ter direitos. É graças a um sábio equilíbrio entre os dois espaços – o público e o privado – que se constrói a cidadania. Um polo não pode exercer predomínio excessivo sobre outro, sob pena de não se permitir o exercício da cidadania.

Habermas (1984) entendeu que o Direito, fundamentado na Moral e não na racionalidade instrumental cognitiva da ciência, é o elemento estruturador da Democracia e, esta exige transparência e visibilidade, qualidades imprescindíveis. Além de pressupor, como uma das suas características, a existência de instrumentos capazes de controlar as atividades do governo e as formas pelas quais esse governo atua no sentido de satisfazer o interesse público.

A par de existirem como o controle de natureza política, especificamente quanto às políticas públicas e mesmo sobre as ações do poder exercidas pelo Estado, existem para o controle da administração e do regime democrático. Neste caso, alcançam questões orçamentárias e fiscalização dos eventuais desvios administrativos dos governos.

A Constituição Federal em seu art. 137, estabelece que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade e da moralidade. Por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, inclui-se o princípio da eficiência, buscando orientar e garantir a preocupação das organizações públicas com a produção de resultados úteis, eficazes, racionais e econômicos. Mais do que isto: ao mesmo tempo, direcionar a ação do Estado para atender às expectativas dos que necessitam dos serviços públicos (BRASIL, 1988).

A Emenda nº 19 disciplina a definição de padrões de atendimento a serem observados na prestação de serviços públicos, assegurando a manutenção de tais serviços e estabelecendo uma avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos mesmos serviços. Criou-se, assim, dentro da administração pública, instrumentos e estruturas que possibilitam ao cidadão o direito de se manifestar a respeito do serviço que o Estado lhe presta. A visibilidade do poder depende da proximidade espacial entre governo e governado. O desenvolvimento da democracia se dá quando se aumentam os espaços de participação dos cidadãos nas decisões, com base nas leis e no Direito, questões intrínsecas a um regime democrático. O cidadão consegue participar do governo dependendo da forma como o Estado está constituído e se ele possui em sua estrutura mecanismos que permitam a manifestação da vontade e que garantam o cumprimento daquilo que o povo deseja. A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê além do direito à liberdade de expressão o direito de receber e difundir informações, sem consideração de fronteiras (art. 19).

O desenvolvimento no acesso às TICs e às redes globais, como a internet, são facilitadores para o direito à informação. O “multilinguismo” neste espaço cibernético deve ser uma ferramenta para garantir o direito. Muitas organizações internacionais, dentre elas a Organização das Nações Unidas (ONU), UNESCO, Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), elaboraram diretrizes, relatórios, resoluções, declarações, recomendações, planos de ações para que os governos formulassem regras e incentivassem, em seus países, informação governamental de domínio público, utilização do multilinguismo e acesso universal ao ciberespaço. Priorizando a implementação da informação, em formato digital, produzida pelos governos para o público, fomentando a informação eletrônica para o desenvolvimento e inclusão de conteúdos de interesse dos cidadãos, com conseqüente desenvolvimento social (UHLIR, 2006).

A informação de domínio público é aquela livre de sigilo, sem ofensa a segurança nacional ou ordem pública, que apresenta valores distantes da correspondência monetária e se aproxima dos ideais democráticos de transparência. Um governo transparente triangula a

igualdade, a democracia, a abertura e, conseqüentemente, distancia-se das mazelas da ilegalidade e da imoralidade administrativa (UHLIR, 2006).

Com o intuito de permitir maior transparência e acesso à informação, a LAI estabelece que seus preceitos devem ser garantidos por todos os três poderes pertencentes ao Estado, bem como demais cortes, autarquias, fundações, sociedades de economias mistas, empresas públicas e entidades controladas diretamente ou indiretamente pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Ainda, entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos para realizar ação de interesse público devem verificar as regras da LAI. Os dois primeiros artigos da LAI elencam quem deve observar e garantir o acesso à informação conforme as regras estabelecidas (LAI, 2011, art.1º; art.2º).

A LAI reforça que o acesso à informação é um direito fundamental e segue os princípios básicos da administração pública, além de objetivar o desenvolvimento do controle social, a divulgação de informação de interesse público de forma espontânea, utilização das tecnologias da informação e fomento à cultura da transparência (LAI, 2011, art. 3º). O sigilo deverá ser uma exceção, e sobre o sigilo e suas conseqüências cabe o ensinamento a seguir:

O sigilo excessivo, ao contrário, produz a tirania. A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor público também promove a melhoria da saúde e segurança públicas e do bem-estar social geral, à medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro. Sem dúvida, há uma vasta gama de objetivos sociais que servem de base para o provimento de conteúdos públicos. Em uma extremidade do espectro estão os objetivos de política de “bem público” ou de “interesse público”. Nesse contexto, o bem-estar público será melhor proporcionado por meio do acesso ou disseminação da informação, em vez de uma abordagem paternalista em que as decisões são tomadas pelo governo em nome do povo à revelia deste. Um exemplo disso é a disponibilização da informação referente a serviços de saúde em casos onde o provedor do serviço de saúde, como por exemplo um laboratório ou hospital, deixou de fornecer serviços de diagnóstico ou tratamento dentro de um padrão adequado. Independentemente da propriedade pública ou privada ou do status daquele provedor de serviço, os cidadãos têm o direito de acessar essa informação por uma série de razões, tais como para capacitá-los a evitar riscos a sua saúde, para escolher outro provedor, ou para fazer pressão com a finalidade de provocar a correção das falhas. A mesma razão se aplica às preocupações com relação à poluição ambiental, ao mau uso dos recursos públicos, e assim por diante (UHLIR, 2006, p.29-30).

A previsão do uso de uma linguagem clara e de fácil compreensão e seu art.5º deixa evidente a intenção da lei de afastar a comunicação pública da tradicional informação elitizada, seletiva e limitadora da participação efetiva da sociedade em geral.

As garantias e direitos com relação ao acesso à informação são descritas no art.7º, conforme segue:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

As informações consideradas de interesse coletivo ou geral deverão ser divulgadas, sem impulso, ou seja, sem a necessidade de requerimento pelos órgãos públicos. Além das informações básicas como endereço, telefones, horários de atendimento, competências, estrutura organizacional, devem divulgar informações sobre os recursos financeiros, despesas, licitações, editais, programas, ações, projetos e obras, bem como, respostas e dúvidas frequentes da sociedade. Estas divulgações devem ser veiculadas em todos os meios disponíveis e obrigatoriamente pelos seus sites oficiais, com ferramentas que facilitem o acesso, a navegação e a cópia de documentos divulgados (LAI, 2011, art.8º).

O art.8º prevê a transparência ativa, em que a divulgação é obrigatória sem a necessidade de requerimento prévio, enquanto o artigo 9º trata da transparência passiva, através da criação do SIC (serviço de informações ao cidadão) para atender, orientar, informar, receber documentos e requerimentos do cidadão de acesso à informação.

O requerimento da informação não pode conter exigências que dificultem o acesso e deve o órgão facilitar a solicitação via *web*, sem necessidade de apresentar justificativa ou motivação, nos termos do art.10 e de forma gratuita, podendo ser cobrado somente o ressarcimento de cursos e materiais utilizados (art.12). Em caso de negativa ao requerimento, o

solicitante terá direito a obter uma certidão ou cópia da decisão (art.14). A lei também classifica as informações de caráter sigiloso e classifica conforme o grau de interesse nacional e riscos da divulgação.

Verifica-se que a principal intenção da LAI foi a adoção dos sistemas cibernéticos de forma obrigatória, através dos sítios oficiais dos órgãos, seguindo as propostas dos órgãos internacionais e demandas internas por maior transparência e o uso das tecnologias disponíveis.

A evolução das comunicações através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) mudou o cotidiano da sociedade, sua percepção do mundo e a forma de receber informação.

3.3 A COMUNICAÇÃO NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: O CASO DE IMPLANTAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O município de São João Nepomuceno-MG está localizado na Zona da Mata Mineira e é uma das cidades que compõem a microrregião de Juiz de Fora. Atualmente, a Câmara Municipal de São João Nepomuceno é composta por nove vereadores e, na atual legislatura, conta com políticos pertencentes a oito partidos, entre eles: Antônio José da Costa (Solidariedade), Edison de Souza Silva (MDB), Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo (MDB), Írio Henriques Furtado Filho (PSD), Heldemir Azevedo Alves (PPS), José Maria de Almeida (PTB), Nei Medida de Oliveira (PSB), Reniraldo da Silva de Oliveira (PMB) e Ruy Rodrigues Barbosa (PHS).

O Projeto de Resolução nº 09/2012, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação – no âmbito da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, estimulou as várias mudanças ocorridas na comunicação da instituição já no início do ano de 2013. Contudo, seguindo as normas estabelecidas pela lei federal e o projeto de resolução da Casa de Leis, a assessoria de comunicação apropriou-se dos recursos multimídias disponíveis na *web* e o uso de ferramentas digitais, permitindo a possibilidade da aquisição da TV Câmara em Ação, a Rádio Câmara em Ação e o Jornal Notícias da Câmara na versão *online* e impressa - todos eles aprovados pelo presidente em exercício na época, Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo.

Ao comparar alguns dispositivos da Lei federal nº 12.527 com a Resolução nº 09/2012 da Câmara Municipal, pode-se estabelecer as observações constantes da tabela abaixo:

Tabela 1 – comparativo entre a Resolução Municipal 09/2012 e a Lei n. 12.527/2011

Resolução 09/2012	Lei 12.527	Observação
Regulamenta a aplicação da Lei no âmbito da Câmara.	Procedimentos a serem observados a fim de garantir o acesso às informações.	Deixa evidente que a resolução se destina também à população, que deve gerar demandas de acesso às informações (ganho no processo de comunicação pública).
Art. 2º-§ único: acesso a informações contempladas na Lei Federal (ex. fiscal).	Art.7º: contempla a Resolução.	O exemplo citado, informação fiscal, é uma informação de interesse da população e na qual não pode ocorrer manipulação prejudicial à transparência, o que é contrário ao espírito da Lei.
Art. 6º - § 1º: pedido por meio de formulário padrão, disponível em meio eletrônico e físico.	Qualquer meio legítimo, não podendo conter exigências que inviabilizem a solicitação.	O formulário contém campos (obrigatórios) que coletam dados necessários para o atendimento e podem, além de auxiliar, servir para uso de atendimentos de demandas sociais.
Art. 7º-§ único: define não atendimento a pedidos de informação que a Câmara entenda como genéricos, desproporcionais ou desarrazoados.	Não contempla essa caracterização.	A Resolução não define o que considera pedido genérico, desproporcional ou desarrazoado. Este último item, contraria frontalmente a lei federal, pois esta deixa claro que não será exigida qualquer razão para que o cidadão efetue o pedido. Aliás, o Art. 8º da Resolução, em seu texto final, contraria o que está estabelecido no Art. 7º

Fonte: Lei 12.527 (BRASIL, 2011) e Resolução Municipal 09 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2012)

Entende-se que são as principais observações que se pode conduzir ao aperfeiçoamento da resolução da Câmara, com o objetivo de regulamentação dessa importante lei, sob as perspectivas de que se tenha efetivamente transparência na administração pública do legislativo de São João Nepomuceno, o que fazemos com base no dispositivo final da Lei de Acesso à Informação, que diz em seu art. 45: “cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III” (BRASIL, Lei 12.527, art.45).

Consideramos importante destacar que, embora a Lei de Acesso à Informação não estabelecer uma regra sobre o assunto, a Câmara Municipal de São João Nepomuceno, juntamente com as Câmaras Municipais de Matias Barbosa, Santos Dumont e Juiz de Fora são as únicas entre as 33 que compõem a microrregião de Juiz de Fora que empregam profissionais da área de comunicação em seus quadros de servidores. As demais Câmaras Municipais da microrregião são assessoradas por empresas de comunicação, outras por servidores da área administrativa como: advogados, técnicos em informática, contadores, entre outras profissões, conforme é possível observar em quadro anexo a este trabalho.

A Câmara Municipal de São João Nepomuceno, através de sua assessoria de imprensa, vem incorporando à sua rotina a comunicação pública através da *web*, no site do

órgão, e está viabilizando a implantação de um aplicativo (app) para instalação em *smartphones* e *tablets*, ampliando o alcance das informações de interesse dos municípios.

O modelo no qual o site foi elaborado no ano de 2012 não seguia as normas padronizadas do Interlegis, um órgão da estrutura do Senado Federal responsável também por ações e capacitação profissional dos servidores da Casa e órgãos conveniados. O motivo pelo qual não tinha sido utilizado o modelo padrão do Interlegis no site da Câmara Municipal é o fato de não existir uma obrigatoriedade da instituição para seguir os padrões da estrutura cedida pelo modelo disponibilizado pelo Senado.

No entanto, a partir do segundo semestre de 2017, a Câmara Municipal de São João Nepomuceno se adequou ao que o governo dispõe para a formulação de um site, pois proporciona aos servidores da instituição uma facilidade em administrar um portal eletrônico referente aos procedimentos técnicos, ou seja, mesmo que uma Câmara não possua em seu quadro de funcionários um profissional de TI, não será difícil administrar uma página que já se encontra preparada para inserções do servidor público que irá operá-la.

O Portal Modelo do Interlegis esclarece que:

O principal objetivo deste produto é oferecer às casas legislativas uma ferramenta que permita que as mesmas publiquem diversos tipos de conteúdo na Internet, aumentando a transparência de suas atividades e a interação com a sociedade. O Portal Modelo oferece uma organização padronizada de informações, que pode ser personalizada. O seu sistema de gerenciamento de conteúdo permite que qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento das linguagens e técnicas da Internet, possa publicar notícias, documentos, imagens e eventos da casa, entre outros tipos¹.

O portal institucional da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG, comporta várias sessões que direcionam o usuário aos diversos módulos sobre todas as informações a respeito do Poder Legislativo Municipal. O site que mostra o protótipo do Portal Modelo pode ser acessado pela URL <http://portalmodelo.interlegis.gov.br>. Segue abaixo o site da Câmara Municipal de Catanduva-SP, primeira instituição legislativa a utilizar o modelo Interlegis:

¹(http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/tecnologia/produtos/portalmodelo)

Figura 2 – Site da Câmara Municipal de Catanduva-SP



Fonte: Elaborada pelo autor

Várias Câmaras, como a de Lagarto-SE, também adotaram o sistema Interlegis:

Figura 3 – Site da Câmara Municipal de Lagarto-SE



Fonte: Elaborada pelo autor

O portal eletrônico da Câmara Municipal de São João Nepomuceno foi elaborado por um funcionário da própria instituição, analista de sistemas, cuja finalidade na realização e produção do site foi proporcionar ao cidadão uma maior comodidade no quesito de navegação

entre suas sessões dispostas na página inicial, segundo o próprio servidor Rodrigo Caçador, responsável pela área de TI.

Segue logo abaixo a página inicial do site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno em uma breve descrição:

Figura 4 – Página inicial do site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno



Fonte: Elaborada pelo autor

Em sua página inicial, na parte superior, o site disponibiliza o acesso aos três canais de comunicação, entre eles o jornal “Notícias da Câmara”, em sua versão *online*, que remete aos assuntos que acontecem mensalmente no Poder Legislativo Municipal, o que é disponibilizado também na sua versão impressa, distribuída nos estabelecimentos do município.

Em seu artigo, Héris Arnt aponta que:

O sistema digital de informação, colocado em funcionamento através da Internet, deve ser analisado em sua dupla perspectiva: como fonte primária de informação – condição de acessibilidade aos dados – e como sistema de ordenação e transmissão de notícias. Segundo o pesquisador na área do jornalismo digital, J.M. Charon, a tendência, nos diversos países tem sido a integração das redações do jornal impresso e online (ARNT, 2002, p. 5).

As transmissões das reuniões ordinárias e extraordinárias acontecem, ao vivo, pela TV WEB, destinadas aos cidadãos que por algum motivo não estejam presentes nas reuniões do plenário da Casa de Leis. Toda a primeira e penúltima terça-feira do mês, as sessões são transmitidas sem edição e sem cortes, além de ficarem armazenadas no canal oficial da Câmara no Youtube para posteriores consultas por determinação regimental, sem que seja necessária a solicitação das gravações pelo cidadão. Como está exposto no Projeto de Resolução Nº 03/2013,

em seu Artigo 1º e em seu Artigo 3º, em que se encontram disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG:

Art. 61-A – As reuniões previstas nos incisos I, II e III do artigo anterior serão devidamente gravadas através de dispositivo audiovisual e disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do Poder Legislativo Municipal, na forma e nos prazos a serem definidos por resolução específica.

Art. 3º O inciso XI do artigo 21 do Regimento Interno da Câmara Municipal passa a ter a seguinte redação:

XI – autorizar a transmissão por rádio ou televisão, bem como a gravação por meio de dispositivo audiovisual, de sessões da Câmara” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2013)².

Figura 5 – Site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno (TV WEB)



Fonte: Elaborada pelo autor

Para Fagundes (2008), os processos de digitalização das mídias transformaram a comunicação. Além da internet, as transmissões da TV Digital provocaram mudanças nos meios, paralelo às alterações observadas na cultura. As alterações do componente cultural, importantes para que seja realizada a troca de informações, são resgatadas com a formação de um olhar sobre a cultura digital. Processos como a implantação do novo sistema foram desenvolvidos sintonizando interesses e diante de uma perspectiva tradicional.

Fagundes (2008) descreve que “o vídeo online é um elemento contemporâneo e sintonizado com a cultura das redes, passível de atualizações e calcado no contexto de um público não mais apenas receptor” (FAGUNDES, 2008, p. 8).

²Disponível no endereço eletrônico:

http://www.camarasjn.mg.gov.br/site/images/documentos_site/RESOLUCOES/Resolucao032013.pdf. Acesso 14 de agosto de 2017.

Outra mídia importante é a rádio WEB, que complementa as notícias extras que acontecem não só nas reuniões de plenário, mas também em reuniões itinerantes, nos distritos do município e sessões solenes do legislativo. Os programas são gravados e disponibilizados no site com o único intuito de ser utilizado para a comunicação entre a câmara municipal e os internautas.

A rádio é um excelente meio de transmissão e difusão de informação que tem a finalidade de atingir um público muito variado de cidadãos com diferentes níveis culturais e sociais; além disso, é de fácil manuseio e a aquisição de um aparelho é muito viável pelo custo.

Para Cordeiro (2004), a rádio é um meio de comunicação extraordinariamente rico com uma narrativa singular e, para muitos, fascinante. Tradicionalmente conhecida como um meio imediato e irrepitível, a rádio, com o advento da internet, pode redefinir-se. Quando falamos de rádio *web*, este deixa de ser um canal de comunicação de massa, pois o acesso ao rádio na *web* é restrito a quem possui um computador e conexão à Internet.

Figura 6 – Site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno (RÁDIO WEB)



Fonte: Elaborada pelo autor

Além dos veículos de comunicação citados, o site da Câmara Municipal de São João Nepomuceno-MG conta com várias sessões que relatam a história e o papel do Poder Legislativo Municipal, a formação da Mesa Diretora, os servidores da instituição, agenda e contatos na Sessão “Câmara Municipal”.

Já na sessão “Parlamentares”, o internauta tem acesso à gestão legislativa que está atuante no momento, partidos, lideranças, comissões, legislaturas, galeria de ex-presidentes e galeria de ex-vereadores.

Na Sessão Transparência, o cidadão tem acesso aos *links* de licitações, portal da transparência, balancete de receitas, despesas, movimento numerário e acesso à informação. O site também disponibiliza a Sessão do Processo Legislativo que conta com a produção do legislativo, pauta das sessões e atas das sessões. Outra sessão importante é a “Legislação” que conta com a disponibilização da Lei Orgânica Municipal, Código de Posturas, Regimento Interno, Portarias, Resoluções, Leis Municipais e Leis Complementares.

Ao centro da *homepage*, o site contém *banners* que disponibilizam as notícias atualizadas do Legislativo. Ao clicar na foto de capa, além da matéria o usuário terá acesso a uma galeria de fotos do que aconteceu no evento, datas das próximas sessões, biografia de cada vereador da legislatura vigente, a história da cidade, agenda, transparência, fale com a Câmara, além de telefones úteis e horários de ônibus intermunicipais e estaduais. No rodapé da página estão os *links* de todas as notícias disponíveis desde a reinauguração do *site* que aconteceu em março de 2013.

A informação e a disposição do cidadão a todo momento e em qualquer lugar no sistema digital democratizam e universalizam a comunicação pública. Assim, como a comunicação pública impressa ou através da radiodifusão deve se apresentar de forma clara, inteligível e direta, por meio eletrônico em seus múltiplos canais também deve seguir esta regra, adicionando-se ao fato de o canal possuir ferramentas facilitadoras para acessar as informações buscadas pelos usuários/cidadãos.

Sobre a arquitetura da informação em plataformas eletrônicas, pode-se dividir em quatro sistemas facilitadores e interdependentes a serem reconhecidos: a) sistemas de organização – refere-se à organização e categorização do conteúdo apresentado; b) sistemas de rotulação – os signos verbais e visuais (icônicos) adequado a cada informação e cada elemento de suporte à navegação; c) sistemas de navegação - formas como o “usuário pode se mover através do espaço informacional; d) sistemas de busca - as questões e respostas que o usuário poderá “obter ao executar uma query no banco de dados” (AGNER, 2007, p.86).

As ferramentas, sistemas e categorias direcionadas à comunicação privada e a disposição das assessorias de imprensa podem ser utilizadas pelos profissionais responsáveis pela comunicação institucional pública, com as adaptações necessárias para atender as exigências legais e ao interesse público e da coletividade. A análise das respostas, sugestões, reclamações e dúvidas direcionadas às assessorias aumentam o comprometimento dos

profissionais na busca de respostas para os usuários/cidadãos, quando ocorrem dúvidas na elaboração do conteúdo das informações disponíveis e a serem disponibilizadas e, principalmente, nos canais de acesso rápido na *web*. Além de site e aplicativos, com linguagem de fácil entendimento, os conteúdos não verbais ou icônicos devem proporcionar facilidade de entendimento e navegabilidade, apresentando uma plataforma conhecida no meio empresarial como amigável.

Ressalta-se a importância da manutenção do veículo de comunicação impresso por atender as localidades onde ainda não se encontra disponível o acesso à internet. Isso proporcionou um contato mais aproximado da instituição com um número expressivo de cidadãos que não tinham acesso às publicações impressas mensais realizadas pelo poder legislativo do município de São João Nepomuceno – MG.

Neste sentido, realizou-se uma pesquisa de recepção com os vereadores da instituição que fazem parte da atual Legislatura 2017/2020, com o intuito de verificar se os meios de comunicação, atualmente existentes e integrantes do legislativo municipal, atendem ou não aos requisitos de manter um contato direto do político com a sociedade e, ao mesmo tempo, serem mediadores responsáveis pela produção de notícias entre a sociedade e a instituição.

Nesta dissertação, foi utilizada a definição metodológica em seis categorias, levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas. Esta classificação se baseia numa definição original de Laswell, em que este caracteriza a comunicação a partir de seis questões: 1) quem fala?; 2) para dizer o quê?; 3) a quem?; 4) de que modo?; 5) com que finalidade?; 6) com que resultados? (MORAES, 1999). Utilizando esta definição podemos categorizar os objetivos da análise de conteúdo de acordo com a orientação que toma em relação a estas seis questões (MORAES, 1999).

1. *Quem fala?* Visa investigar quem é o emissor da mensagem. Este estudo será efetuado a partir da mensagem, a partir da qual se procurará determinar características de quem fala ou escreve, seja quanto à sua personalidade, comportamento verbal, valores, universo semântico, características psicológicas ou outras. Neste caso, de certo modo, avança-se a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor. Frente a este objetivo faz-se inferências do texto ao emissor da mensagem.
2. *Para dizer o quê?* O estudo direciona-se para as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e ideias nela expressos. É o que constitui uma análise temática.

3. *A quem se dirige a mensagem?* Neste caso, a investigação focaliza o receptor, procurando inferir as características deste, a partir do que lê ou ouve. Indicadores e características da mensagem originam inferências sobre quem a recebe.
4. *Como?* Busca analisar a forma como a comunicação se processa, seus códigos, seu estilo, a estrutura da linguagem e outras características do meio pelo qual a mensagem é transmitida.
5. *Com que finalidade?* Questiona sobre os objetivos de uma dada comunicação, sejam explícitos ou implícitos. Analisar a finalidade é novamente orientar-se para o emissor, mas no sentido de captar as finalidades com que emite uma determinada mensagem, sejam eles manifestos ou ocultos.
6. *Com que resultados?* Procura identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação. Os objetivos não coincidem necessariamente com os resultados efetivamente atingidos e, assim, a pesquisa pode também explorar a questão da congruência entre fins e resultados.

A definição de objetivos de uma análise de conteúdo a partir deste esquema ou de outro não implica em ater-se a uma destas categorias. Pesquisas poderão direcionar-se ao mesmo tempo para duas ou mais destas questões. Do mesmo modo, os métodos e técnicas de análise poderão variar em função dos objetivos propostos. A percepção do conteúdo e, de modo especial, das inferências atingidas dependem dos objetivos propostos (MORAES, 1999).

Adequando-se a pesquisa a algumas dessas características relacionadas por Moraes, será verificado o número de vereadores que participaram da pesquisa e acessam os canais de comunicação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, o nível de escolaridade, a classificação do gênero, o canal de comunicação preferido e a frequência com que esses canais são acompanhados.

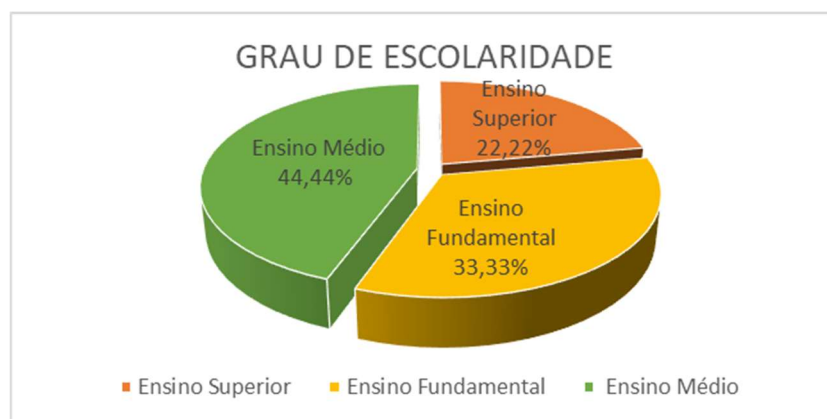
Ao verificar os dados da pesquisa, nota-se que a tomada de consciência por parte do vereador é extremamente importante para que ele tenha a capacidade de identificar as reais necessidades da sociedade, para que sejam atendidas as suas reivindicações e para que, em contrapartida, o serviço público possa ser útil ao cidadão e à comunidade assistida.

Na visão de Jacobi (2003, p.192), para alcançar transformações na participação social ainda existe a necessidade de mudanças na esfera institucional que garantam uma gestão acessível e transparente. A existência e permanência da transparência geram um ambiente de análise e reflexão. Todavia, é preciso que os gestores públicos não limitem suas informações sobre tomadas de decisões, mas, ao contrário, que as divulguem através dos meios de comunicação de fácil acesso ao povo.

Diante das considerações encetadas, ressalta-se a importância da veiculação e acompanhamento das notícias de caráter público da câmara municipal de São João Nepomuceno-MG, através do site e outros veículos disponíveis. De acordo com a identificação dos participantes deste estudo, observa-se que se constituem em um grupo composto por 09 entrevistados, todos vereadores da câmara municipal de São João Nepomuceno que legislam e frequentam as reuniões da câmara e são pertencentes a várias categorias sociais e de diversos setores públicos e privados.

Assim, através das respostas obtidas foram feitas algumas análises a fim de se chegar a conclusões relacionadas aos objetivos desta pesquisa. Destacando que as análises realizadas se baseiam no conjunto de todas as variáveis encontradas durante a revisão bibliográfica, buscando investigar como a instituição visualiza e a assessoria de comunicação gerencia seu capital de relacionamento.

Figura 7 – Grau de escolaridade dos vereadores entrevistados

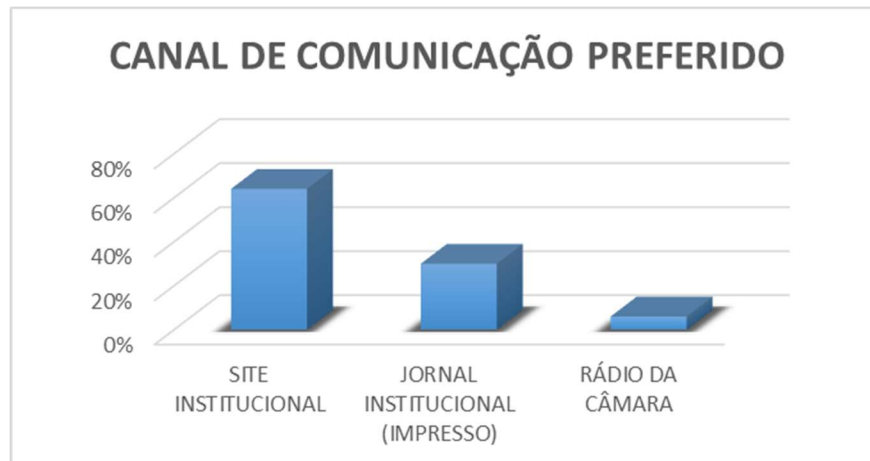


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima demonstra que apenas 22,22% dos vereadores possuem ensino superior, 33,33% Ensino Fundamental e Ensino Médio, 44,44%. No que diz respeito ao gênero dos entrevistados, todos eles são do gênero masculino,

Conforme pode-se observar no gráfico seguinte, o canal de comunicação preferido pelos vereadores para se informar com relação aos serviços e notícias da Câmara é, em primeiro lugar, o site com 64% da preferência; em segundo lugar, com 30%, aparece o jornal impresso institucional e, em terceiro, a rádio Câmara em Ação com 6%. Em 1º lugar na preferência dos usuários, sendo o canal mais acessado pelos vereadores também, são as notícias do site da Câmara com 48%. A frequência com que esses canais são acessados pelos vereadores contém variáveis pela disponibilização de datas das reuniões como a TV Câmara em Ação que é transmitida apenas duas vezes por mês.

Figura 8 – Canal de comunicação preferido pelos vereadores



Fonte:Elaborado pelo autor.

O site oficial da Câmara Municipal foi o meio de comunicação preferido pelos entrevistados por conter todas as informações como as notícias das reuniões e pesquisas sobre receitas e despesas do legislativo municipal entre outros *links* de acesso inseridos na página inicial. Na pesquisa, as notícias do site da Câmara ganham a preferência dos vereadores por estarem inseridas na página inicial e conterem vários ícones que direcionam a todas as informações disponíveis sobre a instituição, incluindo a TV, transmitida, ao vivo duas vezes por mês, e a rádio com notícias complementares e gravadas, além do jornal mensal *online*.

As entrevistas foram realizadas com os políticos através de questionários após o término da reunião ordinária do dia 04 de julho de 2017, com perguntas idênticas a todos os entrevistados. Nesta análise também foi observado que os políticos com diferentes níveis de escolaridade acessam alguns dos tipos de canais da instituição. Independente da porcentagem, acredita-se que é um excelente referencial para demonstrar que os representantes da sociedade manifestam-se de forma favorável aos interesses da coletividade e, ao mesmo tempo, preocupam-se em produzir atos legislativos que os permitam manter os seus nomes divulgados mensalmente nos canais da instituição, sendo, dessa forma, uma prática legal na condução dos seus interesses eleitorais.

No questionário, quando perguntados a respeito dos canais de comunicação atenderem às suas expectativas, 100% dos entrevistados disseram sim. Os vereadores também responderam às seguintes perguntas:

- Devido ao grande avanço das tecnologias da informação nos meios de comunicação, e a representatividade do político também sendo monitorada pelos cidadãos nas redes sociais, cabe ao vereador e ao legislativo municipal se adaptar constantemente para

promover uma maior aproximação com a sociedade? Neste sentido, todos concordaram sem objeção com a pergunta.

- A Lei Federal 12.527 e o Projeto de Resolução 09/2012 são importantes para, de fato, estabelecerem uma harmonia entre o legislativo e a sociedade? Todos responderam sim.
- A assessoria de comunicação deve divulgar todos os atos do legislativo municipal objetivando a transparência perante à sociedade? Todos responderam sim.
- A assessoria de comunicação deve buscar constantemente novos meios de se comunicar com o cidadão? Todos responderam sim.

Diante das respostas obtidas, pode-se notar que os vereadores consideram importante a divulgação de informações da Câmara Municipal pelos meios disponíveis para aproximação com a sociedade e monitoramento do órgão público, sendo que preferem acessar o site da Câmara e são favoráveis ao seu constante aprimoramento.

4 A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

O município de São João Nepomuceno está localizado na microrregião de Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, ocupa uma área de 407.427 km² e, segundo dados do último censo do IBGE e levantamentos realizados pelo TRE-MG (quando das últimas eleições municipais), a cidade conta hoje com uma população de 25 mil pessoas e 20.455 eleitores aptos a votar.

4.1 A CIDADE DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO E A CAMARA MUNICIPAL

As origens de ocupação da localidade que hoje corresponde ao município de São João Nepomuceno datam do ano de 1810, quando surge mencionada pela primeira vez como uma aplicação ou capela vinculada à freguesia de São Manuel do Pomba (atual cidade de Rio Pomba) em carta através da qual José Antônio de Mendonça foi nomeado guarda-mor da localidade. No entanto, acredita-se que a referida capela era, na verdade, um templo particular situado dentro da propriedade da família Henriques, cujos representantes eram o padre Jacó Henrique Pereira e o alferes Manuel Henriques, ambos provenientes da região de Queluz de Minas (atual cidade de Conselheiro Lafaiete).

O imaginário popular conta que a referida capela de São João Nepomuceno, que teria dado origem, posteriormente, à atual igreja matriz, teve seu lugar de construção determinado pelo encontro de três cavaleiros que, em um dia combinado, saíram de suas respectivas propriedades e dirigiram-se para um ponto de confluência de suas respectivas terras. Os três cavaleiros foram o já mencionado guarda-mor José Antônio Furtado de Mendonça, Antônio Dutra Nicácio e Manuel Rodrigues de Nazaré. Todos os três, descendentes de imigrantes açorianos chegados a Minas no início ou em meados do século XVIII, e oriundos de Capela Nova, da anteriormente citada região de Queluz de Minas, instalaram-se em sesmarias próximas à área da cidade que, posteriormente, ajudaram a fundar.

A data oficialmente aceita como marco fundador da cidade (27 de novembro de 1815) refere-se ao momento em que o guarda-mor José Antônio Furtado de Mendonça e sua esposa doaram dez alqueires de terra destinados à construção da nova capela de São João Nepomuceno, quando o templo que originou a igreja matriz começou a ser erguido, dando origem ao povoamento. A construção da nova capela também contou com os esforços do alferes Domingos Ferreira Marques e de Domingos Henriques de Gusmão, sendo este último sobrinho do padre Jacó Henrique Pereira e do alferes Manuel Henriques.

Em 1818, São João Nepomuceno tornou-se oficialmente um distrito de Rio Pomba. Em virtude dos conflitos existentes entre os partidos Liberal e Conservador em disputa durante o Império, a região vivenciou um período conturbado, sendo algumas vezes promovida à condição de vila para, logo depois, ser novamente rebaixada à condição de distrito. Em 1841, emancipou-se de Rio Pomba e, dez anos mais tarde, voltou à condição de distrito, desta vez da vila de Mar de Espanha. Permaneceu nessa condição até 1868, quando novamente conquistou sua emancipação até que, em 1870, foi rebaixado à condição de distrito de Rio Novo.

Foi somente em 30 de novembro de 1880 que a localidade conquistou sua emancipação política definitiva. Em 1883, quando o doutor Carlos Ferreira Alves foi empossado como primeiro agente do Executivo municipal foi instalada a Câmara Municipal de São João Nepomuceno.

Localizada na rua que leva o nome de um dos fundadores da cidade, Domingos Henriques de Gusmão, a Câmara Municipal de São João Nepomuceno é hoje composta por nove vereadores e possui funções legislativas. Além de ter o poder de fiscalizar o Executivo Municipal, possui competência para gerir seus assuntos internos, podendo mesmo instalar comissões específicas.

A função legislativa consiste em elaborar leis sobre todas as matérias de competência do Município. A função de fiscalização e controle é de caráter político-administrativo e se exerce apenas sobre o Prefeito, secretários da Prefeitura ou equivalentes, e os próprios vereadores. O Legislativo Municipal tem, ainda, a função de assessoramento, que consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante proposições. Já a função administrativa da Câmara Municipal é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

A Câmara exerce suas funções com independência e harmonia em relação ao Executivo, deliberando sobre todas as matérias de sua competência. Na constituição das comissões, é assegurado, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participam da Câmara e, também, dos blocos parlamentares e outras situações regularmente existentes.

Os vereadores são eleitos para cada legislatura, pelo sistema proporcional, como representantes do povo, entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto. A eleição é através do voto direto, cujo mandato tem duração de quatro anos, sendo a reeleição ilimitada. A quantidade de vereadores que podem ser eleitos em cada cidade é estabelecida através do contingente populacional de cada município (quanto mais habitantes, maior será o número de vereadores de uma cidade). Contudo, foi

estabelecido um número mínimo de 9 e um máximo de 55 vereadores por município. São condições de elegibilidade para o mandato de vereador, de acordo com a lei nacional em vigor atualmente: ser maior de dezoito anos (como já citado), ser alfabetizado, ter nacionalidade brasileira, estar em pleno exercício dos direitos políticos, estar em dia com o alistamento eleitoral, além de ter domicílio eleitoral na circunscrição e também filiação partidária.

Os vereadores são eleitos juntamente com o prefeito de um município, com a função de discutir as questões locais e fiscalizar os atos do Executivo Municipal (composto por prefeito e seus secretários) com relação à administração e gastos do orçamento. Eles devem trabalhar em função da melhoria da qualidade de vida da população, elaborando leis, recebendo o povo, atendendo às reivindicações, desempenhando a função de mediador entre os habitantes e o prefeito.

Outra importante atribuição a um vereador é a elaboração da Lei Orgânica do Município. Esse documento consiste numa espécie de Constituição Municipal, na qual há um conjunto de medidas para proporcionar melhorias para a população local. O prefeito, sob fiscalização da Câmara de Vereadores, deve cumprir a Lei Orgânica.

De acordo com a Constituição Federal, cada município, obedecendo aos valores máximos de remuneração, deve estabelecer o valor do subsídio (salário) dos vereadores. Esses valores são definidos conforme o contingente populacional de um determinado município. Exemplo: de 50 mil a 100 mil habitantes, o salário será de até (máximo) 40% do subsídio destinado aos deputados estaduais; municípios com mais de 500 mil habitantes, 75% do salário dos deputados estaduais.

4.2 O APLICATIVO CÂMARA PARTICIPATIVA

A Câmara Municipal de São João Nepomuceno, através da equipe responsável pela comunicação pública da instituição, os servidores Marco José de Souza Almeida, jornalista, e Rodrigo Caçador, graduado em Sistemas de Informação, idealizaram durante o ano de 2017 o aplicativo Câmara Participativa, tendo o seu lançamento realizado no dia 09 de outubro de 2017. A empresa responsável por colocar a ideia dos servidores em prática e que desenvolveu o aplicativo foi a Cloud Sistemas, contemplada na licitação, de propriedade do empresário Leandro Lanini. O referido processo licitatório sob o número 06/2017, disposto nos arquivos da Casa Legislativa, teve a autorização e a aprovação do presidente da Câmara naquela gestão, vereador Ruy Rodrigues Barbosa.

Aliado às demais ferramentas de comunicação do Poder Legislativo Municipal são-joanense, o aplicativo foi criado para ser inserido em dispositivos móveis que utilizam o acesso à tecnologia Android ou IOS, e o seu tamanho de 8,0 MB não ocupa em demasia o espaço dos equipamentos, facilitando que todos tenham acesso, mesmo que os celulares ou *tablets* não tenham muita capacidade de armazenamento.

A ferramenta agrupa todos os conteúdos informativos da Câmara como a transmissão das sessões plenárias no ícone TV Câmara, além da Rádio Câmara, Notícias da Câmara, Mesa Diretora, Vereadores, Espaço Cidadão e Contatos. Observa-se uma praticidade no manuseio dos conteúdos dessa ferramenta que facilita o acesso do cidadão ao buscar informações sobre o que seus representantes estão realizando em favor daquele município.

No aplicativo Câmara Participativa o cidadão também localiza o ícone Solicitações, que abordaremos no subitem a seguir, que foi criado para que a população auxilie, reivindique e, ao mesmo tempo, participe na fiscalização do município, dando sugestões sobre reparos nas vias públicas, podas de árvores, iluminação, coleta de entulhos e outras situações que envolvem a prestação de serviços à comunidade. Para baixar essa ferramenta o cidadão deverá acessar diretamente do seu *smartphone* nas lojas virtuais *Play Store* ou *App Store*, digitando Câmara SJN.

As diversas evoluções na comunicação e na tecnologia são elementos favoráveis ao desenvolvimento de mecanismos de aproximação entre diferentes pessoas, grupos e instituições da sociedade. Nesse aspecto, a comunicação e a informação inerentes à relação entre o cidadão e o poder público podem se utilizar deste desenvolvimento com a finalidade de aprimorar suas experiências de cunho institucional, trazendo a condição de materializar o objetivo de uma gestão transparente e de acesso à informação para todos os interessados.

Utilizando-se das plataformas para *smartphones* mais difundidas na atualidade, que são a Android e IOS, o aplicativo congrega todas as formas de comunicação institucional entre a casa legislativa e a população onde, inclusive, podem ser assistidas as sessões plenárias quinzenais, com as propostas dos vereadores. O jornal Notícias da Câmara, que há mais de um lustro exibe notícias da instituição nas versões impressa e *online*, também pode ser visualizado por meio do aplicativo.

Os dados referentes aos componentes da Câmara Municipal, bem como as Leis Municipais, Portarias, Resoluções, Proposições dos Vereadores, Leis Complementares e o Portal da Transparência Pública, além dos serviços prestados pela Câmara como a confecção da carteira de trabalho, cartão nacional do SUS, e a Internet Popular têm acesso viabilizado pelo

aplicativo. As solicitações da população são o ponto essencial que faz com que o aplicativo tenha, gradativamente, sua importância reconhecida pela sociedade.

Outro exemplo a ser trazido no trabalho em tela é o do Infoleg, que é o aplicativo desenvolvido pela Câmara dos Deputados, com objetivos semelhantes, mas, observadas as proporções, de aproximação limitada quanto ao contato com os parlamentares. A abrangência do aplicativo se relaciona às informações sobre os deputados e sobre as sessões no plenário, bem como acerca da legislação e das reuniões nas comissões e as proposições feitas (Brasil, 2018).

Para efeito de comparação, observa-se que o aplicativo Câmara Participativa, de abrangência municipal, possui uma funcionalidade que é decisiva para que o mesmo supere a utilidade do aplicativo de nível nacional. A possibilidade de fazer sugestões, críticas e mesmo de avisar sobre pontos de necessária intervenção do Poder Legislativo, que prioritariamente afetam ao cidadão comum, é um diferencial essencial que faz com que o modelo municipal seja observado como referência. Na realidade, a nível federal existem outras possibilidades de acompanhamento das atividades legislativas, com a TV Câmara e mesmo a imprensa. Entretanto, a população carece da interação com seus representantes, o que notoriamente é viabilizado pelo aplicativo Câmara Participativa e é vedado no Infoleg.

Ainda que seja mais complexa a observação das demandas de um país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, pode-se compreender que o aparato técnico e os recursos humanos, bem como os financeiros, disponíveis para os 513 deputados, é proporcionalmente maior do que o que se disponibiliza aos componentes do Legislativo são-joanense, composto por nove vereadores.

Observa-se que esta é uma tendência, já introduzida por lei federal, mas que ainda necessita de maior aplicação nas Casas Legislativas do país que, em sua absoluta maioria, ainda têm suas ações e práticas desprovidas da utilização da tecnologia, o que impede que a população possa contribuir com suas petições, sugestões e reclamações.

O aplicativo Câmara Participativa está em seu segundo ano de operação e, como outras ferramentas de comunicação, institucionais ou privadas, é passível de ajustes e mesmo de uma efetiva incorporação à cultura local, com a participação maciça da população, que pode contribuir para uma melhor utilização dos recursos públicos e, por conseguinte, para uma melhoria contínua na qualidade de vida de todos.

4.3 O LINK “SOLICITAÇÕES”

O *link* “Solicitações” é de caráter exclusivo do aplicativo Câmara Participativa, que apresentamos com detalhes no item deste trabalho. Através deste, o cidadão pode interagir de forma rápida com o legislativo enviando as suas reivindicações através de fotos, a discriminação de uma ocorrência de interesse público com o preenchimento em uma caixa de texto e o nome do vereador que irá realizar a proposição na reunião ordinária. Portanto, o cidadão através do seu dispositivo móvel, como *smartphone* ou *tablet*, poderá baixar o aplicativo institucional e contribuir diretamente com o auxílio à fiscalização municipal.

Este quarto capítulo terá por finalidade analisar, a partir das mensagens recebidas pelos vereadores da Câmara Municipal de São João Nepomuceno através do link “Solicitações”, disponível no aplicativo Câmara Participativa, a relação existente entre a população da cidade e o poder público. Para tanto, foi feito um levantamento dos dados contidos nas mensagens e também de informações a respeito dos vereadores que são alvo das mensagens. O objetivo é perceber as principais demandas da população e a quem elas se destinam.

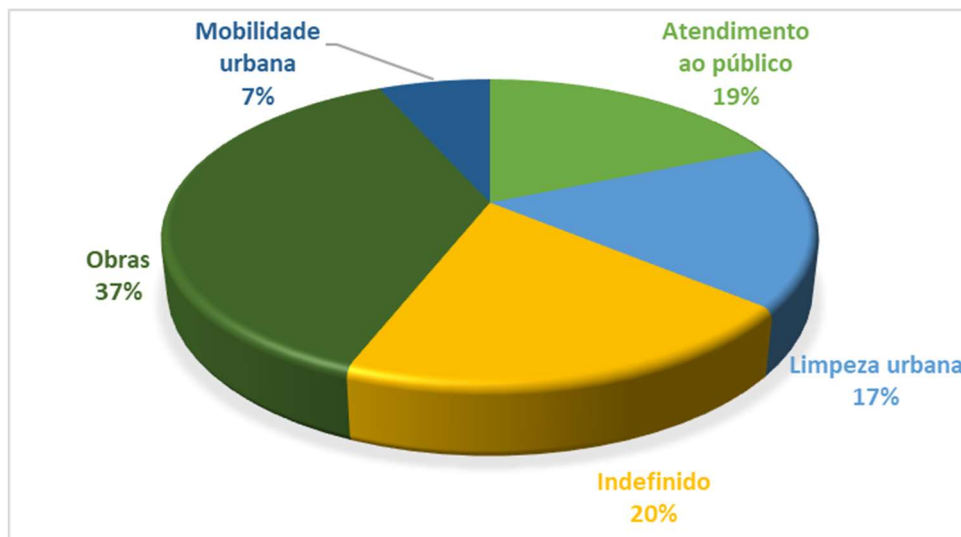
Para nossa análise, fizemos um levantamento de todas as mensagens recebidas ao longo do último ano, desde o dia 2 de novembro de 2017 até dezembro de 2018, e dividimos essas mensagens por assunto e destinatário. Foram recebidas, no total, 75 mensagens, que foram divididas em cinco categorias, a saber: 1) obras, que engloba todas as mensagens relacionadas a obras públicas e serviços de manutenção, como consertos no asfalto e podas de árvore; 2) atendimento ao público, que são as mensagens relacionadas a todo o contato direto com a população, como audiências públicas e questões ligadas à confecção de carteiras de identidade; 3) limpeza urbana, com as solicitações sobre retirada de entulho, lixo pela rua; mobilidade urbana, que engloba as solicitações sobre transporte e trânsito; por fim, 4) a categoria que denominamos “indefinidos”, que engloba as mensagens sem assunto definido ou cujo assunto não se enquadra em nenhuma das demais categorias. A tabela e o gráfico apresentados abaixo nos permite ter uma visão quantitativa a respeito dos temas das mensagens.

Tabela 2 – Solicitações divididas por categoria

Categoria	Quantidade
Obras	28
Atendimento ao público	14
Limpeza urbana	13
Mobilidade urbana	5
Indefinido	15
Total	75

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Figura 9 – Solicitações divididas por assunto



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

A partir da tabela e do gráfico apresentados acima é possível perceber quais são as principais demandas da população de São João Nepomuceno usuária do aplicativo Câmara Participativa. Como fica claro, o assunto “obras” é a maior demanda e, pelo conteúdo das mensagens (que pode ser consultado nos apêndices deste trabalho), é possível perceber que, dentro do referido tema, a maior demanda é por serviços de manutenção dos espaços públicos: podas de árvores, reparos no asfalto e nas calçadas, manutenção e reforma de praça.

Em seguida, temos “atendimento ao público”, com grande destaque para as solicitações relacionadas à confecção de carteiras de identidade: dúvidas sobre o atendimento, documentos necessários, e pedidos de marcação para o atendimento. Além disso, há também, dentro do referido tema, as solicitações referentes a audiências públicas, com destaque para um

caso curioso de uma reclamação em que o cidadão questiona a finalidade de se marcar uma audiência pública para um horário em que a população não consegue comparecer.

“Limpeza urbana”, com suas treze solicitações, evidencia que esse é um tema que bastante preocupa as pessoas da cidade. A maior parte dos casos está ligada à retirada de entulho de obras, que parece incomodar bastante as pessoas. Há também reclamação sobre lixo espalhado pela rua, além de solicitações para a instalação de lixeiras.

Em “mobilidade urbana”, as solicitações se referem a serviços ligados à questão do trânsito (instalação de placas de trânsito e semáforos) e às reclamações a respeito de uma empresa de transporte.

A categoria de “indefinidos” é composta por mensagens que parecem ter sido enviadas como forma de teste ou com erros, de modo que não apresentam conteúdo, como é possível verificar pelas mesmas reproduzidas nos apêndices.

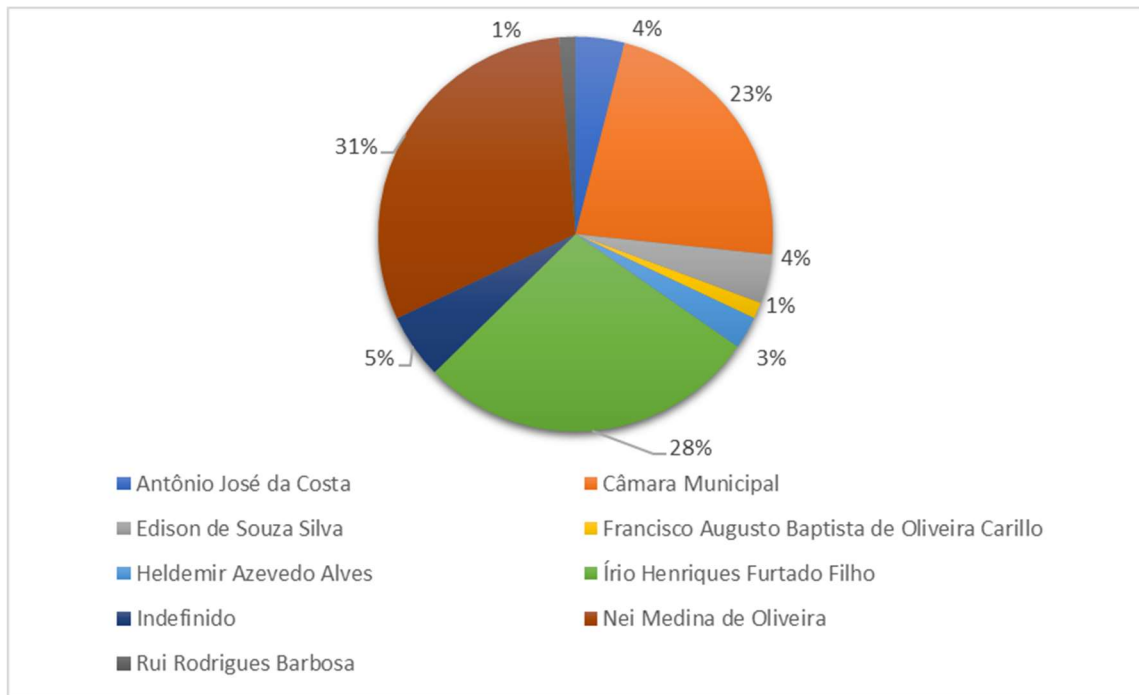
Além dos assuntos das mensagens, também foi possível levantar os destinatários das mesmas. Neste caso, além das mensagens destinadas a algum vereador específico, temos também as mensagens endereçadas à Câmara Municipal como instituição e não a apenas um único vereador. A partir desses dados apresentados abaixo, é possível perceber quais são os vereadores que mais aparecem como destinatários das mensagens.

Tabela 3 – Solicitações divididas por destinatário

Destinatário	Quantidade de mensagens
Nei Medina de Oliveira	23
Írio Henriques Furtado Filho	21
Antônio José da Costa	3
Edison de Souza Silva	3
Heldemir Azevedo Alves	2
Rui Rodrigues Barbosa	1
Francisco Augusto B. de Oliveira Carillo	1
Câmara Municipal	17
Indefinido	4
Total	75

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Figura 10 – Solicitações divididas por destinatário



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Os dados apresentados acima evidenciam que há dois vereadores (Nei Medina de Oliveira e Írio Henriques Furtado Filho) que se destacam como os destinatários favoritos da população, o que demonstra que os mesmos apresentam uma maior popularidade no aplicativo entre as pessoas da cidade do que os demais. Ainda partindo da análise dos conteúdos das mensagens, pudemos observar que os referidos vereadores também são os que mais recebem mensagens relacionadas a obras e limpeza urbana, o que nos leva a crer que a maior visibilidade de que gozam também os coloca em melhor posição para resolver os problemas que mais incomodam a população.

Além das mensagens destinadas nominalmente aos vereadores, há, ainda, dezessete mensagens destinadas à Câmara Municipal enquanto instituição, das quais cinco relacionadas à atendimento ao público, quatro à limpeza urbana, duas relacionadas a obras, duas relacionadas a transporte e quatro com tema indefinido.

Por fim, há também quatro mensagens sem destinatário definido, que parecem ter sido enviadas com erros ou como forma de testes, pois as mesmas também não tinham conteúdo definido.

A observação do conteúdo das mensagens também pode nos permitir analisar a taxa de resposta das demandas, uma vez que existem mensagens enviadas por uma mesma pessoa com conteúdo repetido, mas enviadas em datas diferentes e para vereadores, mostrando que a

solicitação, não sendo atendida de imediato por um vereador, era reencaminhada a outro vereador em outra data, de modo a aumentar a pressão social em cima de determinada demanda. Aqui, vale ressaltar que 63% das 75 mensagens recebidas através do link “Solicitações” foram atendidos pelos destinatários.

Além das mensagens recebidas através do link “Solicitações”, também levantamos alguns dados relativos aos vereadores que hoje atuam na Câmara Municipal de São João Nepomuceno. Tais dados, combinados, nos ajudam a traçar um breve perfil de cada vereador e a entender, a partir disso, as razões por trás das preferências das pessoas da cidade por um ou outro vereador.

4.4 OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

A Câmara Municipal de São João Nepomuceno é composta, atualmente, por nove vereadores. A nossa proposta, a seguir, é traçar um perfil de cada vereador, de modo que possamos compreender a atuação de cada um deles nas duas arenas políticas sobre as quais discorreremos no item 2 desta dissertação: a legislativa e a eleitoral. Para tanto, serão usados, além dos dados referentes às mensagens recebidas através do link “Solicitações” do aplicativo Câmara Participativa, também dados referentes à votação de cada vereador e à atuação de cada um na própria atividade legislativa.

No que diz respeito à arena eleitoral, tomaremos como base a votação por seção de cada vereador (disponível nos anexos deste trabalho, elaborada segundo dados fornecidos pelo TRE-MG relativos às eleições municipais de 2016), de modo que possamos mapear seus redutos eleitorais, suas áreas de maior concentração de votos e também suas chances de continuidade no cargo ou de progressão para novos cargos nos próximos pleitos. Já em relação à arena legislativa, analisamos todas as solicitações enviadas pelos vereadores ao executivo municipal (a partir de informações fornecidas no portal eletrônico da instituição³) a respeito de necessidades do município e, logo, de seus cidadãos.

Antônio José da Costa, do Partido Solidariedade (SD), é natural de São João Nepomuceno, mecânico de máquinas de costura por profissão e, aos 40 anos, está em seu primeiro mandato como vereador. Foi o vereador mais votado no último pleito, tendo recebido um total de 1.101 votos e, de todos os vereadores, é o que parece ter maior distribuição de votos

³ Disponível no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-vereadores>. Acesso em dezembro de 2018.

pela cidade, com maior concentração nas seções da área mais central do município. Sua votação expressiva e a boa distribuição do eleitorado pela cidade indica nítida vantagem na arena eleitoral. Recebeu, através do aplicativo que analisamos neste trabalho, três mensagens, duas delas relacionadas a obras e a terceira com assunto indefinido. Mesmo que tenha sido procurado poucas vezes através do aplicativo, as solicitações que enviou ao Executivo Municipal desde o início de seu mandato indicam que atuou de forma bastante ativa na arena legislativa: foram, ao todo 49 solicitações, de temas diversos, das quais a maioria se refere a obras e manutenção de vias públicas, mas também se percebe um certo interesse por problemas relacionados a transporte e trânsito e também por assuntos educacionais (com destaque para uma solicitação datada de 23 de maio de 2017 para que se discuta a implantação do sistema de ensino de tempo integral no município)⁴. Além disso, ainda na arena legislativa, o vereador fez uso da tribuna 43 vezes nos últimos dois anos, sendo 3 em 2017 e 20 em 2018, e apresentou 18 projetos de lei (10 em 2017 e 8 em 2018)⁵. Sua votação expressiva e a boa distribuição do eleitorado pela cidade indica nítida vantagem na arena eleitoral que, certamente, não foi adquirido através de sua atuação na arena legislativa, tendo em vista que está em seu primeiro mandato, mas de uma imagem pessoal que conseguiu construir para si fora do legislativo municipal. Os temas das solicitações que enviou indicam certa preocupação com assuntos de interesse direto da população, o que, conforme as discussões levantadas no item 2 desta dissertação, pode ser um fator contribuinte para a manutenção do seu sucesso eleitoral caso venha a concorrer novamente no próximo pleito. O vereador em questão é um bom exemplo do que discutimos no item 2.2 deste trabalho a respeito da necessidade de se transformar a imagem pessoal (responsável pelo sucesso na arena eleitoral) em capital político (obtido através da atuação na arena legislativa) como forma de se construir uma carreira política sólida, capaz de levar à reeleição ou mesmo à possibilidade de ser eleito para outros cargos.

Edison de Souza Silva, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), é natural de São João Nepomuceno, analista de Recursos Humanos e, aos 37 anos, está em seu segundo mandato como vereador. Nas últimas eleições para o Legislativo Municipal, foi eleito com um total de 446 votos, com o seu eleitorado bem distribuído, tendo em vista que recebeu votos em todas as seções eleitorais. No que diz respeito ao aplicativo, foi pouco procurado por seus eleitores, tendo recebido apenas três mensagens, todas com temas indefinidos. Sua atuação na

⁴ Dados sobre as solicitações enviadas pelo vereador ao Executivo Municipal podem ser verificados nos anexos deste trabalho e a íntegra de cada solicitação pode ser conferida no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-veredores/vereador-tony-calegare>.

⁵ Os dados relacionados ao uso da tribuna foram coletados a partir de pesquisas junto à instituição.

arena legislativa, no entanto, está longe de ser inexpressiva: enviou um total de 74 solicitações ao Executivo Municipal desde 1º de janeiro de 2017. Os temas dos documentos que encaminhou são os mais diversos, não se limitando apenas às questões de obras e manutenção dos espaços públicos, mas também de segurança do trabalho, assistência social, educação, segurança pública, transporte e trânsito, esportes, direitos das mulheres (tema para o qual chega, até mesmo, a solicitar audiência pública). Também demonstra certa preocupação em promover cerimônias de homenagens (menções honrosas e menções de aplausos) a pessoas e organizações. A julgar pelo teor dos referidos documentos⁶, o vereador em questão busca se promover, na arena legislativa, frente aos mais variados grupos sociais e também entre seus pares, algo que se reflete na arena eleitoral, haja vista a votação equilibrada que recebeu, com o eleitorado bem distribuído entre as seções eleitorais do município. No que diz respeito ao uso da tribuna, foram 43 vezes nos últimos dois anos (23 em 2017 e 20 em 2018) e, além disso, também como forma de atuação na arena legislativa, 14 projetos de lei no atual mandato (8 em 2017 e 6 em 2019).

Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo, também do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), é natural de Goiânia, empresário do ramo têxtil e, aos 34 anos, já está em seu terceiro mandato como vereador. No último pleito, foi eleito com um total de 488 votos, relativamente bem distribuídos entre as seções: em média, entre 5 e 10 votos por seção, exceto as seções 46 e 49, nas quais recebeu 44 e 31 votos, respectivamente, indicando um possível reduto eleitoral concentrado em uma parte da cidade. Através do aplicativo que estudamos, recebeu apenas uma mensagem, cujo tema não foi possível definir. Sua atuação na arena legislativa, no entanto, é algo significativo: desde 1º de janeiro de 2017, encaminhou um total de 100 solicitações ao Executivo Municipal, que variam desde temas como a carreira dos servidores municipais, passando por questões referentes a obras, limpeza, transporte e trânsito, até moções de aplausos e de pesar⁷. Ainda em relação à arena legislativa, no que diz respeito ao uso da tribuna, foram 33 vezes no atual mandato (17 em 2017 e 16 em 2018) e, no que diz respeito aos projetos de lei apresentados, foram 13 (9 em 2017 e 4 em 2018). Sua atuação na arena legislativa certamente reflete no seu desempenho na arena eleitoral, tendo em vista o fato de já estar em seu terceiro mandato como vereador.

⁶ Maiores informações sobre os conteúdos desses documentos podem ser encontradas nos anexos desta dissertação e também no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-veredores/vereador-edison>.

⁷ Maiores detalhes nos anexos desta dissertação e também através do endereço eletrônico: <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-veredores/vereador-francisco-baptista>.

Heldemir Azevedo Alves, do Partido Popular Socialista (PPS), é natural de São João Nepomuceno, advogado e servidor público aposentado e, aos 54 anos, está em seu primeiro mandato como vereador. Nas últimas eleições municipais, foi eleito com um total de 283 votos. Foi destinatário de apenas duas mensagens enviadas pelo aplicativo Câmara Participativa, uma relacionada a obras e a outra relacionada a atendimento ao público. Tendo sido eleito com uma votação pouco expressiva, mas bem distribuída, Heldemir parece buscar ampliar seu capital político através da arena legislativa, mesmo que privilegiando algumas questões em detrimento das demais: das 79 solicitações encaminhadas ao Executivo Municipal, o que se destaca é que a maioria é relacionada a obras, limpeza urbana e transporte e trânsito⁸, curiosamente os problemas mais recorrentes tratados nas mensagens enviadas através do aplicativo Câmara Participativa, como vimos no item 3.2 desta dissertação, o que pode ter um bom resultado refletido na arena eleitoral no próximo pleito, já que demonstra ter interesse pelas questões que são colocadas em pauta pela população com mais frequência. Além disso, ainda na arena legislativa, Heldemir fez uso da tribuna 31 vezes durante os últimos dois anos (13 em 2017 e 18 em 2018) e apresentou 21 projetos de lei (13 em 2017 e 8 em 2018).

Írio Henrique Furtado Filho, atual Presidente da Câmara, do Partido Social Democrático (PSD) é natural de São João Nepomuceno, radialista por profissão e, aos 45 anos, está em seu terceiro mandato como vereador. Foi o terceiro vereador mais votado, tendo recebido um total de 503 votos e, analisando sua votação por seção, fica claro que tem maior concentração de eleitores nas seções de áreas mais centrais do município, perdendo bastante nas seções localizadas nas zonas rurais. Aparece em segundo lugar entre os destinatários das mensagens, tendo recebido 21 solicitações pelo aplicativo, das quais oito foram sobre atendimento ao público, sete sobre obras, duas sobre limpeza urbana, duas sobre mobilidade urbana e duas de tema indefinido; de modo que recebeu mensagens sobre todos os cinco temas. Sua atuação como radialista não só é a responsável por uma certa popularidade entre as pessoas da cidade, como também o coloca, aos olhos da população, em melhor posição para atender as demandas sociais. Sua posição de atual Presidente da Câmara, uma vez que pode contribuir para uma maior exposição na mídia, também pode ser um fator determinante para a escolha dos usuários do aplicativo. Para além dessa imagem pessoal construída não na vida política, mas derivada de sua atuação como radialista, o vereador em questão também busca aumentar seu capital político ganhando reconhecimento por sua atuação na arena legislativa: encaminhou, ao

⁸ Informações completas sobre os temas das solicitações podem ser encontradas nos anexos desta dissertação e também através do endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-vereadores/vereador-heldemir>.

longo de dois anos (2017-2018), um total de 92 solicitações ao Executivo Municipal, a maioria com temas ligados a obras, limpeza e manutenção do espaço urbano, transporte e trânsito⁹, curiosamente também os assuntos mais em pauta nas mensagens que recebeu através do aplicativo. Ainda na arena legislativa, no que diz respeito ao uso da tribuna, foram 42 vezes nos últimos dois anos (25 em 2017 e 17 em 2018). Parece ser o seu capital político o resultado de um acúmulo de “capitais” em diversas frentes: a imagem pessoal construída pela atuação como jornalista; a atuação na arena legislativa, atendendo às demandas mais urgentes da população são-joanense; a posição de Presidente da Câmara, colocando-o mais em evidência. De acordo com o que apresentamos no item 2.2 desta dissertação, o vereador Írio, ao longo de sua carreira como legislador, converteu o que trazia de imagem pessoal em capital político: a votação expressiva e a posição que ocupa na instituição dão mostras de que é bem-sucedido tanto na arena eleitoral como na legislativa.

José Maria de Almeida, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é natural de Descoberto-MG, servidor público aposentado e, aos 68 anos, está em seu quinto mandato como vereador. No último pleito, recebeu um total de 279 votos. Apesar de sua longa atuação no serviço público, não recebeu nenhuma solicitação através do aplicativo, o que indica que, somando-se à sua baixa votação no último pleito, pode estar perdendo sua popularidade na cidade. No que diz respeito à arena legislativa, o vereador em questão apresenta uma atuação bem menor, se compararmos aos números atribuídos aos demais: ao longo de dois anos (2017-2018), José Maria enviou ao Executivo Municipal somente 44 solicitações, das quais a maioria é ligada a obras, manutenção e limpeza¹⁰. Fez uso da tribuna 30 vezes nos últimos dois anos (17 em 2017 e 13 em 2018) e apresentou um total de 15 projetos de lei (8 em 2017 e 7 em 2018). Se pensarmos na baixa votação que recebeu nas últimas eleições, ou seja, menor sucesso na arena eleitoral, percebe-se que o vereador parece estar perdendo parte de seu capital político, que ele parece não buscar recuperar através da atuação na arena legislativa. Se essa situação se mostrar um padrão, é provável que se reflita em votação ainda mais baixa no próximo pleito e risco de não se eleger.

Nei Medina de Oliveira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), é natural de São João Nepomuceno, contador por profissão e, aos 54 anos, está em seu primeiro mandato como vereador, tendo recebido, no último pleito, um total de 612 votos que o colocaram na posição

⁹ Ver mais nos anexos e no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-vereadores/vereador-irio-henriques>.

¹⁰ Mais detalhes podem ser encontrados nos anexos desta dissertação e também no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-vereadores/vereador-chumbinho>.

de segundo vereador mais votado. No entanto, analisando sua votação por seção, verifica-se uma importante queda de concentração entre o eleitorado residente nas áreas rurais, tendo obtido até mesmo votação nula em algumas dessas seções, de modo que seus redutos eleitorais se localizam nas áreas mais centrais do município, o que indica falta de diálogo com as periferias da cidade. Foi o destinatário que mais recebeu mensagens através do aplicativo, totalizando 23 solicitações, das quais quinze foram relacionadas a obras, sete relacionadas à limpeza urbana e uma relacionada a transporte. Tal popularidade e visibilidade entre os usuários do aplicativo podem indicar que, mesmo iniciante no cargo de vereador, Nei Medina de Oliveira talvez esteja mais presente nas mídias digitais, o que o colocaria em boa posição para receber as demandas sociais também através dessas mídias, como é o caso do aplicativo. Sua atuação na arena legislativa também é bastante expressiva: foram, ao todo, 94 solicitações encaminhadas ao Executivo Municipal com os mesmos temas vistos nas mensagens que recebeu pelo aplicativo, ou seja, obras, limpeza urbana, transporte e trânsito¹¹. Além disso, fez uso da tribuna 64 vezes nos últimos dois anos (33 em 2017 e 31 em 2018) e apresentou um total de 12 projetos de lei (7 em 2017 e 5 em 2018). O que parece claro, para nós, é que, tendo alcançado um resultado expressivo na arena eleitoral ao se eleger para seu primeiro mandato, agora vem buscando ampliar seu capital político através de uma atuação na arena legislativa que procura, justamente, responder às demandas mais urgentes de seu eleitorado, o que pode contribuir para um novo sucesso na arena eleitoral.

Reniraldo da Silva de Oliveira, do Partido da Mulher Brasileira (PMB) e atual vice-Presidente da Câmara, é natural de Leopoldina, empresário do ramo de açougues e, aos 40 anos, está em seu primeiro mandato como vereador. Com uma votação pouco expressiva nas últimas eleições (279 votos no total), ocupou a última vaga de vereador. Não recebeu nenhuma mensagem através do aplicativo. Tendo recebido uma votação mais expressiva concentrada nas seções eleitorais localizadas em distritos e nas áreas rurais, parece trabalhar na arena legislativa privilegiando seus redutos eleitorais, considerando que das 54 solicitações que encaminhou ao Executivo Municipal foram relacionadas também a essas localidades¹². Além disso, fez uso da tribuna 31 vezes nos últimos dois anos (14 em 2017 e 16 em 2018) e apresentou apenas 9 projetos de lei (3 em 2017 e 6 em 2018). Conforme vimos no item 2.2 desta dissertação, o

¹¹ Ver mais nos anexos deste trabalho e também através do endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-veredores/vereador-nei-medina>.

¹² Mais detalhes podem ser verificados nos anexos e também no endereço eletrônico <https://www.saojoaonepomuceno.mg.leg.br/processo-legislativo/proposicoes-dos-veredores/vereador-rei-do-acougue>.

eleitorado concentrado ao invés de uma votação bem distribuída e uma atuação legislativa direcionada e não diversificada não contribuem para o aumento de capital político, tornando mais difícil uma futura reeleição.

Finalmente, Ruy Rodrigues Barbosa, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e atual Secretário da Câmara, é natural de São João Nepomuceno, aposentado e presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de São João Nepomuceno e, aos 80 anos, está em seu terceiro mandato como vereador. Nas últimas eleições municipais, foi eleito com um total de 296 votos, tendo recebido baixa votação em todas as seções eleitorais do município, o que parece indicar que seu diálogo com o eleitorado está comprometido em todas as áreas da cidade. Podemos imaginar que, talvez pela idade e por atuar junto aos aposentados e pensionistas, tenha maior popularidade entre esse grupo que, em geral é composto por pessoas da terceira idade, com pouca atuação nas mídias digitais, o que explicaria o fato de ter recebido apenas uma mensagem através do aplicativo, a qual relacionada ao tema obras. No que diz respeito à arena legislativa, sua atuação também parece pouco expressiva: foram somente 44 solicitações encaminhadas ao Executivo Municipal em um período de dois anos (2017-2018), das quais há um maior destaque para assuntos ligados a obras e também moções de aplausos. Em relação ao uso da tribuna, foram apenas 21 vezes nos últimos dois anos (12 em 2017 e 9 em 2018), e em relação aos projetos de lei apresentados, foram 12 nos últimos dois anos (6 em 2017 e 6 em 2018). Fica claro que o vereador em questão vem perdendo seu capital político, alcançando participação menor na arena eleitoral e, ao mesmo tempo, está diminuindo sua atuação na arena legislativa, o que, somado a sua idade já avançada, pode indicar uma caminhada rumo ao fim da carreira política.

Deste modo, observamos que as análises dimensionam e evidenciam a participação dos representantes nas arenas legislativa e eleitoral, além do direcionamento das solicitações realizadas pelos cidadãos que partem do aplicativo Câmara Participativa, relacionando os políticos que mais atuam ou não nesses últimos dois anos de mandato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação pública não é somente um direito legislado por meio da Constituição Federal, entretanto é também um direito fundamental, tanto individual quanto coletivo que promove a instrumentalização do exercício de cada indivíduo enquanto cidadão social, sendo assim uma base da democracia.

Neste sentido, a assessoria de comunicação da Câmara Municipal de São João Nepomuceno – MG está em constante renovação e ampliação dos seus meios de divulgação para atender ao que é disposto pela Lei de acesso a informações públicas dos órgãos governamentais e, principalmente, atender a sociedade de forma transparente e atualizada de todos os fatos que acontece naquela Casa de Leis.

Observando-se as considerações a respeito da mídia e da tecnologia, suas aproximações e a relação dialógica necessária entre a mídia e a sociedade, bem como os aspectos inerentes ao aplicativo Câmara Participativa, pode-se compreender que esta iniciativa atende ao que exige a Lei de Transparência (LAI), e às necessidades de aproximação do papel fiscalizador da população àquele que na essência personifica o trabalho do Poder Legislativo Municipal.

A aprovação do Projeto de Resolução nº 09/2012, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, no âmbito da Câmara Municipal de São João Nepomuceno, foi importante para que todos os setores da Câmara Municipal pudessem ser cientificados e instruídos a respeito da obrigatoriedade de observar as normas de caráter nacional que tem por objetivo garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Isso fez com que a assessoria de comunicação institucional estivesse habilitada a promover a inserção dos canais existentes no legislativo municipal, além da criação do objeto dessa pesquisa, o aplicativo Câmara Participativa.

A disseminação das ferramentas tecnológicas como as redes sociais e o acesso aos aplicativos diversos por meio da telefonia celular, de grande abrangência em todos os segmentos da sociedade, fazem com que a iniciativa em estudo possua boas perspectivas de atenção aos anseios da sociedade e da própria Câmara Municipal, não deixando de lado o portal institucional, de grande relevância para a publicação oficial de todos os atos do legislativo, e a mídia tradicional como o jornal impresso Notícias da Câmara atendendo aos cidadãos que não possuem acesso à internet.

A importância da transparência nas decisões que influenciam na vida dos cidadãos e da participação dos mesmos em tais processos decisórios proporciona uma validação ainda maior às iniciativas desta natureza, compreendendo-as como meios de efetivação da democracia por meio da participação direta do cidadão. Observa-se que esta é uma tendência, mas que ainda necessita de maior aplicação nas Casas Legislativas do país, que, em sua absoluta maioria, ainda têm suas ações e práticas desprovidas da utilização da tecnologia, o que impede que a população possa contribuir com suas petições, sugestões e reclamações, além da grande parcela dessas instituições legislativas, que vimos como exemplo na microrregião de Juiz de Fora, não contarem com profissionais capacitados para gerir e desburocratizar a comunicação institucional.

Neste sentido, apesar da Lei de transparência ser um fator determinante para impulsionar a produção de notícias nos órgãos públicos e a divulgação de documentos que antes não eram de acesso espontâneo à população, a Lei não determina em nenhum de seus artigos que essa divulgação seja realizada por profissionais da área de comunicação.

A obsolescência que caracteriza as práticas da administração pública brasileira deve ser convertida em ações que a tornem eficiente, produtiva, transparente e participativa voltando-se aos interesses da sociedade e principalmente da esfera municipal, que mais deve se aproximar dos indivíduos.

A utilização da mídia institucional e, principalmente, o uso do aplicativo Câmara Participativa, serviu como parâmetro nessa pesquisa ao notabilizar a participação e o interesse da população e dos representantes políticos sobre as causas que envolvem o desenvolvimento do município. Ficou evidente também os interesses individuais de cada parlamentar ao utilizar essas ferramentas como facilitadoras no papel fiscalizador, mas também na formação de capital simbólico para futuras pretensões políticas.

Urge considerar que a experiência do aplicativo da Câmara Municipal de São João Nepomuceno ainda se encontra em fase de experiência, sendo passível de ajustes e mesmo de uma efetiva incorporação à cultura local, com a participação maciça da população, que pode contribuir para uma melhor utilização dos recursos públicos e, por conseguinte, para uma melhoria contínua na qualidade de vida de todos.

A análise que se fez do uso do aplicativo Câmara Participativa juntamente com outros dados referentes ao Legislativo Municipal de São João Nepomuceno (votação de cada parlamentar, uso da tribuna, projetos de lei), tomando por base fundamentos teóricos do campo da Análise de Discurso aplicada à comunicação política, nos permitiu também uma análise da instituição como um todo e da atuação de cada vereador especificamente.

Foi possível observar os mecanismos usados pelos parlamentares para obtenção e manutenção do capital simbólico – ao qual nos referimos como capital político – através das ferramentas de comunicação disponíveis. Destacamos aqui que as estratégias de comunicação política dos vereadores que compõem a Câmara Municipal de São João Nepomuceno não ficaram restritas ao contato com os eleitores pelo aplicativo Câmara Participativa, mas que se desenvolveu para além da arena eleitoral, adentrando também a arena legislativa. No que diz respeito à arena eleitoral, o capital político se constrói através da comunicação direta – caso em que se enquadram, obviamente, o aplicativo e os demais canais de comunicação, oficiais e extraoficiais – com o eleitorado e da imagem que o parlamentar traz consigo de atuações fora do campo político. No que diz respeito à arena legislativa, a imagem do parlamentar é construída através de sua atuação dentro da instituição com o uso frequente da tribuna, solicitações enviadas ao Executivo Municipal e projetos de lei.

Embora seja claro que os mecanismos de comunicação política com vias à construção de um capital político sejam utilizados de formas diversas por cada parlamentar e que tenham objetivos que pareçam puramente individuais à primeira vista, foi possível perceber, sobretudo pelos temas dos projetos de lei apresentados e das solicitações enviadas por cada parlamentar ao Executivo Municipal, que os objetivos individuais têm resultados positivos para a população. Buscando conquistar o eleitorado, os parlamentares, eventualmente ou mesmo frequentemente, conseguem atender demandas reais da população. E, neste sentido, a ideia de um aplicativo para contato direto da população com os seus representantes, traz vantagens para ambos os lados da equação: para os parlamentares, é um meio de conhecer melhor o seu eleitorado, suas demandas e, a partir disso, de forma mais efetiva para a manutenção de seu capital político na arena eleitoral; para os cidadãos, significa a oportunidade de apresentar suas demandas, críticas e sugestões diretamente àqueles escolhidos para os representarem e maior chance de verem suas necessidades atendidas.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir para a compreensão acerca da importância da utilização da tecnologia na gestão pública, considerando a expansão das diferentes expressões da modernidade, muitas vezes ignoradas ou subutilizadas pelas autoridades e instituições. Sugere-se, inclusive, uma pesquisa de cunho quantitativo, que indique a prevalência de ações desta natureza nos municípios do Brasil, considerando a necessidade de disseminação destes avanços.

Espera-se, ainda, que esta dissertação seja uma contribuição no entendimento da importância que canais de comunicação como o aplicativo Câmara Participativa têm para dar mais voz aos cidadãos e ampliar o contato – muitas vezes escasso e até mesmo inexistente –

desses mesmos cidadãos com os seus representantes e que possa contribuir no desenvolvimento de outras pesquisas do campo da comunicação política.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo entre a informação e a comunicação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom. Porto Alegre, 2004. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/148574136887311477556180163323847419149.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- AGNER, Luiz. **Arquitetura de informação e governo eletrônico: diálogo cidadãos-Estado na World Wide Web** – estudo de caso e avaliação ergonômica de usabilidade de interfaces humano-computador. Tese (Doutorado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410920_07_pretextual.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- AGOSTINI, Leonardo. **Autonomia: Fundamento da dignidade humana em Kant**. 2009. 101f. Dissertação (Mestre em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ALONSO, Katia Morosov. **Educação a distância no Brasil: A busca de identidade**. Disponível em: <www.nead.ufmt.br/documentos/Ident.doc>. Acesso em 01 jul. 2018
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. Fundações Públicas de Direito Privado. In: **Revista de Direito Administrativo Atlas**. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/41545/40859>>. Acesso em 20 jun. 2018.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: **Opin. Pública**, v.12; n.1; Campinas, abr./mai. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004>. Acesso em 22 jun. 2018.
- AZEVEDO, Rita. O que os brasileiros pensam sobre sete temas polêmicos. **Exame**, 21 jul. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/o-que-os-brasileiros-pensam-sobre-sete-temas-polemicos/>>. Acesso em 22 jun. 2018.
- BARBOSA, Rui. **Comentários à Constituição Federal Brasileira**. Revisados por Homero Pires. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.
- BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2009.
- BATISTA, Carmen Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. Campinas: **Transinformação**, p. 225-231, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.puc-ampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/496/476>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 3.ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRANDÃO, E. P.; BUENO, Wilson da Costa; MARTINS, L.; MATOS, Heloísa.; MONTEIRO, M. da Graça; NOVELLI, Ana Lucia. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e significados do conceito comunicação pública**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional. VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em 02 jun. 2018.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 01 jun. 2018.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 25 jun. 2018.

_____. **Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9755.htm>. Acesso em 10 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.28, , 2007, p.9-30

BRITO, José Augusto Pereira. **Cibercidadania: a virtualização na Comunicação Pública contemporânea**. Organicom, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/58/192>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

CALDAS, G. Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, CM., BROTAS, AMP. and BORTOLIERO, ST., orgs. **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO. **Resolução n. 09 de junho de 2012**. Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, no âmbito da Câmara Municipal de São João Nepomuceno. Disponível em: <http://www.camarasjn.mg.gov.br/site/images/documentos_site/RESOLUCOES/Resolucao092012.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. FHC: mudanças sociais são impulsionadas por “fios desencapados”. In: LEMOS, Alexandre Zaghi; ROCHA, Roseani. **Fórum Meio & Mensagem 40 Anos**. Meio & Mensagem. 2018. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/04/04/fhc-mudancas-sociais-sao-impulsionadas-por-fios-desencapados.html>>. Acesso em 21 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Rodrigo Batista. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. **30º Encontro da ANPAD**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

CAVALCANTI, Anderson. **Introdução à Engenharia de Software**. 2012. Disponível em: <https://www.dca.ufrn.br/~anderson/FTP/dca0120/P2_Aula1.pdf>. Acesso em 20 jun. 2018.

CILLA, Karen Christina Dias da Fonseca; COSTA, Lúcio Campos. A análise de discurso como metodologia para o estudo de políticas educacionais.: o caso da proposta curricular do estado de São Paulo. In: **Interacções**. Nº 39, p. 233-242. 2015. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8734/6293>>. Acesso em 20 jan 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Guia de transparência ativa para órgãos e entidades do poder executivo federal**. 5ª ed. Brasília: CGU, 2017.

_____. **Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, CGU, 2011.

_____. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. Brasília: CGU, 2013.

CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação dos conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade. In: FLEURY, Sonia & LOBATO, Lenaura V. C. (org.). **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. **Direito Administrativo**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Comunicação pública**. São Paulo: Atlas, p. 47-58, 2007. Disponível em: <<http://jforri.jor.br/forri/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ECHEGARAY, Fabián. **Dimensões da Cibercultura no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200002>. Acesso em 22 jun. 2018.

EDUARDO, Luiz Felipe Melo. As estratégias do discurso político: uma análise de imagens e procedimentos linguísticos. In: **Palimpsesto**. Nº 19, ano 13. 2014. p. 459-475. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/estudos/Palimpsesto19estudos05.pdf>>. Acesso 20 jan de 2018.

FENAJ. **Manual de assessoria de comunicação/imprensa**. 4.ed. ver. Comp. Brasília: Fenaj, 2007.

FILHO, Adalberto Simão; FILHO, Gamaliel Faleiros Cardoso. Governança corporativa e implementação da nova empresarialidade: mecanismo de contribuição para a cidadania e de inclusão social. **II Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, Universidade de Ribeirão Preto, n. 2, p.62-68, out. 2014. Disponível em: <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/cbpc/article/viewfile/397/456>>. Acesso em 21 jun. 2018.

FNDC. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. 2015. **Mídia Brasileira é controlada por apenas 11 famílias**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-apenas-11-familias-924625/>>. Acesso em 22 jun. 2018.

FORNI, J. J. **Gestão de crises e comunicação**. São Paulo: Atlas, 2013.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, 21: 211-259, 2000.

FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. Rev. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GOMES CANOTILHO, Jose Joaquim. **Direito Constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2009.

GOSS Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. Mídia e movimentos sociais contemporâneos. Em Tese, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em 20 jun. 2018.

GUIZARDI, F. L. et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 15-39, jan./ jun. 2004.

GUREVITCH, Michael; BENNETT, Tony; CURRAN, James; WOLLACOTT, Janet (Ed.). **Culture, Society and the Media**. Londres: Routledge, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: F. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação Pública**: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **A comunicação estatal como garantia de direitos**: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em integração da América Latina (Prolam-USP). São Paulo (SP), 2010.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Manual de Governança Corporativa**. 5ª ed. São Paulo: IBGC, 2015.

KINGDON, John. **Agends, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Rev. Adm. Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2004.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de imprensa**: como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2012.

MARQUES, Luiz Otávio Costa. **Representação e identidade**: uma análise de discurso de professores de inglês de escolas de idiomas. Tese de Doutorado (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Humberto Falcão. Em busca de uma teoria da burocracia pública não-estatal: política e administração no terceiro setor. **Rev. Adm. Contemp.** vol. 2, nº 3, Curitiba set/dez, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551998000300007>. Acesso em 07 jul. 2018.

MATOS, Heloiza Helena Gomes de. Comunicação política e comunicação pública. **Revista Organicom**, v.3, n.4, 2006. p.58-73. Disponível em: <<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/viewFile/55/189>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 34ª edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2ed. Unesco: Brasília, 2009.

MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil**. Uma abordagem institucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

MESQUITA, Wákila. Comunicação Pública e Lei de Acesso à Informação. Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, no **XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo, 2016.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Dignidade. Disponível: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=dignidade>>. Acesso em 17 mai. 2018.

MONSALVE, Viviana Bohórquez; ROMÁN, Javier Aguirre. As tensões da dignidade humana: conceituação e aplicação no direito internacional dos direitos humanos. **Sur. Rev. int. direitos human.** vol.6 no.11 São Paulo dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jun. 2018.

MONTEIRO, M. A.; MONTEIRO, I. C.; AZEVEDO, T. C. Visões de autonomia do professor e sua influência na prática pedagógica. **Rev. Ensaio**, 12(3), 117-130, set-dez de 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, Porto Alegre, 1999.

MORTARI, Elizangela Carlosso M.; SANTOS, Suzana Fernandes dos. Monitoramento de redes sociais como estratégia organizacional. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.1, p.91-109, jan./abr. 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0091.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. **A dignidade da pessoa humana e sua definição.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14054>. Acesso em 10 jul. 2018.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

NASCIMENTO, Lebna Langraf do. Setor Público nas Redes Sociais Digitais: um Estudo com Comunicadores. In: NOVELLI, Ana Lúcia; MOURA, Cláudia Peixoto; CURVELLO, João José de Azevedo. **ABRAPCORP 2013: teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas – entre a tradição e a inovação.** Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

NEVES, Adriano Craveiro. A reforma administrativa brasileira (1995-1998) sob a ótica weberiana. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2596, 10 ago. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17153>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

NOVELLI, Ana Lúcia; MOURA, Cláudia Peixoto; CURVELLO, João José de Azevedo. **ABRAPCORP 2013: teorias e métodos de pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas: entre a tradição e a inovação.** Porto Alegre: Edipucrs, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

O'NEILL, O. Transparency and the ethics of communication. In: HOOD, C.; HEALD, D. (org). **Transparency: the key to better governance?** Nova York: Oxford University Press, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 17 jun. 2018.

ORTIZ, M.; MOÇA, F. F. Fatores e Condições da Transparência Pública em contexto local: o caso do Projeto Niterói Transparente. **IX Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, 2016.

PENTEADO FILHO, Roberto de Camargo. Assessoria de Imprensa na Era Digital. In DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia.** São Paulo, Editora Atlas, 2003.

PENTEADO, Cláudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. **Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios.** 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0129.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma e administração pública gerencial.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Moradores de rua e realidade social contemporânea: subsídios para intervenções no município de Taubaté/SP** G&DR. v. 6, n. 3, p. 136-158, 2009.

PRESOTO, Lúcia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. A Participação Social na Atuação dos Conselhos Municipais de Bertioga – SP. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./abr. 2005.

RODRIGUES, Maria José de Freitas. Comunicação Social ou Pública. **Cad. Saúde Pública**, vol.10 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 1994. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000300020>. Acesso em 21 jun. 2018.

RODRIGUES, Ricardo. **A Regulamentação do lobby no Brasil**: Leitura crítica de um Projeto de Lei. In.: RAP, RJ, v. 30, n. 1, p. 55-63, jan/fev., 1996.

ROTHBERG, D. Contribuições às políticas e estratégias de comunicação pública e democracia digital. In: SIMIS, A., et al., orgs. **Comunicação, cultura e linguagem**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da Comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011. 152p.

RUSSEL, R.; ROSA, R. Redes sociais e os desafios das organizações: um olhar nos twitters da Natura, da Vivo e do Submarino. In: OLIVEIRA, I. L.; MARCHIORI, M. (orgs.). **Redes sociais, comunicação e organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.

SANTOS, Aristócrates Carvalho. Comentários à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011): a transparência pública como direito fundamental do cidadão. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 23, n. 5342, 15 fev. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/44963>>. Acesso em 29 jun. 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

SCHIKMANN, Rosane. Gestão Estratégica de Pessoas: bases para a concepção do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público. In: PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas**: bases teóricas e experiências no setor público/organizado. Brasília: ENAP, 2010.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24745>>. Acesso em 07 jun. 2018.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo: 1982.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TECMUNDO. **História: a evolução do celular**, 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/celular/2140-historia-a-evolucao-do-celular.htm>>. Acesso em 06 jul. 2018.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TOJAL, Flávio; CARVALHO, Wagner. Teoria e prática da burocracia estatal. **RAP - Revista de Administração Pública**. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7972>>. Acesso em 08 jul. 2018.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Thomson Learning, 2000.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137363POR.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. Justiça, Direito e Moralidade: nossa crise moral. In: **Introdução ao estudo do Direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, Max. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZATTI, V. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant & Paulo Freire**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

ZÉMOR, Pierre. As formas de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**. Brasília. p. 189-195. Abr/Jun.2009.

ANEXOS

Anexo 1 – Número de votos dos eleitos por seção

Seção	Antônio José da Costa	Edison de Souza Silva	Francisco Augusto B. de O Carillo	Heldemir Azevedo Alves	Írio Henriques Furtado Filho	José Maria de Almeida	Nei Medina de Oliveira	Renivaldo da Silva de Oliveira	Ruy Rodrigues Barbosa
14	11	11	8	4	10	5	13	1	6
15	13	11	2	4	10	12	14	1	10
16	16	13	5	8	14	6	16	4	7
17	27	6	5	2	10	4	8	2	10
18	10	10	7	5	6	3	10	6	6
19	13	4	8	5	13	3	16	0	2
20	14	4	2	5	8	5	19	4	5
21	3	4	4	6	7	2	12	4	9
22	10	4	5	2	7	4	18	2	6
23	3	1	4	6	11	4	11	1	4
24	7	4	2	6	12	2	18	5	5
25	12	11	6	2	13	3	14	3	6
26	18	6	3	4	6	2	13	4	6

27	27	14	6	11	10	6	7	2	3
28	21	9	8	5	11	5	16	4	2
29	21	7	8	7	14	7	17	1	9
30	16	3	4	5	9	3	17	3	4
31	17	12	4	3	9	3	12	1	5
32	15	4	6	2	7	5	8	1	10
33	10	3	8	6	9	2	12	5	3
34	28	5	2	5	10	2	15	1	6
35	16	3	3	8	11	3	12	2	3
36	12	5	6	7	9	1	5	2	4
37	19	9	10	7	6	1	7	1	2
38	14	3	2	3	4	3	11	2	5
39	21	6	7	5	9	2	16	5	10
40	21	5	7	10	10	8	10	4	7
41	13	12	4	6	10	9	15	7	2
42	17	15	7	7	12	11	16	7	9
43	19	9	10	6	10	4	12	5	2
44	16	9	8	6	15	5	16	1	8
45	19	9	6	8	9	1	5	0	7

46	16	4	5	6	12	2	9	6	7
47	27	7	8	5	13	3	15	2	8
48	28	10	5	9	8	6	12	4	11
49	16	8	4	2	5	4	12	5	5
50	10	6	6	11	10	8	22	4	5
51	15	8	5	4	4	12	20	9	8
52	40	3	1	0	6	9	0	1	0
53	40	2	2	1	2	2	0	5	1
54	3	1	4	1	4	3	0	19	1
55	1	1	8	1	3	1	3	15	1
56	12	2	9	2	3	0	4	12	4
57	19	5	8	2	5	3	3	13	1
59	0	2	44	2	12	3	1	6	10
60	21	4	9	0	6	5	12	1	5
61	30	5	7	5	8	3	7	5	4
62	2	1	31	0	2	0	0	4	4
65	30	6	7	4	12	6	14	4	5
69	19	10	7	6	0	4	7	3	1
70	37	18	22	3	5	4	2	9	4

71	24	12	11	5	6	2	4	4	6
72	20	14	12	4	3	16	4	6	3
73	19	9	15	3	9		15	6	5
76	23	13	12	1	8	2	3	5	2
77	15	4	8	8	10	4	14	3	3
78	13	5	8	1	5	1	4	4	3
82	18	26	10	4	10	24	3	6	2
83	38	13	15	10	7	8	5	11	1
86	20	3	13	2	7	2	4	6	3

Anexo 2 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Antônio José da Costa ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Indicação nº 205/2018	Regularização de documentação.
Indicação nº 204/2018	Designação de numeração em imóveis.
Indicação nº 170/2018	Designação de numeração em imóveis.
Indicação nº 154/2018	Construção de muro de contenção.
Indicação nº 143/2018	Destinação do eventual valor devolvido do duodécimo para a ASFECER.
Indicação nº 130/2018	Calçamento e iluminação pública na Rua Onéximo Gruppi.
Indicação nº 114/2018	Instalação de placas de orientação de destino.
Representação nº 06/2018	Instalação de redutores de velocidade próximo ao KM 6 da rodovia LMG-858.
Indicação nº 110/2018	Construção de escada.
Indicação nº 109/2018	Instalação de redutor de velocidade.
Indicação nº 91/2018	Construção de calçada na Rua Otávio Gonçalves.
Indicação nº 89/2018	Instalação de rede de iluminação pública na Rua José Juraci de Oliveira.
Indicação nº 88/2018	Tempo integral nas escolas da rede municipal.

Indicação nº 72/2018	Anteprojeto de Lei que "Cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA e o fundo Municipal de Promoção e Defesa dos Animais, e dá outras providências".
Indicação nº 49/2018	Reforma de creche.
Indicação nº 46/2018	Reforma da Praça Antônio Ciscotto.
Indicação nº 09/2018	Troca de mata-burro na estrada que dá acesso à propriedade do senhor Hélio Detoni, na rodovia São João - Rio Novo.
Indicação nº 08/2018	Resolução do embargo e restauração do prédio da rodoviária.
Indicação nº 12/2017	Atendendo reivindicação dos moradores de Carlos Alves, o Vereador que esta subscreve solicita ao Poder Executivo Municipal que estude a possibilidade de construção de banheiro público, masculino e feminino, na praça do distrito, próximo ao ponto de ônibus.
Indicação nº 13/2017	Solicitando à Prefeitura Municipal que encaminhe pedido à empresa responsável pela iluminação pública em nosso Município para que esta providencie a manutenção da iluminação na praça situada entre as Ruas Expedicionário Garcia Lopes e José Carlos Leite, próximo à Lucasas.
Indicação nº 25/2017	Solicito ao Prefeito Municipal que estude a viabilidade de implantar uma academia ao ar livre na Praça do Distrito de Carlos Alves.
Indicação nº 26/2017	Sugerindo ao Prefeito Municipal que, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, estude a viabilidade de diminuir a largura do passeio em frente à Escola Municipal Dr. Péricles Vieira de Mendonça.
Indicação nº 55/2017	Colocação de interfone no portão que dá acesso à cozinha, na Escola Municipal Coronel José Braz.
Indicação nº 56/2017	Implantação de ondulações, como redutores de velocidade, na Rua do Carmo, Bairro Santa Rita.
Indicação nº 77/2017	Instalação de rede de iluminação pública na Rua José Juraci de Oliveira.
Indicação nº 83/2017	Instalação de braço de luz em postes da Rua Onéximo Gruppi, bairro Palmares.
Indicação nº 84/2017	Reforma de bueiro localizado na Rua Domingos Henriques de Gusmão.
Indicação nº 98/2017	Tempo integral nas escolas da rede municipal.

Indicação nº 104/2017	Asfaltamento de ruas.
Indicação nº 108/2017	Complementação de calçamento.
Indicação nº116 /2017	Recapeamento da chegada nova de São João pelo bairro José Maria Fam.
Indicação nº131 /2017	Instalação de placas de orientação de destino.
Indicação nº132/2017	Solicita correção das passarelas de pedestres.
Indicação nº144/2017	Placas indicativas com o nome de ruas em Taruaçu.
Indicação nº145/2017	Complementação da iluminação pública e calçamento para a Rua João Xavier, em Taruaçu.
Indicação nº146/2017	Construção de canteiro central para separar as duas mãos na Rua Sebastião Pereira Santiago, em Carlos Alves.
Indicação nº155/2017	Obra de captação de esgoto Rua Homero Martins.
Indicação nº158/2017	Reforma parte elétrica da Escola Municipal Otávio Gonçalves.
Indicação nº159/2017	Reforma de ponte em Carlos Alves.
Representação nº 18/2017	Solicitar ao DEER/MG a instalação de redutor de velocidade ou outro dispositivo de segurança viária no Km 17 da Rodovia MG-126, que liga os Municípios de São João Nepomuceno e Rio Novo.
Indicação nº178/2017	Regularização de documentação.
Indicação nº 218/2017	Implantação do ensino de 6º ao 9º ano na Escola Péricles.
Indicação nº 219/2017	Instalação de contêineres de lixo na Rua dos Henriques.

Representação n° 20/2017 Solicitar ao DEER/MG a instalação de redutor de velocidade ou outro dispositivo de segurança viária próximo ao Km 06 da Rodovia LMG-858, que liga os Municípios de São João Nepomuceno e Descoberto.

Indicação n° 223/2017 Resolução do embargo e restauração do prédio da rodoviária.

Indicação n° 235/2017 Criação de banda municipal.

Indicação n° 19/2018 Troca da iluminação pública do bairro Centenário.

Indicação n° 31/2018 Implantação de ondulações, como redutores de velocidade, na Rua do Carmo, Bairro Santa Rita.

Indicação n° 32/2018 Colocação de interfone no portão que dá acesso à cozinha, na Escola Municipal Coronel José Braz.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 3 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Edison de Souza Silva ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Indicação nº 224/2018	Renovação de licença para tratar de assuntos pessoais para servidores estáveis.
Indicação nº 222/2018	Instalação de proteção em escada.
Pedido de Informação nº 17/2018	Informações sobre a instalação de sistema de câmeras de segurança.
Indicação nº 217/2018	Sistema de "Bueiros Inteligentes".
Indicação nº 218/2018	Instalação de proteção e construção de passeio em praça.
Representação nº 12/2018	Solicitar reunião junto ao Ministério Público, a fim de tratar da possibilidade de prorrogação do prazo da recomendação a rescisão de 200 contratos.
Moção de Aplausos nº 25/2018	Moção de Aplausos ao Núcleo Esportivo pela conquista do Campeonato Regional Sub-17.
Indicação nº 209/2018	Denominação de logradouro público.
Pedido de Providência nº 05/2018	Providências em relação ao cumprimento da Lei nº 2642 e a Lei nº 3141 .
Indicação nº 185/2018	Faixa elevada para travessia de pedestres.
Indicação nº 184/2018	Projeto Rua Lazer do SESC.
Pedido de Informação nº 09/2018	Informação sobre os procedimentos em relação ao aparelho de Raio-X.
Moção de Aplausos nº 22/2018	Apresenta Moção de Aplausos.

Indicação nº 193/2018	Reativação do Conselho Municipal do Idoso.
Representação nº 09/2018	Solicitação à Viação Bassamar que estude a possibilidade de retomar a linha CAIC - São José.
Moção de Aplausos nº 18/2018	Moção de Aplausos para a equipe que participou da exitosa operação de busca para localizar o senhor Paulo Roberto da Silva.
Moção de Aplausos nº 15/2018	Moção de Aplausos para a Igreja do Evangelho Quadrangular de Roça Grande.
Indicação nº 146/2018	Implantação de ondulação transversal.
Indicação nº 145/2018	Troca da iluminação pública.
Indicação nº 126/2018	Placas de sinalização da rua dos Henriques.
Pedido de Informação nº 08/2018	Solicitação sobre qual proposta e prazo do Executivo para o antigo para revitalização do antigo Campo de Malhas São Miguel.
Indicação nº 115/2018	Campanha educativa relativa ao excesso de peso em mochilas escolares.
Indicação nº 107/2018	Serviço de dragagem.
Indicação nº 106/2018	Convênio para emissão de Credencial de Estacionamento Especial.
Indicação nº 91/2018	Construção de calçada na Rua Otávio Gonçalves.
Indicação nº 87/2018	Retorno do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Pedido de Providência nº 02/2018	Envio de cópia da Lei Municipal nº 2673 à empresa Luiz Carlos Cestaro ME para cumprimento de determinação sobre a obrigatoriedade de espaço para pessoas com deficiência nos eventos festivos realizados no município.
Indicação nº 77/2018	Criação de um "Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência".
Indicação nº 76/2018	Reforma de quadra de esportes.

Representação nº 03/2018	Prestação de contas do CMBEM.
Pedido de Informação nº 05/2018	Informações em relação ao convênio firmado com a Associação Pestalozzi de São João Nepomuceno.
Indicação nº 71/2018	Instalação de grade de proteção em bueiros.
Pedido de Informação nº 03/2018	Pedido de informação a respeito dos valores referentes à indenização pelos ativos a serem pagos pela Copasa à Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.
Indicação nº 61/2018	Asfaltamento de estradas vicinais.
Indicação nº 60/2018	Retorno do funcionamento do Raio-X na Policlínica.
Representação nº 02/2018	Retirada de postes de energia elétrica, remanejando-os para um local mais apropriado.
Indicação nº 45/2018	Realização de concurso público.
Indicação nº 35/2018	Reforma da escada situada na Rua José Maria Itaborahy.
Indicação nº 34/2018	Construção de passeio na Travessa Prefeito Nagib Camilo Ayupe, em frente à ASFECER.
Indicação nº 33/2018	Colocação de iluminação pública e calçamento na "Rua Projetada", em Araci.
Indicação nº 22/2018	Instalação de travessia elevada de pedestre.
Indicação nº 17/2018	Construção de escada.
Indicação nº 03/2018	Operação tapa-buracos na entrada do distrito de Carlos Alves.
Indicação nº 02/2018	Solicita ao Executivo Municipal que estude a possibilidade de aquisição de Capinadeira Mecânica.
Indicação nº 04/2017	Revitalização da Praça, construção de Área de Lazer, academia ao ar livre e parquinho em toda extensão do antigo Campo de Malhas São Miguel.

Indicação nº 05/2017	Viabilizar a regularização jurídico-patrimonial de imóveis da extinta da RFFSA.
Indicação nº 31/2017	Realizar práticas de prevenção e repressão aos crimes de violência doméstica, alertar a população e incentivá-la acerca do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres.
Indicação nº 32/2017	Realização de parceria com a Administração do IEF (Instituto Estadual de Florestas) para revitalização do Horto Florestal.
Indicação nº 59/2017	Construção de redutores de velocidade nas Ruas Salustiano Ferraz de Castro e Silvestre Detoni, no Bairro Três Marias.
Indicação nº 60/2017	Colocação de iluminação pública e calçamento na “Rua Projetada”, em Araci.
Indicação nº 62/2017	Contratação de profissional para análise técnica das árvores antigas.
Indicação nº 71/2017	Estudo de viabilidade para instalação de lixeiras subterrâneas.
Indicação nº 72/2017	Construção de redutores de velocidade na Rua Nilo Rocha, Bairro Três Marias.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 81/2017	Limpeza das ruas centrais e do Calçadão.
Indicação nº 91/2017	Parceria público-privada para instalação de guaritas em pontos de ônibus.
Indicação nº 100/2017	Construção de passeio na Travessa Prefeito Nagib Camilo Ayupe, em frente à Asfecer.
Indicação nº 102/2017	Realização de concurso público.
Indicação nº 103/2017	Inscrição no chamamento público da Codemig.
Indicação nº 109/2017	Instalação de proteção na escada localizada na Rua Mário Martins de Oliveira.
Indicação nº 110/2017	Pedido para que a Prefeitura atenda à reivindicação dos moradores do bairro São Sebastião.

Indicação nº 113/2017	Pedido para que o Executivo atenda ofício da Cipa e do SISEP.
Indicação nº 124/2017	Sinalização e implantação de ondulações transversais.
Indicação nº 125/2017	Inclusão do Município no Programa Cartão Reforma.
Indicação nº 136/2017	Obra em definitivo na rede de esgoto da Rua Elias Lamah.
Indicação nº 137/2017	Melhoria iluminação pública na Rua Cônego Reis.
Indicação nº 138/2017	Guarita/ponto de ônibus na Praça do Centenário.
Indicação nº 149/2017	Construção de calçada na Rua Otávio Gonçalves.
Indicação nº 151/2017	Retirada de poste na Rua Miguel Manzo.
Indicação nº 164/2017	Instalação de rotatória e placas sinalizadoras/indicativas.
Indicação nº 165/2017	Reforma da escada situada na Rua José Maria Itaborahy.
Indicação nº 166/2017	Reforma da quadra do bairro Shangrilá.
Moção de Aplausos nº 15/2017	Apresenta Moção de Aplausos.
Pedido de Informação / Providência nº 04/2017	Informações quanto a existência no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de nutricionistas, psicólogos e fonoaudiólogos.
Pedido de Informação nº 07/2017	Informações referentes à situação da intervenção no Prédio da Rodoviária.
Pedido de Informação nº 10/2017	Informações ao Executivo Municipal com relação à reforma do parquinho infantil situado na Praça Sinfrônio Cardoso, em frente ao quartel da Polícia Militar.
Pedido de Informação nº 11/2017	Cópia da folha de pagamento dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados do Município relativa ao mês de Julho do corrente ano.

Pedido de Providência nº 06/2017	Obrigatoriedade de reserva de espaço a pessoas com deficiência nos festejos da 43ª Exposição Agropecuária de São João Nepomuceno, que será realizada entre os dias 11 e 16 de maio de 2017.
Representação nº 05/2017	Solicitação de fiscalização quanto aos preços dos combustíveis praticados no Município de São João Nepomuceno.
Representação nº 06/2017	Solicitação à Viação Brisa com relação a implementação de horários do trecho compreendido entre São João Nepomuceno e Rio de Janeiro.
Representação nº 12/2017	Solicitação ao Procon que remeta a esta Casa informações sobre a fiscalização do cumprimento das leis municipais que tratam de Direitos do Consumidor.
Representação nº 13/2017	O Vereador que esta subscreve, ouvido o Plenário, e após tramitação regimental, requer à Mesa Diretora que envie solicitação ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER/MG).
Requerimento nº 01/2017	Solicitação Audiência Pública.
Requerimento nº 04/2017	Solicitação Audiência Pública.
Requerimento nº 08/2017	Solicitação Audiência Pública.
Requerimento nº 09/2017	Solicitação de envio de convite.
Indicação nº 189/2017	Perfuração de um poço artesiano e construção de reservatório d'água no distrito de Carlos Alves.
Indicação nº 190/2017	Regulamentação das vagas de estacionamento de veículos destinadas ao uso exclusivo de idosos e pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção.
Indicação nº 199/2017	Sistema de "Bueiros Inteligentes".
Indicação nº 200/2017	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Segurança Pública.
Indicação nº 205/2017	Retorno do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Indicação nº 216/2017	Solicito ao Executivo Municipal, através da Secretaria competente, que sejam oferecidas aulas de REFORÇO ESCOLAR em toda a rede municipal de educação, visando atender crianças e adolescentes com defasagem de aprendizagem no turno oposto (contraturno) ao das aulas

regulares, conforme Programa Mais Educação, que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Indicação nº 217/2017	Implantação do Teste do Coraçãozinho.
Requerimento 25/2017	Requerem da Mesa Diretora que seja realizada uma Audiência Pública para discutirmos causas e soluções dos reiterados casos de violência praticados em nosso Município.
Pedido de Providência nº 09/2017	Solicito ao Executivo Municipal providências no sentido de se fazer cumprir a Lei Complementar nº 14/2010, que instituiu o novo Código de Posturas municipal, quanto à utilização de vias e logradouros públicos com mesas, cadeiras, bancadas, móveis, objetos comerciais ou similares.
Pedido de Informação/Providência nº 14/2017	Solicitar ao Poder Executivo Municipal informações quanto à existência de Assistente Social e Psicólogo contratados, conforme art. 10, da Lei nº 2.692, de 09 de junho de 2010, para atender ao Programa de Guarda Temporária Subsidiado de Crianças e Adolescentes, denominado “Projeto Acolher” – “Família Acolhedora”.
Indicação nº 224/2017	Encaminha Minuta de Anteprojeto de Lei visando à criação de núcleo de prevenção à violência e acidentes.
Moção de Aplausos nº 26/2017	Parabeniza e homenageia a Equipe Feminina da Alfabeto, campeã da Etapa Estadual dos Jogos SESI 2017 na modalidade Queimada.
Requerimento 31/2017	Instauração de Comissão Especial, denominada "Cumpra-se", com a finalidade de fiscalizar e fazer cumprir as leis já existentes no âmbito municipal.
Indicação nº 233/2017	Asfaltamento.
Indicação nº 234/2017	Limpeza e reforma de praça.
Pedido de Providência nº 13/2017	Solicitação de envio de laudo técnico com relação a Creche Municipal Sementinha Vida.
Indicação nº 248/2017	Placas de sinalização da Rua dos Henriques.
Moção de Aplausos nº 33/2017	Moção de Aplausos ao Núcleo Esportivo de São João Nepomuceno.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 4 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Francisco Augusto Baptista de Oliveira Carillo ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Pedido de Providência nº 08/2018	Empréstimo de bomba para a limpeza da piscina da Escola Estadual Oswaldo Cruz.
Moção de Aplausos nº 29/2018	Parabeniza o Espaço de Dança "Walkyria Sanábio" pelo belíssimo espetáculo "Pequeno Príncipe".
Pedido de Providência nº 07/2018	Poda de árvore de grande porte localizada na Escola Estadual Oswaldo Cruz.
Moção de Aplausos nº 27/2018	Ao Dr. Antônio Manoel Rabello Neto.
Pedido de Informação / Providência nº 16/2018	Informação sobre decreto regulamentando o disposto no artigo 5º da Lei nº 2.358/2006.
Moção de Aplausos nº 26/2018	Moção de Aplausos ao Esporte Clube Sãojoanense, campeão municipal de futebol 2018.
Indicação nº 203/2018	Construção de lojas similares às do Center Moda na área do antigo campo de malhas, localizado no bairro Cidade Nova.
Pedido de Informação nº 13/2018	Pedido de informação referente as diversas festividades promovidas pelo Executivo Municipal, inclusive as referentes ao mês da Cultura.
Moção de Pesar nº 23/2018	Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Jorge Alfredo Pinto.
Indicação nº 191/2018	Reforma de Centro Comunitário.
Indicação nº 186/2018	Providências em relação a lote sujo e operação tapa-buracos.
Indicação nº 180/2018	Doação de terreno.
Indicação nº 179/2018	Construção de pórtico.
Moção de Pesar nº 16/2018	Moção de Pesar pelo falecimento do senhor Luiz Aauto Barbosa.
Requerimento nº 21/2018	Solicitação de realização de Reunião Itinerante no Distrito de Taruaçu.
Moção de Aplausos nº 17/2018	Parabenizar as equipes sub-15 e sub-17 do Operário Futebol Clube, que se sagraram campeãs da ABS CUP.

Indicação nº 155/2018	Transporte para atletas sãojoanenses.
Indicação nº 153/2018	Instalação de placa proibindo jogar lixo.
Indicação nº 131/2018	Calçamento ou pavimentação asfáltica de estrada.
Indicação nº 130/2018	Calçamento e iluminação pública na Rua Onéximo Gruppi.
Indicação nº 127/2018	Instalação de placa de sinalização de trânsito.
Indicação nº 122/2018	Regulamentação e aplicação da Lei nº 2691/2010 e criação de campanha de conscientização para distribuição de água potável.
Pedido de Informação nº 07/2018	Prestação de contas dos gastos com a 44ª Exposição Agropecuária.
Indicação nº 113/2018	Instalação de placa de trânsito.
Indicação nº 112/2018	Destinação do lixo em Taruaçu.
Indicação nº 100/2018	Solicitação de Patrolamento.
Indicação nº 99/2018	Troca da caixa d'água de Araci.
Requerimento nº 08/2018	Cópia dos extratos de movimentação financeira da Secretaria Municipal de Educação, bem como do Fundeb, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018.
Indicação nº 85/2018	Reforma da Creche Municipal localizada no distrito de Taruaçu.
Pedido de Providência nº 03/2018	Adoção de providências necessárias para o cumprimento da Lei nº 3125 que dispõe sobre a instalação de lixeiras seletivas nas escolas públicas do município.
Representação nº 03/2018	Prestação de contas CMBEM.
Pedido de Informação nº 05/2018	Prestação de contas com relação ao convênio firmado com a Associação Pestalozzi de São João Nepomuceno.
Moção de Aplausos nº 06/2018	Cabo PM Thiago Barbosa Santos.
Indicação nº 65/2018	Colocação de grade de proteção em toda a extensão do Córrego localizado na Avenida Tiradentes.
Pedido de Informação nº 03/2018	Pedido de informação a respeito dos valores referentes à indenização pelos ativos a serem pagos pela Copasa à Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.
Moção de Aplausos nº 03/2018	Moção de aplausos à Defesa Civil.
Indicação nº 53/2018	Calçamento de vias públicas.

Indicação nº 43/2018	Apoio ao grupo de atletas de corrida.
Indicação nº 42/2018	Manutenção de iluminação pública.
Pedido de Informação nº 01/2018	Justificativa sobre Edital nº 01 da Secretaria Municipal de Educação.
Indicação nº 41/2018	Disponibilização de ambulância.
Indicação nº 40/2018	Retirada do filtro biológico do bairro Três Marias.
Indicação nº 21/2018	Construção de Capela Mortuária.
Indicação nº 16/2018	Calçamento de rua.
Indicação nº 13/2018	Utilização da quadra do bairro Centenário para a realização de projetos de inclusão social.
Indicação 12/2018	Desapropriação de terreno para abertura de rua entre os bairros Centenário e Caxangá.
Indicação nº 11/2018	Apoio às escolinhas de futebol do Operário FC e Santa Cruz.
Indicação nº 06/2017	A presente indicação tem por finalidade solicitar à Prefeitura Municipal que, através do Departamento de Esportes, continue a apoiar o Operário Futebol Clube, assim como foi feito na Administração passada.
Indicação nº 07/2017	Reforma da Praça de Esportes do bairro Santa Rita.
Indicação nº 18/2017	Viabilidade de desapropriar o terreno conhecido por “trilhinho”, que interliga os bairros Centenário e Caxangá, para que se possa providenciar a abertura de uma rua no local
Indicação nº 36/2017	Auxílio aos blocos carnavalescos dos distritos e das demais comunidades rurais de São João Nepomuceno.
Indicação nº 40/2017	Limpeza das ruas no Distrito de Araci.
Indicação nº 41/2017	Implantação de projetos visando a prática esportiva junto à quadra do Bairro Três Marias.
Indicação nº 48/2017	Colocação de grade de proteção em toda a extensão do Córrego localizado na Avenida Tiradentes.
Indicação nº 61/2017	Revogação do Art. 20 do Decreto 1.398/2010.
Indicação nº 69/2017	Realização de operação tapa-buracos na Rua Oscar Henriques Ladeira.

Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 81/2017	Limpeza das ruas centrais e do Calçadão.
Indicação nº 82/2017	Apoio para o 10º Encontro do Taruense Ausente.
Indicação nº 110/2017	Pedido para que a Prefeitura atenda à reivindicação dos moradores do bairro São Sebastião.
Indicação nº 111/2017	Instalação de corrimão na capela mortuária de Roça Grande.
Indicação nº 112/2017	Implantação de passarela de pedestre na entrada de Taruaçu.
Indicação nº 127/2017	Proibição de trânsito de ônibus e veículos pesados em logradouro público que abaixo especifica.
Indicação nº 139/2017	Troca tampa de bueiros e limpeza Rua Rubens Sachetto.
Moção de Aplausos nº 04/2017	Moção de Aplausos ao Centro de Educação e Desenvolvimento Integrado – CEDI, em razão dos seus 42 anos de fundação.
Moção de Aplausos nº 12/2017	Moção manifesta votos de aplausos e congratulações ao Operário Futebol Clube, campeão da 5ª Copa Master de Futebol - Troféu “José Jorge Ayupe Tamioso (Zeca)”, título conquistado no último dia 04 de junho.
Moção de Aplausos nº 16/2017	Parabenizar a equipe sub-15 do Operário Futebol Clube, campeã do Campeonato Infantil “José Carlos Santiago Alves”, organizado pela Liga Esportiva de Cataguases (LEC).
Pedido de Providência / Informação nº 02/2017	Fiscalização e o cumprimento do disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 14/2010.
Pedido de Informação nº 03/2017	Relação nominal de todos ocupantes de cargos comissionados e contratados temporários da Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.
Pedido de Informação nº 08/2017	Informações completas quanto às despesas com pessoal realizadas neste exercício, inclusive com relatório integral das remunerações devidamente discriminadas, bem como relação de todos os contratos para prestação de serviços celebrados com pessoas físicas e jurídicas, contendo nome do contratado, valor, objeto e vigência.

Pedido de Informação nº 09/2017	Informações ao Executivo Municipal quanto à manutenção para o segundo semestre dos ônibus disponibilizados pela Prefeitura para o transporte universitário.
Pedido de Informação nº 11/2017	Solicitamos cópia da folha de pagamento dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados do Município relativa ao mês de Julho do corrente ano.
Pedido de Informação nº 13/2017	Informações ao Poder Executivo Municipal quanto à manutenção, em 2018, da subvenção concedida ao Operário Futebol Clube.
Pedido de Providência nº 04/2017	Sobre a situação dos moradores do Bairro Santa Fé.
Pedido de Providência nº 05/2017	Solicitamos ao Executivo Municipal que proceda construção de um vestiário no Distrito de Taruaçu.
Pedido de Providência nº 08/2017	Solicito ao Executivo Municipal que possa fiscalizar um poste situado na estrada vicinal que liga a sede do Município ao distrito de Roça Grande (estrada da Tapuia).
Representação nº 04/2017	Solicitação de informações e providências à Chefia da agência local do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o que a seguir justifica.
Representação nº 16/2017	Solicitamos que a Energisa verifique a situação e solucione o problema no tempo mais breve possível.
Requerimento 14/2017	Solicitação de envio de ofício ao Executivo.
Indicação nº177/2017	Solicitar ao Executivo Municipal que estude a viabilidade de construir um vestiário no campo de futebol do povoado de Araci.
Indicação nº183/2017	Sinal de Wi-Fi na praça da rodoviária.
Indicação nº194/2017	Considerando que muitas cidades possuem pórtico de entrada, venho, através da presente indicação, sugerir ao Executivo Municipal que estude a viabilidade de construir um portal de entrada em nosso Município.
Indicação nº195/2017	Levantamento de projetos sociais no Município.
Indicação nº196/2017	Autorização à Secretaria de Desenvolvimento Urbano a fim de que sejam instaladas placas proibindo o estacionamento de veículos no final da Rua Sarah Gotti, próximo ao número 56.
Indicação nº 209/2017	Solicitar ao Chefe do Executivo que autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a realizar obras de calçamento na Rua Sebastião Bastos Junior, localizada no Bairro Alto dos Pinheiros.
Indicação nº 210/2017	Reforma da Capela Mortuária de Araci.

Requerimento 25/2017	Requerem da Mesa Diretora que seja realizada uma Audiência Pública para discutirmos causas e soluções dos reiterados casos de violência praticados em nosso Município.
Indicação nº 225/2017	Destinação da sobra de caixa da Câmara Municipal de São João Nepomuceno para o Hospital São João.
Pedido de Providência nº 11/2017	Revisão das travessias elevadas de pedestres.
Pedido de Providência nº 14/2017	Implantação e regularização da progressão funcional dos servidores.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 5 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Heldemir Azevedo Alves ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Indicação nº 32/2019	Reparo e realinhamento de placas.
Requerimento nº 03/2019	Solicitação de envio de ofícios ao Executivo sobre parceria com o IFET para abertura de cursos no município.
Indicação nº 211/2018	Construção de passeio.
Requerimento nº 29/2018	Solicitação de suspensão da "Taxa de Expediente" cobrada no carnê do IPTU.
Indicação nº 208/2018	Providências para a Rua Eurico de Souza Campos.
Indicação nº 196/2018	Instalação de contêiner.
Pedido de Providência nº 04/2018	Providências em relação aos moradores do Bairro Bela Vista que já quitaram seus contratos de financiamento.
Indicação nº 189/2018	Instalação de academia ao ar livre.
Indicação nº 188/2018	Implantação de redutor de velocidade.
Indicação nº 181/2018	Ampliação do cemitério municipal.
Indicação nº 167/2018	Horta medicinal.
Indicação nº 166/2018	Instalação de grades de proteção em bueiros.
Indicação nº 165/2018	Área de estacionamento de curta duração.

Indicação nº 142/2018	Providências em relação ao aparecimento de escorpiões.
Indicação nº 141/2018	Reparos em escada.
Indicação nº 132/2018	Inscrição do Município no Edital "Cidade Mais".
Requerimento 14/2018	Solicitação de envio de ofício ao Executivo.
Indicação nº 123/2018	Realização de obras de contenção em áreas de risco.
Indicação nº 122/2018	Regulamentação e aplicação da Lei nº 2691/2010 e criação de campanha de conscientização para distribuição de água potável.
Pedido de Informação nº 06/2018	Cópia de documentos do Executivo.
Indicação nº 102/2018	Tombamento de acervo de poesias como patrimônio cultural.
Indicação nº 101/2018	Estacionamento Rotativo Pago.
Indicação nº 94/2018	Placas indicativas de distância percorrida.
Requerimento nº 08/2018	Cópia dos extratos de movimentação financeira da Secretaria Municipal de Educação, bem como do Fundeb, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018.
Indicação nº 83/2018	Implantação de Casa dos Conselhos.
Representação nº 03/2018	Solicitação de prestação de contas do CMBEM.
Indicação nº 67/2018	Instalação de placas indicativas de parada de ônibus e transferência de ponto de ônibus.
Pedido de Informação nº 05/2018	Informações com o convênio firmado com a Associação Pestalozzi de São João Nepomuceno.
Pedido de Informação nº 03/2018	Pedido de informação a respeito dos valores referentes à indenização pelos ativos a serem pagos pela Copasa à Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

Pedido de Informação nº 02/2018	Prestação de contas dos gastos com o Carnaval 2018.
Pedido de Informação nº 01/2018	Justificativa sobre Edital nº 01 da Secretaria Municipal de Educação.
Indicação nº 38/2018	Troca do guarda-corpo da ponte próximo ao SESI.
Indicação nº 37/2018	Coleta de lixo noturna.
Indicação nº 36/2018	Instalação de postes e braços de luminárias na entrada do loteamento "Caminho Real".
Indicação nº 15/2018	Recapeamento do Anel Rodoviário e recuperação asfáltica de vias.
Indicação nº 14/2018	Melhoria de sinalização e revitalização da passarela situada na Rua Dr. Fortes Bustamente, próximo à farmácia da Prefeitura.
Requerimento nº 02/2018	Cópia dos extratos de movimentação financeira da Secretaria Municipal de Educação, bem como do Fundeb, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2017.
Indicação nº 07/2018	Adequação das rampas de acesso para cadeirantes à norma ABNT 9050.
Indicação nº 06/2018	Corrimão na escada da Rua Lucimar Teixeira Albuquerque.
Indicação nº 05/2018	Pavimentação e rede pluvial da Rua deputado Geraldo Silveira e pavimentação da via que dá acesso ao loteamento "Caminho Real".
Indicação nº 23/2017	Conceder aos servidores públicos municipais reajuste complementar à revisão geral já concedida.
Indicação nº 24/2017	Verificar a viabilidade da construção de uma usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos.
Indicação nº 54/2017	Indica a premente necessidade de proceder a conclusão da pavimentação e implantação de redes de esgoto e pluvial da rua deputado Geraldo Silveira, neste município.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 81/2017	Mudança do horário de limpeza.

Indicação nº 92/2017	Indicar a adequação das rampas de acesso para cadeirantes à norma ABNT NBR 9050 e construção de novas rampas em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Indicação nº 101/2017	Calçamento do trecho que dá acesso ao loteamento “Caminho Real”.
Indicação nº 110/2017	Pedido para que a Prefeitura atenda à reivindicação dos moradores do bairro São Sebastião.
Indicação nº 118/2017	Nova grade de proteção para bueiro localizado na Rua Joaquim Antônio de Mendonça.
Indicação nº 119/2017	Melhoria da sinalização e revitalização da passarela situada na Rua Dr. Fortes Bustamante, próximo à farmácia da Prefeitura.
Indicação nº 133/2017	Sistema de argola para estacionamento de moto.
Indicação nº 134/2017	Coleta de lixo noturna.
Indicação nº 147/2017	Corrimão na escada da Rua Lucimar Teixeira Albuquerque.
Indicação nº 150/2017	Instalação de postes e braços de luminárias na entrada do loteamento “Caminho Real”.
Indicação nº 153/2017	Grafitagem em muros do próprio município.
Moção de Apelo nº 01/2017	“Moção de Apelo” ao CONGRESSO NACIONAL contra a proposta do Governo Federal acerca da reforma da Previdência Social.
Moção de Apoio nº 02/2017	“Moção de Apoio” ao Projeto de Lei Complementar nº. 34/2015, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Moção de Aplausos nº 06/2017	Moção de Aplausos tem por finalidade parabenizar o Centro Integrado SESI/SENAI “Robson Braga de Andrade” pelo belíssimo projeto de robótica desenvolvido pela instituição junto a seus alunos, estando de parabéns diretores, professores e corpo discente.
Pedido de Informação nº 06/2017	Informações quanto à oferta de refeição aos alunos do horário integral do CAIC.
Pedido de Informação nº 11/2017	Cópia da folha de pagamento dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados do Município relativa ao mês de Julho do corrente ano.
Pedido de Informação nº 12/2017	Solicita ao Poder Executivo Municipal dados precisos quanto aos repasses de verbas oriundas de recursos próprios, destinados ao Hospital São João, relativo ao exercício financeiro de 2016.

Representação nº 04/2017	Solicitação de informações e providências à Chefia da agência local do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
Indicação nº176/2017	Troca do guarda-corpo da ponte próximo ao SESI.
Indicação nº184/2017	Estamos solicitando ao Prefeito Municipal que encaminhe pedido à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para que a mesma providencie urgente operação tapa buracos no Anel Rodoviário, no trecho compreendido entre os bairros Três Marias e São Cristóvão.
Indicação nº186/2017	Complementação da iluminação pública, com a instalação de postes com luminárias, da Rua Sebastião Bastos Júnior, ao lado da moto pista, no bairro Alto dos Pinheiros.
Indicação nº 200/2017	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Segurança Pública.
Moção de Aplausos nº. 24/2017	Esta Moção de Aplausos tem por finalidade parabenizar a Escola Estadual Professor Gabriel Arcanjo de Mendonça (Polivalente) pela realização da “1ª Semana de Conhecimento e Integração” dos Cursos Técnicos de Administração, Informática, Recursos Humanos, Agentes Comunitários de Saúde e Curso Normal, estando de parabéns diretores, professores, palestrantes e alunos.
Requerimento 25/2017	Requerem da Mesa Diretora que seja realizada uma Audiência Pública para discutirmos causas e soluções dos reiterados casos de violência praticados em nosso Município.
Indicação nº 228/2017	Construção de área coberta externa na Policlínica.
Indicação nº 229/2017	Projeto de Educação para o trânsito.
Moção de Apoio nº 27/2017	Ao Projeto de Lei nº 4.241/2017, que está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
Moção de Apoio nº 28/2017	Ao Projeto de Lei nº 4.729/2017, que dispõe sobre a proibição de propagandas e publicidade de bebidas alcoólicas no Estado de Minas Gerais.
Pedido de Providência nº 13/2017	Solicitação de envio de laudo técnico com relação a Creche Municipal Sementinha Vida.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 6 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Írio Henriques Furtado Filho ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Moção de Aplausos nº 28/2018	Ao Grupo da Melhor Idade "Alegria de Viver".
Indicação nº 214/2018	Destinação do eventual valor devolvido do duodécimo para o Hospital São João.
Representação nº 11/2018	Solicitação junto ao Ministério Público Estadual para que se estude a legalidade da cobrança de tarifário pela empresa COPASA.
Indicação nº 195/2018	Instalação de bicicletário.
Indicação nº 187/2018	Construção de bueiro.
Moção de Aplausos nº 21/2018	Apresenta Moção de Aplausos.
Indicação nº 178/2018	Instalação de corrimão.
Moção de Aplausos nº 20/2018	Apresenta Moção de Aplausos.
Indicação nº 161/2018	Construção de abrigo de ônibus.
Moção de Aplausos nº 14/2018	Moção de Aplausos para o Operário Futebol Clube.
Indicação nº 152/2018	Estudo de alternativa para melhoria do trânsito.
Indicação nº 151/2018	Substituição dos tambores por contêineres de lixo.
Indicação nº 130/2018	Calçamento e iluminação pública na Rua Onéximo Gruppi.
Indicação nº 129/2018	Realização de pavimentação asfáltica.

Indicação nº 128/2018	Instalação de abrigo em ponto de ônibus.
Indicação nº 124/2018	Realização de obra de prolongamento de calçamento.
Indicação nº 111/2018	Providências quanto a buracos existentes em via pública.
Indicação nº 97/2018	Instalação de corrimão e de poste para afixação de placas.
Indicação nº 79/2018	Manutenção e reparos nas estradas rurais, danificadas pelas fortes chuvas.
Indicação nº 75/2018	Construção de abrigo em ponto de ônibus.
Indicação nº 70/2018	Abrigo em ponto de ônibus com colocação de assentos e iluminação.
Indicação nº 68/2018	Construção de muro.
Indicação nº 66/2018	Recapeamento da chegada nova de São João pelo bairro José Maria Fam.
Moção de Pesar nº 02/2018	Moção de Pesar pelo falecimento da Sra. Lúcia Luzia Henriques Cavalheiro.
Indicação nº 55/2018	Complementação de calçamento.
Indicação nº 54/2018	Estudo de viabilidade para troca de iluminação pública por LED.
Indicação nº 52/2018	Melhorias de infraestrutura.
Indicação nº 51/2018	Melhorias no sistema de escoamento de águas pluviais.
Indicação nº 50/2018	Operação tapa-buracos.
Indicação nº 49/2018	Reforma de creche.

Indicação nº 44/2018	Travessia elevada de pedestre.
Indicação nº 39/2018	Instalação de corrimão.
Indicação nº 26/2018	Troca e iluminação pública da Rua Mário Hugo Ladeira.
Indicação nº 20/2018	Ampliação do espaço e reforma do telhado do centro comunitário de Cafés.
Indicação nº 01/2018	Solicita que o Executivo Municipal adote providências para a reabertura do Centro Cultural e providências no controle dos pombos que vivem no local.
Representação nº 01/2018	Solicitação ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Juiz de Fora para que o serviço de emissão da Carteira de Trabalho volte a ser realizado em São João Nepomuceno.
Indicação nº 08/2017	Solicita a sinalização de todos os quebra-molas de São João, com pintura e instalação de placas indicativas advertindo a existência da ondulação transversal.
Indicação nº 09/2017	Solicitar reforma e revitalização das praças centrais de São João Nepomuceno, incluindo pintura e serviço de paisagismo.
Indicação nº 10/2017	Promova a revitalização das escolas municipais, com a realização de pintura e outros reparos necessários.
Indicação nº 33/2017	Solicita a construção de uma passarela com redutor de velocidade em frente à Escola Municipal localizada na Rua Esmeralda Furtado de Mendonça, bairro Alto dos Pinheiros.
Indicação nº 34/2017	Patrolamento da estrada do Barite.
Indicação nº 35/2017	Instalação de dois braços de luz na Rua Laureto Alves do Nascimento, bairro José Maria Fam.
Indicação nº 37/2017	Troca de lâmpadas das ruas do Bairro São Sebastião.
Indicação nº 38/2017	Conserto de mata-burro na comunidade de Cafés.
Indicação nº 39/2017	Construção de passeio no acesso ao Bairro Bela Vista.
Indicação nº 57/2017	Realização de calçamento no Bairro Vivendas do Barão, trecho que dá acesso à Rua Major Joaquim Leite (Pontilhão).

Indicação nº 67/2017	Proteção no início da Praça Manoel Basílio Furtado.
Indicação nº 68/2017	Construção de banheiro público.
Indicação nº 78/2017	Calçamento de um trecho no final da Rua Raul Baptista, loteamento Dona Lalá.
Indicação nº 79/2017	Instalação de um braço de luz para um poste em frente ao Daniel Despachante.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 88/2017	Instalação de poste com iluminação na Rua Bento Clementino, nº 77, bairro Três Marias.
Indicação nº 89/2017	Reforma da ponte de madeira da estrada São Bento.
Indicação nº 90/2017	Análise do projeto Bola na Rede para ver a possibilidade de implantação em São João Nepomuceno.
Indicação nº 99/2017	Retorno do atendimento médico em Roça Grande, Ituí, Taruaçu e Araci.
Indicação nº 106/2017	Extensão da rede de iluminação.
Indicação nº 107/2017	Atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal e sua efetiva implementação.
Indicação nº 110/2017	Pedido para que a Prefeitura atenda à reivindicação dos moradores do bairro São Sebastião.
Indicação nº 114/2017	Revitalização da praça em frente ao Esplendor do Morro.
Indicação nº 115/2017	Construção de calçada na Rua Dr. João Cavalheiro.
Indicação nº 116/2017	Recapeamento da chegada nova de São João pelo bairro José Maria Fam.
Indicação nº 135/2017	Melhorias na UBS Santa Rita.

Indicação nº 148/2017	Revitalização da Praça Riza Nicodemos.
Indicação nº 152/2017	Obra de captação de esgoto para o bairro Santa Fé e para o início da Rua Silvestre Detoni.
Indicação nº 161/2017	Construção de capela mortuária.
Indicação nº 162/2017	Passagem de pedestres na Rua Nazareth.
Indicação nº 171/2017	Solicita realização da campanha de prevenção ao Câncer de próstata.
Moção de Aplausos nº 03/2017	Parabenizar e reconhecer o excelente trabalho realizado pelo Diretor Municipal de Esportes de São João Nepomuceno, Fernando Lélis Esteves Pinheiro.
Moção de Pesar nº 05/2017	Pesar pela morte de Maury de Castro Menezes.
Moção de Aplausos nº 09/2017	Moção de Aplausos ao Historiador, escritor e professor Doutor e Mestre em Educação, Luís Antônio Fajardo Pontes.
Moção de Aplausos nº 11/2017	Moção de Aplausos ao Padre Salesiano, Vicente de Paula Rigolon, pelo Jubileu de Ouro Sacerdotal.
Moção de Aplausos nº 14/2017	Parabenizar a comissão organizadora da Festa em honra a Santo Antônio, realizada nos dias 12 e 13 de junho.
Moção de Aplausos nº 19/2017	Parabenizar a jovem carateca sãojoanense, Lorryne Oliveira, pela belíssima participação no Pan-Americano de Karatê - IX Campeonato Continental de Karatê SKIF, realizado entre os dias 16 e 20 de agosto, em Buenos Aires (Argentina).
Pedido de Providência/Informação nº 02/2017	Fiscalização e o cumprimento do disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 14/2010.
Pedido de Providência nº 03/2017	Solicita ao Executivo Municipal, que proceda à regulamentação da Lei nº. 3.035, de 25 de novembro de 2015.
Representação nº 09/2017	Solicita à Viação Bassamar, que proceda à instalação de catracas eletrônicas nos ônibus circulares do Município.
Representação nº 15/2017	Solicita à agência local dos Correios informações a respeito dos motivos que levaram à paralisação da distribuição das correspondências no distrito de Ituí.

Representação nº 18/2017	Solicitação ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER/MG).
Indicação nº181/2017	Solicito ao Prefeito Municipal que envie pedido à Secretaria de Desenvolvimento Urbano para que providencie melhorias no calçamento da Rua Crisóstomo Ferreira, bairro Santa Terezinha.
Indicação nº182/2017	Venho, através da presente indicação, solicitar ao Executivo Municipal que providencie a instalação de corrimão na passagem “Guaracyaba Soares Corrêa”, que dá acesso à Igreja São Judas Tadeu, no bairro Alto dos Pinheiros.
Indicação nº193/2017	Autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a realizar a reforma da escada e do muro localizados na Rua Pedro Saturnino, no bairro Centenário.
Indicação nº 204/2017	Autorize a secretaria competente, a proceder com a limpeza do córrego que atravessa nossa cidade.
Indicação nº 206/2017	Encaminha Minuta de Anteprojeto de Lei Complementar visando à regulamentação do processo de escolha de turmas pelos professores da rede municipal de educação.
Indicação nº 207/2017	Conserto de buraco na Rua Vereador Pedro Saturnino da Silva.
Indicação nº 211/2017	Revitalização da Praça de Esportes do Bairro São José.
Indicação nº 220/2017	Elevação das agremiações carnavalescas à condição de patrimônio cultural.
Indicação nº 226/2017	Troca de lâmpadas Rua Elza Sporch de Freitas.
Indicação nº 227/2017	Instalação de braço de luz na Rua Renê Mendonça.
Moção de Aplausos nº 29/2017	Parabeniza aos homens sãojoanenses que atenderam o chamado da Secretaria Municipal de Saúde e abraçaram a Campanha de Conscientização e Prevenção ao câncer de próstata.
Indicação nº 236/2017	Realização de patrolamento na estrada que liga Roça Grande a Ituí e Araci.
Indicação nº 237/2017	Instalação de corrimão na Rua São Bento.
Moção de Aplausos nº 35/2017	Apresenta Moção de Aplausos.

Anexo 7 – Solicitações encaminhadas pelo vereador José Maria de Almeida ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Pedido de Informação nº 18/2018	Pedido de cópia dos instrumentos celebrados à época e posteriormente da instalação de torres de telefonia móvel nos bairros Três Marias e Centenário.
Indicação nº 210/2018	Reparo em aparelhos de ginástica.
Pedido de Informação nº 12/2018	Informações quanto a um terreno supostamente pertencente ao patrimônio público municipal, localizado no Bosque dos Eucaliptos.
Indicação nº 172/2018	Limpeza debaixo de ponte.
Indicação nº 171/2018	Instalação de contêiner de lixo.
Indicação nº 192/2018	Instalação de academia ao ar livre.
Indicação nº 156/2018	Instalação de contêiner de lixo.
Representação nº 08/2018	Solicitação ao Instituto Estadual de Florestas (IEF).
Indicação nº 144/2018	Construção de uma olaria.
Indicação nº 125/2018	Instalação de poste com iluminação.
Indicação nº 117/2018	Instalação de postes de iluminação.
Indicação nº 108/2018	Limpeza e pintura de escada.
Indicação nº 103/2018	Pintura de faixa de pista de rolamento.

Indicação nº 98/2018	Realização de patrolamento.
Indicação nº 78/2018	Construção de muro de proteção.
Indicação nº 74/2018	Reforma da antiga escola de Machados.
Indicação nº 73/2018	Calçamento de rua.
Representação nº 03/2018	Prestação de contas do CMBEM.
Pedido de Informação nº 05/2018	Informações com relação ao convênio firmado com a Associação Pestalozzi de São João Nepomuceno.
Indicação nº 67/2018	Instalação de placas indicativas de parada de ônibus e transferência de ponto de ônibus.
Indicação nº 59/2018	Conserto de calçadas.
Indicação nº 58/2018	Travessia elevada de pedestre.
Pedido de Informação nº 03/2018	Pedido de informação a respeito dos valores referentes à indenização pelos ativos a serem pagos pela Copasa à Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.
Indicação nº 23/2018	Encaminha minuta de Anteprojeto de Lei visando a possibilidade de concessão de horário especial aos servidores públicos municipais que estejam estudando fora da sede do Município.
Indicação nº 11/2018	Apoio às escolinhas de futebol do Operário FC e Santa Cruz.
Indicação nº 06/2017	Solicitar à Prefeitura Municipal que, através do Departamento de Esportes, continue a apoiar o Operário Futebol Clube, assim como foi feito na Administração passada.
Indicação nº 17/2017	Solicito ao Poder Executivo Municipal que providencie a instalação de bocas de lobo ao longo da Rua Augusto Veiga, no bairro Jujuba.
Indicação nº 20/2017	Solicito ao Poder Executivo Municipal que estude a viabilidade de construir uma piscina infantil no Centro Esportivo Heleno de Freitas.

Indicação nº 21/2017	Solicitando ao senhor Prefeito Municipal que, junto com a Secretaria de Obras, providencie a construção de cerca de 150 metros de passeio na Rua José Lincon de Lima, subida em frente à Escola Péricles Vieira de Mendonça.
Indicação nº 22/2017	Solicitar ao Poder Executivo Municipal que faça a revisão dos vencimentos dos médicos que integram o Programa Saúde da Família, em especial dos que trabalham na zona rural.
Indicação nº 63/2017	Melhoria na Praça Sinfrônio Cardoso.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 81/2017	Limpeza das ruas centrais e do Calçadão.
Indicação nº 110/2017	Pedido para que a Prefeitura atenda à reivindicação dos moradores do bairro São Sebastião.
Indicação nº 126/2017	Verba para o PSF Rural.
Indicação nº131 /2017	Instalação de placas de orientação de destino.
Indicação nº143/2017	Transformar Araci em Distrito.
Pedido de Informação nº 01/2017	Solicita ao Executivo que forneça cópia dos extratos bancários com o saldo de 31/12/2016 de todas as contas do Município.
Pedido de Informação/Providência nº 05/2017	Solicita informações quanto ao Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo no Município de São João Nepomuceno, bem como fiscalização quanto ao seu cumprimento.
Indicação nº175/2017	Sugiro que a Prefeitura instale antena parabólica nos postos de Saúde dos distritos de Taruaçu, Ituí, Roça Grande, Carlos Alves, bem como no povoado de Araci. Nesses postos existe o aparelho de tevê, mas não tem sinal.
Indicação nº185/2017	Instalação de placas indicativas de parada de ônibus e transferência de ponto de ônibus.
Indicação nº 197/2017	Sugestão para dividir as capelas mortuárias.
Indicação nº 200/2017	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Segurança Pública.

Requerimento 25/2017

Requerem da Mesa Diretora que seja realizada uma Audiência Pública para discutirmos causas e soluções dos reiterados casos de violência praticados em nosso Município.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 8 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Nei Medina de Oliveira ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Indicação nº 24/2019	Muro de contenção.
Indicação nº 23/2019	Muro de contenção.
Indicação nº 22/2019	Grade de proteção em prolongamento de ponte.
Indicação /nº 16/2019	Construção de escada e iluminação pública.
Indicação nº 17/2019	Instalação de balaústre em mureta de córrego.
Indicação nº 18/2019	Passarela de pedestres e abrigo em ponto de ônibus.
Indicação nº 223/2018	Dispõe sobre a digitalização, e a utilização de sistemas informatizados para guarda, armazenamento e manuseio de prontuário de pacientes.
Indicação nº 221/2018	Ampliação de praça.
Indicação nº 220/2018	Construção de escada com corrimão.
Indicação nº 216/2018	Usina de Triagem de Resíduos Sólidos.
Indicação nº 213/2018	Construção de passeio e travessia de pedestre.
Indicação nº 207/2018	Reparo na calçada e corrimão.
Indicação nº 206/2018	Contêiner de lixo.
Indicação nº 194/2018	Instalação de corrimão em passeio.

Indicação nº 190/2018	Travessia de pedestre e rede de captação de águas pluviais.
Indicação nº 183/2018	Construção de praça.
Indicação nº 182/2018	Grade de proteção e passeio.
Indicação nº 177/2018	Travessia elevada de pedestres.
Indicação nº 176/2018	Abrigo em ponto de ônibus.
Indicação nº 175/2018	Construção de passeio e escada com corrimão.
Indicação nº 164/2018	Sinalização horizontal.
Indicação nº 163/2018	Reforma de praça.
Indicação nº 162/2018	Instalação de corrimão.
Indicação nº 150/2018	Construção de calçada.
Indicação nº 149/2018	Ampliação de tela ou grade de proteção.
Indicação nº 148/2018	Reforma do posto de saúde do bairro São José.
Indicação nº 121/2018	Realização de pavimentação asfáltica.
Indicação nº 120/2018	Asfaltamento da Rua Ferraz de Carvalho e construção de passeio.
Indicação nº 119/2018	Realização de pavimentação asfáltica.
Indicação nº 95/2018	Muro de contenção.

Indicação nº 86/2018	Travessia de pedestre.
Indicação nº 84/2018	Container de lixo.
Indicação nº 70/2018	Abrigo em ponto de ônibus com colocação de assentos e iluminação.
Indicação nº 69/2018	Revitalização de praça.
Representação nº 04/2018	Solicitação ao DEER-MG.
Indicação nº 57/2018	Compra de roçadeira a gasolina com cinto de sustentação.
Indicação nº 56/2018	Reavaliação dos pontos de ônibus existentes.
Indicação nº 48/2018	Reparo em cobertura ponto de táxi.
Indicação nº 47/2018	Colocação de balaústres em mureta de córrego.
Indicação nº 46/2018	Reforma da Praça Antônio Ciscotto.
Indicação nº 30/2018	Construção de abrigo.
Indicação nº 29/2018	Travessia de pedestres.
Indicação nº 28/2018	Revitalização de trevo.
Indicação nº 11/2017	Instalação de rotatórias, redutores de velocidade, placas de sinalização, espelho tipo retrovisor e sinalização na pista de rolagem no trecho compreendido desde o início até o final da Rua Capitão Ferreira Campos (Rua do Descoberto).
Indicação nº 27/2017	Instalação de corrimão, acompanhado de grade de proteção, no trecho compreendido entre os números 40 e 118 da Rua José Henriques Furtado de Mendonça, bairro Santa Terezinha.
Indicação nº 28/2017	Construção de passeio e ciclo faixa, além da colocação de placas identificadoras de distância, assentos cobertos e jardinagem em todo o percurso da Avenida Cosme de Castro.

Indicação nº 29/2017	Possibilidade de realização de um estudo de viabilidade, por parte do setor responsável, para alteração da sinalização de trânsito na Rua Heleno de Freitas.
Indicação nº 42/2017	Instalação de corrimão da Rua Dr. Laureano.
Indicação nº 43/2017	Criação da “Guarda Presente”.
Indicação nº 44/2017	Implantação de estacionamento rotativo.
Indicação nº 52/2017	Reforma da Praça Antônio Ciscotto.
Indicação nº 53/2017	Colocação de corrimão e melhoramento da iluminação na Escada localizada na Rua José Heleno Albuquerque.
Indicação nº 58/2017	Recuperação de passeio na Avenida Engenheiro Luís Otávio Gonçalves.
Indicação nº 64/2017	Reforma de calçamento.
Indicação nº 65/2017	Calafetagem de passeio com rachaduras e ampliação de parte de parte das grades de proteção.
Indicação nº 66/2017	Reforma de meio-fio e ampliação das redes de captação de águas pluviais.
Indicação nº 74/2017	Verificação nos postes de luz da Rua José Henriques Furtado, entre os n.ºs 36 a 106, no bairro Santa Terezinha.
Indicação nº 75/2017	Grade de proteção no prolongamento da ponte.
Indicação nº 76/2017	Placa de sinalização na esquina da Rua Gabriel Arcanjo de Mendonça com Visconde do Rio Branco.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 85/2017	Colocação de tampa de proteção na Avenida Celso Cosme de Castro.
Indicação nº 86/2017	Colocação de balaústres em mureta de córrego.

Indicação nº 87/2017	“São João em tempo real” – instalação de equipamentos eletrônicos de captação de imagens (câmeras) nas principais vias do perímetro urbano da cidade.
Indicação nº 93/2017	Estudar a viabilidade de elaborar e enviar a esta Casa projeto de lei que institui a Semana Municipal de Prevenção e Combate a Diabetes.
Indicação nº 94/2017	Realização de obra de acesso a residências na Rua Genaro de Moraes Sarmiento.
Indicação nº 121/2017	Poste de iluminação na Rua Gabriel Ribeiro Nascimento de Oliveira, entre os números 56 e 102.
Indicação nº 122/2017	Calçamento e captação de águas pluviais no final da Rua José Lincon de Lima.
Indicação nº 123/2017	Construção de escada e iluminação pública.
Indicação nº 128/2017	Passarela de pedestre e sinalização.
Indicação nº 129/2017	Calçamento de rua e captação de águas pluviais.
Indicação nº 130/2017	Passarela de pedestres e área para pessoas com deficiência.
Indicação nº140/2017	Passeio e meio-fio na Avenida Tiradentes.
Indicação nº141/2017	Passarela de pedestres e parada de ônibus com abrigo na Rua Dr. João Couto.
Indicação nº142/2017	Corrimão e reparos no meio-fio da Rua Nerval Nascimento.
Indicação nº156/2017	Pavimentação asfáltica.
Indicação nº157/2017	Construção de escada e corrimão.
Indicação nº160/2017	Passarela de pedestres.
Indicação nº168/2017	Construção de praça bairro Bom Clima.

Indicação nº169/2017	Construção de passeio e escada.
Indicação nº170/2017	Construção de praça.
Representação nº 01/2017	Solicitar à Empresa Energisa, através do setor competente, que faça verificação em sua rede, no poste localizado no bairro Cidade Nova, encontro das Ruas Nossa Senhora das Graças e Basílio Henriques Filho, em frente ao Cemitério Municipal.
Representação nº 02/2017	Solicitar que o mesmo seja incluído na “distribuição postal domiciliária” para o bairro Jardim Bom Clima.
Representação nº 14/2017	Solicitar à Energisa a realização de uma vistoria técnica para averiguar as condições de segurança de um poste localizado na Rua Genaro de Moraes Sarmiento, próximo à Rua Gabriel Ribeiro Nascimento de Oliveira, no bairro Bela Vista.
Indicação nº179/2017	Construção de passarelas de pedestres Rua Frederico Ozanan.
Indicação nº180/2017	Construção de passarela de pedestres.
Indicação nº187/2017	Reparo em cobertura ponto de táxi.
Indicação nº188/2017	Avalie a possibilidade de unificar as praças Heleno de Freitas, Barão do Rio Branco, Expedicionário e Dr. Augusto Glória, adicionando a elas concha acústica, praça de alimentação, banheiros químicos, bebedouros, quiosques, um pequeno parque, além de outros itens que achar necessário para o ótimo funcionamento e bem-estar de nossos Municípios.
Indicação nº 201/2017	ASFALTO NA RUA FERRAZ DE CARVALHO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIO.
Indicação nº 202/2017	USINA DE ASFALTO A FRIO.
Indicação nº 203/2017	Travessia de pedestres no cruzamento das Ruas Bárbara Heliodora com João Carlos Knop e Praça Francisca Cristina Soares no referido bairro.
Indicação nº 213/2017	Autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a construir muro de contenção, também conhecido como muro de arrimo ou de sustentação, além de passeio, pavimentação e rede de captação pluvial na Rua Euclides de Freitas, quase esquina com Maria dos Anjos Cavalheiro, bairro São Sebastião.
Indicação nº 214/2017	Autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a instalar grade de proteção, ou mesmo tela, no corrimão existente na Rua Luís Pasteur, bairro São José.

Indicação nº 221/2017	Solicitar ao Chefe do Executivo que autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a estudar a possibilidade de construir passeio a partir do cruzamento das Ruas Dr. Mario Zágari e Augusto Cesar Pereira, bairro Dona Lalá, no sentido ao trevo que dá acesso à cidade de Descoberto.
Indicação nº 222/2017	Travessias de pedestre na Rua Elza Sporch de Freitas.
Indicação nº 230/2017	Instalação de placas indicativas ao logradouro público que dá acesso ao loteamento Vivendas do Barão.
Indicação nº 231/2017	Instalação de espelho retrovisor.
Indicação nº 232/2017	Disponibilização de mais especialidades médicas.
Indicação nº 249/2017	Construção de muro de construção.
Indicação nº 250/2017	Instalação de travessia de pedestre.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 9 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Renivaldo da Silva de Oliveira ao Executivo Municipal

Assunto	Proposição
Pedido de Informação nº 11/2018	Informações sobre o atendimento de saúde bucal prestado aos moradores da Braúna.
Indicação nº 198/2018	Construção de abrigo.
Indicação nº 197/2018	Instalação de iluminação.
Indicação nº 174/2018	Melhorias na estrada da Barra.
Indicação nº 173/2018	Reparo de buraco em via pública.
Indicação nº 159/2018	Implantação de iluminação de palmeiras.
Indicação nº 158/2018	Instalação de cobertura e reforma de quadra de esportes.
Indicação nº 154/2018	Construção de muro de contenção.
Indicação nº 131/2018	Calçamento ou pavimentação asfáltica de estrada.
Indicação nº 104/2018	Implantação de rede de esgoto.
Representação nº 05/2018	Solicitação à ENERGISA informações sobre quedas de energia elétrica na comunidade da Braúna.
Indicação nº 99/2018	Troca da caixa d'água de Araci.
Indicação nº 93/2018	Instalação de contêiner de lixo.
Indicação nº 92/2018	Cercar área do cemitério de Araci.

Indicação nº 90/2018	Melhorias nas praças de Taruaçu e Araci.
Indicação nº 82/2018	Restauração de trechos da estrada que liga o Distrito de Roça Grande ao Distrito de Ituí.
Indicação nº 81/2018	Construção de calçada em Roça Grande.
Indicação nº 80/2018	Construção de escada.
Indicação nº 64/2018	Calçamento de rua.
Indicação nº 63/2018	Calçamento de rua.
Indicação nº 62/2018	Calçamento de rua.
Indicação nº 32/2018	Colocação de interfone no portão que dá acesso à cozinha, na Escola Municipal Coronel José Braz.
Indicação nº 31/2018	Implantação de ondulações, como redutores de velocidade, na Rua do Carmo, bairro Santa Rita.
Indicação nº 25/2018	Construção de passeio na Rua Silvestre Detoni.
Indicação nº 24/2018	Reforma da Escola CAIC.
Indicação nº 15/2017	Calçamento da Rua Projetada, situada entre as Ruas Augusto Veiga, no bairro Jujuba, e A. Mendonça, no bairro Shangrilá.
Indicação nº 16/2017	Calçamento, com meio fio, da Rua Pedro Crescembene, sem número, no distrito de Roça Grande, até à ponte que dá acesso ao Município de Rochedo de Minas.
Indicação nº 46/2017	Substituição de pontes de madeira das estradas vicinais por pontes de concreto ou estruturas de manilhamento.
Indicação nº 47/2017	Calçamento de vias públicas e instalação de grades de proteção em bocas de lobo (bueiros) no Distrito de Araci.
Indicação nº 50/2017	Transferência da garagem municipal.

Indicação nº 51/2017	Construção de Centro Comunitário no Bairro Três Marias.
Indicação nº 70/2017	Regulamentação de transporte para familiares de presos.
Indicação nº 80/2017	Direcionamento do veículo doado pela Câmara à Prefeitura para uso da Defesa Civil Municipal.
Indicação nº 95/2017	Construção de passeio na Rua Silvestre Detoni.
Indicação nº 96/2017	Instalação de academia ao ar livre na Braúna.
Indicação nº 97/2017	Fechamento de dois mata-burros
Indicação nº 105/2017	Substituição de caixas d'água em Araci e Ituí.
Indicação nº117/2017	Asfaltamento da Rua Salustiano Ferraz de Castro.
Indicação nº 120/2017	Instalação de um poste de iluminação pública na Rua Antônio Duarte Bezerra.
Indicação nº172/2017	Retirada de poste e alargamento da via.
Indicação nº173/2017	Construção de praça Rua Homero Martins de Oliveira.
Indicação nº174/2017	Instalação de cobertura e reforma da quadra de esportes.
Representação nº 07/2017	Revitalização das rodovias estaduais MG-126 e LMG-858.
Indicação nº191/2017	Operação tapa-buraco bairro Três Marias.
Indicação nº192/2017	Estude a viabilidade de construir uma escada na esquina das Ruas João Batista Lima e Genaro de Moraes Sarmento.
Indicação nº 198/2017	Autorize a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a construir passeio ao redor do campo de futebol do distrito de Roça Grande.

Indicação nº 200/2017	Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Segurança Pública.
Pedido de Providência nº 10/2017	Solicitamos ao Executivo Municipal, através da Secretaria de Saúde, que se faça cumprir o direito garantido no Estatuto do Idoso no que se refere ao atendimento preferencial.
Representação nº 21/2017	Requerer junto à Empresa Viação Bassamar que estude a possibilidade de promover uma alteração no horário do ônibus que sai de São João, às 15h15, com destino à comunidade da Braúna.
Indicação nº 246/2017	Melhorias na praça de Taruaçu e Araci.
Indicação nº 247/2017	Realização de Patrolamento.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.

Anexo 10 – Solicitações encaminhadas pelo vereador Rui Rodrigues Barbosa ao Executivo Municipal

Proposição	Assunto
Moção de Aplausos nº 30/2018	Parabeniza a cantora Val Dornelas.
Moção de Aplausos nº 24/2018	Moção de Aplausos ao empresário Osme Lopes Júnior.
Indicação nº 170/2018	Designação de numeração em imóveis.
Indicação nº 169/2018	Construção de calçada.
Pedido de Informação nº 10/2018	Pedido de informação a respeito dos casos de meningite registrados em São João Nepomuceno.
Indicação nº 147/2018	Implantação do sistema de TV digital público.
Indicação nº 143/2018	Destinação do eventual valor devolvido do duodécimo para a ASFECER.
Indicação nº 116/2018	Campanha para doação de sangue.
Representação nº 06/2018	Instalação de redutor de velocidade próximo ao KM 6 da rodovia LMG-858.
Moção de Aplausos nº 11/2018	Aos organizadores e grupos participantes da 13ª Edição do Festival Nacional de Teatro de São João Nepomuceno.
Indicação nº 72/2018	Anteprojeto de Lei que "Cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - CMPDA e o fundo Municipal de Promoção e Defesa dos Animais, e dá outras providências".
Moção de Aplausos nº 07/2018	José Maria Gomes.
Moção de Aplausos nº 01/2018	Moção de aplausos à 136ª Cia. de Polícia Militar de São João Nepomuceno, pelo excelente trabalho realizado durante o carnaval são-joanense.
Indicação nº 32/2018	Colocação de interfone no portão que dá acesso à cozinha, na Escola Municipal Coronel José Braz.

Indicação nº 31/2018	Implantação de ondulações, como redutores de velocidade, na Rua do Carmo, bairro Santa Rita.
Indicação nº 19/2018	Troca de iluminação pública do bairro Centenário.
Indicação nº 18/2018	Construção de rotatória na entrada da Barra e retirada de latões de lixo.
Indicação nº 10/2018	Estudo técnico na área central da cidade e instalação de semáforos.
Indicação nº 04/2018	Construção de cobertura ou quiosque na Praça Barão do Rio Branco.
Indicação nº 01/2017	Construção de um CORETO na Praça da Bandeira.
Indicação nº 02/2017	Possibilidade de contratar, através de processo licitatório, uma empresa de Engenharia de Tráfego.
Indicação nº 03/2017	Instalar um “Relógio Digital Urbano” (que informa hora e temperatura) no Calçadão da Rua Coronel José Dutra.
Indicação nº 19/2017	Construção de uma rotatória em frente ao Supermercado Super Mais.
Indicação nº 30/2017	Construa uma escada com corrimão na Rua Gabriele Sporch Moreira Furtado, no bairro Palmares, entre as Ruas Bruno Bambino e Augusto César Pereira.
Indicação nº 45/2017	Construção de uma pequena praça, em formato circular, ou uma rotatória com jardim, no cruzamento da Rodovia São João/Descoberto, entrada para a comunidade da Barra.
Indicação nº 49/2017	Revitalização da Rua São Bento, no Bairro Santa Terezinha.
Indicação nº 50/2017	Transferência da garagem municipal.
Indicação nº 73/2017	Revitalização da praça localizada no bairro Santa Terezinha, em frente à Oficina do Ari.
Indicação nº 104/2017	Asfaltamento de ruas.
Indicação nº 108/2017	Complementação de calçamento.

Indicação nº144/2017	Placas indicativas com o nome de ruas em Taruaçu.
Indicação nº145/2017	Complementação da iluminação pública e calçamento para a Rua João Xavier, em Taruaçu.
Indicação nº155/2017	Obra de captação de esgoto Rua Homero Martins.
Indicação nº158/2017	Reforma parte elétrica da Escola Municipal Otávio Gonçalves.
Indicação nº159/2017	Reforma ponte em Carlos Alves.
Moção de Aplausos nº 17/2017	Parabenizar e reconhecer o excelente trabalho realizado pelo diretor municipal de Cultura, RICARDO ITABORAHY SOARES.
Moção de Aplausos nº 18/2017	Parabenizar o CONSELHO DA MULHER EMPREENDEDORA pelo sucesso da primeira edição do projeto “Feira Local”, aplausos esses extensivo a todas as pessoas envolvidas na iniciativa.
Pedido de Providência nº 07/2017	Limpeza e capina do cemitério local.
Representação nº 08/2017	Solicitação ao 136ª Cia. De Polícia Militar para proceder com o retorno da denominada “Patrulha Rural”.
Indicação nº 212/2017	Construção de passarela de pedestres na Rua Dr. Gouvêa.
Indicação nº 215/2017	Instalação de mais pontos de coleta de lixo eletrônico.
Representação nº 20/2017	Solicitar ao DEER/MG a instalação de redutor de velocidade ou outro dispositivo de segurança viária próximo ao Km 06 da Rodovia LMG-858, que liga os Municípios de São João Nepomuceno e Descoberto.
Moção de Aplausos nº 25/2017	Parabenizar aos alunos da Escola Municipal Dr. Augusto Glória, e o s professores, pelo desempenho na 28ª Edição da Feira de Ciências da UFJF.
Indicação nº 245/2017	Destinação de parte da sobra de caixa da Câmara para a ASFECER.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, 2018.